

Universidade Católica de Goiás.
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia.

**A Representação Social da Violência em Torcidas
Organizadas de Futebol**

Túlia Cristina Ferraz de Assis

Goiânia,
Junho de 2008

Universidade Católica de Goiás.
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia.

A Representação Social da Violência em Torcidas Organizadas de Futebol

Túlia Cristina Ferraz de Assis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Social. Orientador: Prof.º Dr.º Pedro Humberto F. Campos.

Goiânia,
Junho de 2008

Dedicatória

À minha mãe **Lourdes** (meu maior suporte emocional), pelo seu amor incondicional, pela eterna dedicação e compreensão das muitas horas que me fiz ausente. Á você minha amada mãe, meus agradecimentos por todo o incentivo e prazer de querer me ver como uma MESTRE. Muito obrigada por todo o esforço (que só nós sabemos) enfrentado nesta passagem de vinte e cinco meses. AMO VOCÊ!!!

Agradecimentos

Este trabalho contém a contribuição de pessoas extremamente importantes que, de forma direta ou indireta, se fizeram presentes durante seu desenvolvimento e a partir de então, se transformaram em minha preciosa “bibliografia interna”. A todos o meu profundo reconhecimento e gratidão:

À Deus, em especial, pela minha vida, por sua onipresença e eterno cuidado.

Ao meu pai José Maria, pelo valor que me ensinou e por quem direciono toda minha admiração e afeto.

À madrinha Vás, minha segunda mãe, pela ajuda, carinho e, principalmente, por fazer parte da minha vida.

Ao Professor Dr. Pedro Humberto Faria Campos, pela orientação, na qual compartilhou suas idéias e reflexões e muito contribuiu para o meu aperfeiçoamento. O meu muito obrigado á sua amizade de muitos anos e, principalmente, por ter me apresentado ao mundo da pesquisa.

À amiga Maria Lúcia (Lulu), grande incentivadora, pela sua amizade, carinho e paciência nos momentos mais difíceis. Não poderia deixar, também, de agradecer á você pelas aulas de etiqueta (risos), que hoje vejo o quanto foram importantes.

À amiga Eliane (minha eterna vizinha) pelo apoio e disponibilidade e, por ter sido uma pessoa altamente significativa nessa caminhada.

Aos meus colegas do mestrado e do grupo de estudo, pelos conhecimentos partilhados, pela ajuda na coleta de dados e, pelo carinho á minha pessoa.

Às torcidas organizadas A e B, pela colaboração e pela riqueza de dados.

Ao mestre e grande escritor Fábio Aires da Cunha, pela sábia ajuda e doces palavras.

Ao professor Lorismário e Pedro Paulo, por aceitar o convite de fazer parte da banca examinadora.

Às amigas de meu convívio, que estiveram presentes nestes anos de sufoco, dizendo palavras de conforto e me incentivando a não desistir nunca. Valeu meninas!!!

RESUMO

O fenômeno das torcidas organizadas não é um acontecimento novo. Esse tipo de organização ou agrupamento existe há muitas décadas no mundo todo. Alegres e brincalhonas, as torcidas foram-se envolvendo em confrontos armados entre as massas de torcedores e, hoje, são as organizadas que estão transformando o espetáculo do futebol em cenas de violência. A partir disto, esta pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de conhecer as representações sociais sobre a violência nas torcidas organizadas, aos olhos do torcedor. Participaram deste estudo torcedores organizados de duas grandes e tradicionais torcidas do Estado de Goiás. Tomou-se por base para a realização desta investigação a Teoria das Representações Sociais. Para o estudo em questão, foram realizadas duas coletas, a primeira através de entrevistas semi-diretivas e a segunda por meio de questionários. Os resultados obtidos apontam para o reconhecimento da violência nas torcidas como consequência da rivalidade existente entre elas.

Palavras chaves: Violência, Representação Social, Torcidas Organizadas de Futebol

ABSTRACT

The phenomenon of organized bent is not a new event. This type of organization or group has existed for many decades worldwide. Funny and player, were twisted up involving in armed confrontations between the masses of fans and, today, are organized that are transforming spectacle of football in scenes of violence. From this, this research has been developed in order to meet the social representations of the violence in twisted organized, in the eyes of the fan. Participants of this study, two large fans organized and traditional bent of the state of Goias. It is based to conduct this research the Theory of Social Representations. For the study in question, launched two collections, the first through interviews and the second semi-directives through questionnaires. The results point to the recognition of violence in twisted as a result of rivalry between them.

Key words: Violence, Social Representation, Organized Football Fans.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais a violência vem ganhando importante espaço na agenda social, em especial nos veículos de comunicação de massa, parecendo assumir o centro das preocupações do poder público e do homem contemporâneo. Em suas múltiplas formas de manifestação, a violência é reconhecida como um grave problema social cuja complexidade a torna um desafio para estudiosos das mais diversas áreas. No meio futebolístico, por exemplo, houve uma crescente notoriedade desse fenômeno, o que atraiu a atenção de diferentes segmentos da sociedade.

A violência ao redor do futebol não é acontecimento novo e há exemplos na história do futebol brasileiro e mundial (Murphy, Williams e Dunning, 1994) de atos de extrema violência entre torcedores. O que é inédito e de interesse particular é o movimento social de jovens em torno de uma organização – “torcidas organizadas” - que difunde novas dimensões culturais e simbólicas no cotidiano urbano.

Estas torcidas organizadas de futebol costumam ser associadas nos dias de hoje a *gangues juvenis*. As imagens e as interpretações veiculadas nos meios de comunicação enfatizam a transgressão e a agressividade deliberada como características centrais desses agrupamentos. Vêm com suspeição estes grupos, tornando-os, como ressalta Brandão (1996), promotores do vandalismo e como disseminadores da violência que permeia a sociedade contemporânea.

No ano de 1940, as torcidas tinham apenas a intenção de torcer e se divertir nos jogos de seus times. Já em 1980, o torcedor começa a ter um comportamento de maior agressividade e que se utiliza do espaço físico do jogo para demonstrar uma virulência e uma truculência, antes não vistas, ou até não tão divulgadas pelos órgãos

que formam a opinião pública (mídia). Lener (1996) afirma que os confrontos passaram a ser constantes e os instrumentos utilizados para defesa e/ou ataque tinham o poder de ocasionar lesões de natureza grave.

Diante desse contexto, quais seriam as razões e os motivos que levaria um grupo de jovens a agir com tanta agressividade e violência, tendo em vista estarem essas pessoas ligadas por um acontecimento de alegria, emoção e prazer? Que ideologia sustenta esses agrupamentos de torcedores que sistematicamente praticam atos de violência?

O torcedor, no modelo “organizado” não é mais um mero espectador do jogo. No grupo ele é parte do espetáculo, ele é o espetáculo. Pimenta (1997) afirma que no grupo o torcedor expressa sua masculinidade, seus sentimentos de solidariedade, de companheirismo e de pertencimento em um grupo que o acolhe. E nesse grupo ele assume a identidade do coletivo, dissolvendo muitas vezes seus próprios valores em nome de algo maior que o de si-mesmo. Na visão de Hall (2002), esse grupo / massa é um ser provisório, composto de elementos heterogêneos que se unem por um momento, agindo de uma determinada forma quando unido e, de outra, quando seus componentes são analisados separadamente.

A complexa interação entre o “eu” e o “nós” vem confundindo os cientistas há séculos. Em seu livro *Psychologie des foules* (Psicologia das massas), de 1895, o médico e sociólogo francês Gustave Le Bon argumentava que, em grupo, os indivíduos perdem a identidade e, conseqüentemente, o autocontrole. Guiados apenas por emoções e instintos, agem segundo uma força primitiva, que ele chamou de “inconsciente racial”.

Outros pesquisadores afirmaram que coletivos teriam uma consciência mental independente. O psicólogo britânico William McDougall, que formulou, no

início do século XX, a chamada hipótese da mentalidade de grupo, considerava que todos aqueles que se juntam a uma multidão abrem mão de sua identidade em favor de uma “alma coletiva”.

Partindo desta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo abordar o fenômeno da violência entre torcedores organizados enquanto um sistema complexo mediado por processos simbólicos e representacionais grupais que se inter-relacionam e se auto-regulam. A partir disso, não cabe atrelar as causas da violência produzida nesse movimento às questões de classe social ou fatores econômicos, reduzidamente. Como explicam Campos e Guimarães (2003), ficar somente nessa conceituação física de violência seria aproximá-la a um conceito de violência interpessoal e do campo da agressão como disposição básica do indivíduo.

O interesse em pesquisar sobre o tema “Torcidas Organizadas” deve-se ao fato de ser um fenômeno pouco estudado, porém um dos mais comentados, do tecido social brasileiro. Em um país onde o futebol está embebido em suas entranhas, seria normal supor que a produção sobre temas relacionados a esse assunto fosse farta. Mas não é assim. Poucos estudos foram publicados sobre esportes e, mais especificamente, futebol no Brasil. E menos ainda são os estudos publicados sobre um tema considerado marginal no futebol. Análogas aos *barra-bravas* argentinos, aos *hooligans* ingleses ou aos *ultras* italianos, elas possuem a fama de violentas e de contar com elementos de alta periculosidade em sua composição. Eles se esforçam, no entanto, em desmistificar essa imagem, sem o aval da imprensa, que as condena (com ou sem razão), e dos acadêmicos, que raramente se debruçam sobre o problema.

Diante disso, análises psicossociais se formam como extremamente relevantes para a compreensão deste estudo na tentativa de clarificar a maneira como

o próprio torcedor percebe essa violência. E é partindo da vertente psicossociológica de Moscovici (2003), do estudo das representações sociais, que o projeto será desenvolvido.

Jodelet (1986, p. 7) afirma que “toda representação social é a representação de alguma coisa e de alguém”. Dessa forma, ela assinala um tipo particular de relação, que se estabelece entre o sujeito e o objeto de representação, na qual o objeto “se encontra implicado, de forma consistente, em alguma prática do grupo...” (SÁ, 1998, p. 50).

Isso quer dizer que nem todos os objetos do nosso meio são objetos de representação e, ainda, que nem todos os grupos elaboram representações sobre um determinado objeto. Ibanez (1988) observa que um objeto pode suscitar apenas uma série de opiniões e imagens desconexas para um determinado grupo e, para outro, a produção de uma representação social.

A teoria das representações sociais se propõe a conhecer os fenômenos de representação social. Esses fenômenos são construídos nos universos consensuais de pensamento e os objetos de pesquisa relativos aos fenômenos de representação são elaborados nos universos reificados da ciência. No entanto, a apropriação de um determinado fenômeno como objeto de pesquisa implica numa simplificação do fenômeno. Assim como a realidade é simplificada na formação de uma representação social, para compor uma teoria, a de senso comum; o fenômeno de representação social é simplificado ao tornar-se um objeto de pesquisa, pela teoria das representações sociais, que além disso, os organiza e os torna inteligíveis (Sá, 1998).

Considera-se que a violência é um fenômeno de representação social, na medida em que causa forte impacto na vida cotidiana, sobretudo, para as populações dos grandes centros urbanos. Por se concretizar a partir de manifestações diversas,

que perpassam todo o tecido social, tornando os membros da sociedade a ela vulneráveis, e a medida em que é impossível se prever que atores sociais e em quais circunstâncias estarão envolvidos em manifestações violentas, quer como vítimas, quer como agressores, os diferentes segmentos na e/ou grupos sociais são mobilizados a teorizar sobre a violência, na tentativa de se familiarizar com o fenômeno e poder lidar com a questão no cotidiano. Buscam, dessa forma, interpretá-la no contexto da realidade social, formular explicações, orientar e justificar suas ações a partir das explicações formuladas, bem como, comunicar aos membros de seu grupo o sentido que atribuem à violência.

Essa forma de lidar com a violência a caracteriza como um fenômeno típico das representações sociais. Como teorias do senso comum, um saber criado e partilhado nas interações sociais cotidianas trazem, nos significados que atribuem, as especificidades dos valores, das práticas cotidianas e da forma como o objeto da representação interfere na realidade própria de cada grupo e de cada indivíduo.

Vale ressaltar que desde que Moscovici abriu esse campo teórico das representações sociais, os campos de pesquisa e aplicação vêm se multiplicando. Inúmeros pesquisadores têm se aplicado ao estudo desta teoria, seja em busca do conhecimento de novas representações, seja no desenvolvimento teórico-metodológico do próprio campo.

Assim sendo, a partir dos referenciais teóricos estudados e do objetivo do trabalho, pretende-se saber a medida da representação social do torcedor organizado acerca da violência em seu meio futebolístico. Do material bibliográfico levantado constatou-se, com exceção do tema “Violência” e “Teoria das Representações Sociais”, a existência de poucos trabalhos acadêmicos no Brasil referentes ao tema

“Violência entre as Torcidas Organizadas”. Encontrou-se por outro lado, vasta documentação jornalística.

A seguir encontra-se a revisão bibliográfica organizada em quatro capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. O primeiro faz um levantamento geral sobre os fenômenos das torcidas organizadas (origem, evolução, organização e comportamento). O segundo capítulo traz o conceito de violência, bem como as teorias e aspectos geradores dessa violência entre torcedores e, também, suas várias perspectivas de abordagem. O terceiro capítulo aborda a “Teoria das Representações Sociais”, como perspectiva teórica que possibilita uma análise da violência a partir de seus elementos simbólicos e suas expressões. O quarto capítulo apresenta um estudo empírico acerca da representação social da violência entre torcidas organizadas.

CAPÍTULO I - TORCIDAS ORGANIZADAS DE FUTEBOL

1.1 – O futebol: da platéia fina às massas populares

Vindo da Inglaterra, o futebol chega ao Brasil em 1894. Em pouco tempo, este esporte deixa de ser um espetáculo curioso, quase exótico, e passa a ser uma atividade lúdico-amadora exclusiva das classes abastadas urbanas. As elites praticavam futebol e, ao mesmo tempo, consumiam-no. Este monopólio foi possível, entre outras razões, graças á rápida organização das elites em torno de associações de lazer: os clubes. Esses clubes sociais distinguiam-se de outros devido ao lugar central que neles ocupava a prática de esportes e de outras atividades recreativas. A adoção do futebol como prática socializada entre os clubes diz respeito a suas primeiras tentativas de formalização e institucionalização no Brasil, tentativas surgidas muito antes da profissionalização desse esporte. As elites, através dos clubes, divertiam-se correndo e vendo correr 22 homens atrás de uma bola. São as pessoas próximas da vida dos clubes, familiares e namoradas dos jogadores, que compõem a primeira torcida de futebol.

O trabalho de Pereira (1998) através de uma revisão minuciosa de alguns jornais, dá conta da composição sócio-econômica e das dinâmicas sociais presentes nas platéias durante o período 1902-1914. A platéia é, naquele momento, um lugar de encontro das elites vinculadas aos clubes sociais/esportivos e, além disso, um espaço de exibição e de distinção social: vestindo finas roupas – á moda da época – os espectadores e espectadoras desfilavam e transformavam em espaço de socialização das elites, um local destinado, em princípio, simplesmente para a expectativa de um evento esportivo. Sendo o futebol, naquele momento, domínio dos clubes esportivos de elite, mais do que serem um espetáculo propriamente dito, eram

eventos sociais, eventos de clube. Embora se tratasse de um evento privado, a imprensa dava-lhe, ao noticiá-lo, conotações públicas. Principalmente os jornais, nas suas páginas sociais, registravam o jogo de futebol como um evento social – mais do que esportivo – destacando a presença de proeminentes personalidades e as finas roupas por elas exibidas. Para os jornais, como mostra Pereira (1998), eram tão importantes em termos noticiosos, os eventos ‘intra-campo’ (times em confronto, resultado dos jogos, etc.), como os eventos ‘extra-campo’ (o público); importava o jogo, mas também quem o assistia. As elites tinham achado no futebol mais um espetáculo a ser consumido. Espetáculo que era parte integrante do leque disponível de eventos culturais e de lazer das grandes cidades brasileiras – especialmente Rio de Janeiro e São Paulo.

Durante o final do século XIX e início do XX o futebol no Brasil experimenta uma ampla difusão entre as elites sociais. Este é o período do surgimento de um número expressivo de clubes sociais/esportivos, nos quais a prática e o consumo de futebol ocupava um lugar de destaque. Mas esta difusão não se restringiria as elites. Apesar da predominância de público burguês, setores populares aproximaram-se rapidamente do novo espetáculo. Foi de cima dos morros e telhados próximos dos estádios que esses setores populares vieram a ser espectadores de futebol – o que Pereira (1998) chama de assistência extra-muros. Posteriormente, esses novos espectadores tiveram acesso ao estádio, num primeiro momento gratuitamente, e logo, tendo que pagar pelo ingresso. Tendo-se descoberto que um evento privado poderia vir a ser um espetáculo público, isto é, economicamente explorável, abriram-se as portas dos estádios a um público mais diverso. Dito de outro modo, os clubes identificaram que o que tinha começado como uma simples atividade lúdica praticada e consumida por poucos, podia se

converter num espetáculo a exibir um público mais amplo. Descobria-se que o futebol podia ser consumido e não apenas praticado.

A formação do público popular de futebol não é simultânea á chegada do futebol ao Brasil. Ela depende da incorporação do futebol na vida cotidiana das cidades, mas também do processo que levou os clubes a verem no futebol um espetáculo popular. O que o futebol experimentava, grosso modo, era um segundo processo de apropriação: o primeiro tinha sido efetuado pelas elites, enquanto o segundo por setores populares urbanos. Tratava-se das primeiras tentativas de popularização do futebol. Assim, um evento privado das elites virava espetáculo esportivo público.

Como no Reino Unido no final do século XIX (Elias & Dunning, 1992), os jornais cariocas destacavam e celebravam na primeira platéia de futebol amador sua elegância e decoro. Essa mesma imprensa lamentava a presença de outros torcedores, aqueles vindos de setores populares da cidade, alguns dos quais, como mostra a crônica carioca de início do século XIX, compareciam descalços ao estádio. Ao corromper o airoso ambiente criado pelas elites, parte da crônica censurava a presença desses outros torcedores com ataques deste teor “casta de torcedores impertinentes e mal educados” (Pereira, 1998).

Gradativamente, ao ritmo imposto pela popularização do futebol, a mídia foi perdendo interesse nas proeminentes personalidades que ocupavam as platéias, achando mais atrativo a presença da torcida popular. Passaram a importar, mais do que os trajes de última moda exibidos na platéia, “as milhares de mãos batendo, e milhares de vozes gritando”. O que o jornalismo descobre é que com o nascimento da torcida popular também nasce o espectador como tributário de elementos vistosos e festivos.

O que a popularização do futebol como espetáculo consumido implicava era, além de uma mudança na composição socioeconômica do público do futebol brasileiro, o surgimento de uma nova relação entre espetáculo/espectador. Com o nascimento da arquibancada, local de expectação de públicos *menos nobres*, surgem novas manifestações da torcida; novas, no sentido que as expressões comportadas das elites deram lugar a expressões mais apaixonadas. É nessa transformação que se registram no futebol brasileiro as primeiras agressões entre torcedores, e raras vezes, entre grupo deles. Durante anos, alguns acontecimentos são expressivos quanto às mudanças experimentadas a partir da presença das multidões populares nos estádios: 1) a imprensa registra as primeiras alterações entre torcedores ‘rivais’; 2) alguns clubes contratam o serviço policial para garantir a segurança dos espectadores e o bom-curso do espetáculo; 3) ocorrem as primeiras invasões do campo de jogo por parte de torcedores durante a disputa dos campeonatos. A presença de novos espectadores exigiu uma reestruturação do espetáculo: além de institucionalizar a presença de polícia nos jogos, toma-se uma providência de não poucas conotações, a saber, a instalação de grades entre o campo de jogo e as arquibancadas.

Essa profissionalização do futebol na Inglaterra, a partir de 1885, e no Brasil, a partir de 1920, contribuiu muito para o aumento do interesse do público, já que com a dedicação integral ao treinamento os jogadores se tornaram mais habilidosos e as equipes mais atrativas. A classe ociosa (desempregada) inglesa foi a grande responsável pela profissionalização no futebol inglês. Com grande disponibilidade de tempo para a nova prática, esse esporte foi desenvolvendo-se e ganhando novas formas, mais habilidosas e atraentes. Em contrapartida, a elite demonstrou resistência, ausentando-se de participações com equipes distintas das de estudantes, e justificava sua posição argumentando que não aceitava os novos valores vinculados

ao futebol que não os do amadorismo. Havia claramente uma disputa de classes camuflada por uma resistência da mudança de paradigma amador *versus* profissional.

Pereira (1998) sugere que o surgimento do futebol profissionalizante no Brasil só seria possível como o nascimento de uma nova classe no país: o proletariado. O crescimento econômico e o processo de industrialização no Brasil na década de 30 engendram o proletariado e, com ele, uma massa de pessoas assalariadas capazes de consumir atividades de lazer. Por sua vez, o surgimento de multidões nos estádios não teria sido possível sem um acontecimento prévio: a industrialização e, com ela, a urbanização intensa das cidades e de uma grande massa de assalariados. Com a profissionalização do futebol – mas também antes, com sua intensa popularização - deu início a um processo que faria do futebol, originalmente prática e hábito cultural de uma parte das elites urbanas brasileiras, um espetáculo de massas. O futebol, o que alguns tentaram conservar entre poucos, tinha se massificado.

No final dos anos 60 surge outro modelo de agremiação torcedora. Usualmente chamadas de torcidas organizadas, esses grupos se reconhecem, diferente das uniformizadas, como forças independentes dos clubes. Pimenta (1997, 1999, 2003) mostra que o advento desses grupos redimensionou a relação torcedor-futebol profissional na medida em que engendrou um determinado estilo de vivenciar e torcer pelos times de futebol, observado no comportamento estético, verbal e nos modos específicos de usufruir o evento futebolístico.

1.2 – Espetáculo ou guerra?

É surpreendente a capacidade que o futebol tem de paralisar o país em dias de jogos de Copa de Mundo, o fato de grande quantidade de veículos de imprensa cobrirem semanalmente jogos de futebol por todo o país; o menino, que ao nascer já recebe um time de futebol pelo qual torcerá a vida inteira; a grande quantidade de obras artísticas, de cinema, teatro, pintura, música, etc. que retrataram o futebol. Todos estes fatos permitem pensar que o futebol é mais do que um simples esporte, com regras, técnicas e táticas.

No dizer do antropólogo Roberto Damatta (1982) “o futebol é um veículo para uma série de dramatizações da sociedade brasileira” (p.21). No dizer de Castellani Filho (1985) o futebol no Brasil “se identificou com aquilo que se convencionou chamar de Alma Nacional” (p.6). O futebol é um fenômeno social, e, como tal, permite uma análise além dos aspectos técnicos.

Reis (2006) ressalta que :

“o futebol possui uma característica mimética que propicia ao seu público situações de elevada tensão na expectativa do desenrolar das ações dos jogadores e da equipe. Essa tensão provoca no indivíduo um alto grau de expectativa e ansiedade no desfecho da ação que prende o espectador ao jogo” (p. 9).

A partir da consideração do futebol como fenômeno social, pode-se afirmar que ele é parte da cultura brasileira e, assim, entendê-lo como um espaço no qual o povo pode dramatizar, vivenciar e atualizar emoções. Segundo Byngton (1982), o futebol é o “maior exercício psicológico simbólico de desenvolvimento” (p.21). As emoções que o torcedor vive num estádio de futebol podem ser associadas àquelas que ele vive sua vida cotidiana. Para o torcedor, o seu time perder de goleada é uma

vivência de humilhação; o momento do gol pode ser associado ao gozo, ao sentimento de prazer.

Se o futebol permite ao torcedor vivenciar emoções associadas á sua vida cotidiana, ele permite também expressões que só são possíveis naquele contexto. Daolio (1997) cita alguns exemplos de comportamentos que são típicos nos estádios de futebol e que, fora dele, seriam considerados descontextualizados. As expressões verbais e xingamentos que os torcedores manifestam nos estádios são considerados deselegantes e abusivos na vida cotidiana. O contraste entre o que se permite falar nos estádios e fora deles é ainda maior quando se trata de mulheres que tem a cumprir na sociedade um papel de delicadeza e boas maneiras.

O futebol, assim como o carnaval, deve ser analisado como uma expressão da sociedade brasileira, através da qual o povo se apresenta e se desenvolve. Nesse sentido, pode-se pensar a violência da torcida nos jogos de futebol. Segundo Cunha (2006) ela se constitui na expressão de um comportamento que, muitas vezes, não é expressa em outro lugar. Dessa forma, o futebol acaba se tornando um espaço de ritualização de uma violência não expressada na vida diária.

No mundo futebolístico sempre esteve presente certa dose de violência, tanto no terreno de jogo como entre os torcedores. O futebol foi criado sob valores de masculinidade, valores exacerbados de virilidade, força e sobrepujança. Porém, isso teve início na segunda metade do século XIX no continente europeu, precisamente na Inglaterra, e muitos anos passaram-se, as relações sociais alteraram-se, assim como os códigos de sensibilidade e de conduta dos indivíduos. Para Reis (2006), o uso da violência como instrumento de busca no futebol pode ter crescido nas últimas décadas em decorrência do aumento de investimentos financeiros no futebol e em outros esportes de representação nacional.

Autores que discutem a violência no esporte apresentam algumas teorias. Cagigal (1976) afirma existirem duas grandes teorias explicativas da agressividade humana. Uma delas é a Teoria do Instinto, definida por Konrad Lorenz, e que tem por fundamento o caráter instintivo da agressividade humana. Tal teoria parte do princípio que a agressão representa um instinto inato, espontâneo e cumulativo, o qual provoca no organismo humano um grande acúmulo contínuo de energia agressiva, a qual deve ser descarregada de vez em quando. “A descarga de energia negativa depende de estímulos provocadores externos e quanto mais tempo este estímulo não aparece, mais o organismo irá procurá-lo” (Freud, 1996).

Outra teoria, contrária a essa é a que coloca a aprendizagem como determinante da conduta agressiva. Um dos defensores mais contundentes dessa teoria é Montagu (1978), que afirma que nenhum comportamento humano específico é determinado geneticamente. É determinado pelas características do meio em que o indivíduo vive e, portanto, sendo este comportamento adquirido em função de um processo de aprendizagem, por sua vez delimitado e condicionado pelo ambiente.

A psicologia da agressão explica o surgimento da conduta agressiva e violenta dos torcedores por meio da teoria dos instintos e da hipótese frustração-agressão. Nesse contexto, situações de frustração (por exemplo: o próprio time estar perdendo a partida) aumentam a probabilidade do surgimento de comportamentos agressivos e violentos por parte dos torcedores (Samulski, 1992).

1.3 - Origem, Evolução e Violência nas Torcidas Organizadas

O fenômeno dos torcedores organizados não é novo. Esse tipo de organização ou agrupamento existe há muitas décadas no mundo todo, desde o momento que apaixonados por esse ou aquele clube, passaram a aglomerar ao seu

redor. Isso porque o futebol em nosso país, na medida em que vai ganhando corpo e organização, aglutina um número considerável de simpatizantes e praticantes. Aos poucos o esporte populariza-se juntos às massas que vão tomando gosto não só pelo jogo, mas também, pelo clube com o qual passam a se identificar.

Gutierrez (1980) define três aspectos que envolvem essa identificação: 1. Torcida: parte da assistência que incentiva sua equipe preferida, ou maneira de incentivar um quadro; 2. Assistência: grupo de pessoas que assistem a um jogo. Espectadores; 3. Torcer: incentivar o quadro predileto através de gritos, palmas, assobios, cânticos, saltos, cambalhotas, bandas, foguetes, etc.

Menciona, ainda, quatro aspectos que comprovam a importância das torcidas: 1. É fator de estímulo à equipe; 2. É fator de desenvolvimento do esporte; 3. Aumenta o interesse pela instituição; 4. É fator de sociabilidade:

"o ideal comum irmana os torcedores de um quadro; as saudações entre torcidas valem mais, do ponto de vista da confraternização, que os discursos entre dirigentes; os cânticos e urras da torcida fazem do jogo um espetáculo colorido e festivo; o torcedor pode-se expandir convenientemente e experimentar o prazer de ser um ativo participante do jogo e de todo o espetáculo" (Gutierrez,1980, p.41).

Com o advento das torcidas, a categoria espectador de futebol se divide, então, em comum e torcedor organizado. Comum é aquele que vai ao estádio de vez em quando, que assiste aos jogos pela televisão; torce para uma determinada agremiação, sem se vincular, associativamente, a um grupo de pessoas. O torcedor é o seguidor, é o que tem sentimentos, que se emociona, que sofre; é aquele que se associa a um determinado grupo assimilando os padrões de comportamentos cultuados (Romero, 1997).

Pimenta (2004b) define torcida organizada como um agrupamento de pessoas simpatizantes de um clube de futebol, sem fins lucrativos, estruturado de forma relativamente burocrática, com o objetivo de incentivar o time durante os jogos e defender a integridade do grupo nos momentos de confrontos físicos ou verbais com os adversários. Essas pessoas, na maioria rapazes, são denominadas sócios da organização, e promovem eleições periódicas para eleger o quadro administrativo, composto por: presidente, conselheiros, líderes e diretores. Interações e reuniões sociais costumam acontecer na sede das agremiações. A estrutura administrativa das torcidas organizadas assume aspectos militaristas, contemplando estratégias de confronto aliadas a táticas de ataque e de defesa. A identificação desses grupos é percebida pela vestimenta, pela virilidade, pelos cânticos de guerra, pelas transgressões das regras legais, pelas coreografias, pelo sentimento de pertencimento ao grupo.

Os torcedores executam verdadeiros rituais antes, durante e depois das partidas de futebol. Bandeiras, músicas, coreografias e fogos de artifício são algumas das manifestações que ritualizam e embelezam o espetáculo esportivo. Existe um folclore próprio das torcidas de futebol, folclore este que representa as características culturais locais (Bromberger, 1995).

Para Corrêa, Alchieri, Duarte, e Strey (2002), os jogadores de times vencedores relatam que a influência da torcida é fundamental no desempenho. Existe uma grande motivação dos jogadores com a vibração da torcida, os atletas valorizam esse apoio e a oportunidade de demonstrar suas habilidades.

Machado, Miotto, Presoto e Santos (2001) colocam que o tipo de torcida influencia na atuação do jogador. Destacam ainda que o apoio e o incentivo da

torcida são fatores motivantes para o desempenho dos atletas, já que o jogador se sente respeitado e admirado pelo seu esforço.

É certo que não há uma datação exata sobre a origem dos grupos organizados de torcedores de futebol. No entanto, Pimenta (1997) afirma que estudos pioneiros sobre torcidas de futebol no Brasil apontam a década de 1940 como marco inicial desses movimentos. A torcida Grêmio São-Paulino foi fundada em 1939, e talvez tenha sido a primeira torcida organizada no Brasil. No Rio de Janeiro, a charanga do *Flamengo* – reunião de torcedores em torno de um grupo musical que tocava marchinhas carnavalescas, promovendo verdadeiras festas nos estádios – foi fundada em 1942. A festa era maravilhosa nas arquibancadas, com serpentinas e confetes. Este tipo de manifestação proliferou país afora, não sendo exclusividade de grandes capitais como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também em outros centros urbanos.

Segundo Geron (1993), em primeiro lugar, apenas o lenço branco expressava a adesão da torcida á camisa; vieram depois bandeira, apito, corneta, pó-de-arroz, papel picado e até fumaça colorida. A cada gol que surgia, a resposta da torcida vinha de forma impecável. Alegres e brincalhonas, as torcidas foram-se envolvendo em confrontos armados entre as massas de torcedores e, a partir dos anos 60, surge nas arquibancadas uma nova categoria de torcedor; aquele que transforma o espetáculo do futebol em cenas de violência.

Interessante ressaltar que, nesse período de 1960, o Brasil caminhava em passos largos na busca do desenvolvimento econômico e a cidade de São Paulo avançava no processo de aceleração urbana, porém, notoriamente desarticulada e “descompromissada” com as “bases sociais”. No encaminhamento das políticas públicas pelo Estado Militar brasileiro, viu-se o esvaziamento do sujeito social, no sentido coletivo do termo, e a desarticulação das relações na esfera do público,

reforçando as individualizações e as atomizações dos movimentos sociais, incluindo os movimentos de jovens e transformando-os em acontecimentos ora de busca de pertencimento ora de auto-afirmação, onde a violência norteia a constituição da identidade e das identificações e dimensões cotidianas, em que toma parte.

Pimenta (2003) entende ser impossível falar de “torcedor organizado” sem passar por questões políticas e simbólicas-culturais ligadas ao processo de construção da identidade social do jovem brasileiro e, conseqüentemente, suas identificações e dimensões cotidianas, em que toma parte. Ele faz referência a Bourdieu (1998), das trocas simbólicas, como indicativos teórico-explicativos aos elementos culturais de lazer produzidos pelo movimento e como potencial subjetivo de aglutinar quantidade significativa de massa jovem, atraída pelos códigos e símbolos difundidos.

Dessa forma, os torcedores organizados com suas bandeiras enormes, seus rojões com pára-quedas nas cores da agremiação, deixam de ser meros freqüentadores das arquibancadas e passam a ser protagonistas do espetáculo, como pensa Baudrillard (1992). Na transformação de um modelo de agrupamento para outro, a violência em formas de arruaças, tumultos, brutalidades e vandalismo começa a ser utilizada como marca registrada dos torcedores fanáticos em oposição aos métodos adotados até então, considerados por eles pacíficos demais. Os episódios protagonizados por essa nova modalidade de torcedor foram responsáveis pelo surgimento das torcidas organizadas, que, demonstrando comportamento agressivo, passaram a disputar nas arquibancadas o título de a mais vistosa, com amplo uso de bandeiras imensas, coreografias e “gritos de guerra” provocando o time adversário.

Pimenta (1997) assinala que :

“Á medida que ocorre o aumento dos atos de violência e das mortes em decorrência da ação das organizadas, cresce o número de jovens filiados a essas torcidas, atraídos pelo prazer proporcionado pela convivência com os membros e pela sensação de pertencer a um grupo aparentemente forte e coeso” (p. 28).

Por mais contraditório que possa parecer, aponta Santos (1998), são justamente os desfechos trágicos que fomentam o crescimento das organizadas. De 1990 em diante, a violência caracterizou-se como elemento constitutivo desses grupos, o que atraiu a filiação de uma massa de jovens disposta a tudo. A violência sem os limites estabelecidos pela ordem social tornou-se a nova marca registrada das organizadas, pelo menos no período da década de 1990, em que seus atos tiveram maior visibilidade na mídia em decorrência dos crimes cometidos. Pimenta completa dizendo:

“ser um membro de uma torcida organizada conquista prestígio, respeito e confiança pelo uso da força, pela assiduidade e pela agressividade, á medida em que demonstra capacidade tanto de resistir aos confrontos quanto de ocupar território nas ruas e nas arquibancadas” (2004a, p.269).

Confrontos violentos entre torcidas organizadas não ocorrem ao acaso, por mera coincidência. São manifestações programadas, baseadas em estratégias militares, envolvendo táticas como: ação de batedores, linha de frente, retaguarda, caças e emboscadas; além de armamentos como: coquetel, bombas de fabricação caseira, armas de fogo, estiletes, canivetes e demais objetos capazes de gerar lesões graves seguidas de morte. Essas táticas e armamentos fazem parte do cotidiano das torcidas organizadas e são utilizadas contra o oponente sempre que os agressores

julgarem necessário. E nesse espaço, explica Reis (2006), as ações individuais dos jovens têm ressonância e angariam o respeito do grupo, mesmo que transgridam a ordem social estabelecida.

Para favorecer esse argumento é necessário enfatizar que no mundo atual a violência faz parte das experiências de determinados grupos de jovens, como um elemento intrínseco e indispensável. Porém, embora assimilem esse aspecto, as torcidas organizadas são formadas aparentemente por pessoas comuns que assumem diversos outros papéis na sociedade. Também não é possível reduzir o fenômeno das torcidas organizadas como decorrente apenas das classes menos privilegiadas, pois membros de todas as classes sociais frequentam o ambiente das torcidas.

Nas últimas décadas, estádios do mundo inteiro têm registrado incidentes causados por torcedores agressivos. Na Europa, esses grupos são chamados de *hooligans*; no Brasil, de “torcidas organizadas”; e no restante da América Latina, de *barras-brava*. Em todos esses lugares, independente do nome que os rodeiam, esses grupos se equiparam na violência e agressividade com que atuam, centrados num mesmo ideal de masculinidade, na auto-afirmação mediante o uso abusivo da força, e no vínculo afetivo com determinado clube de futebol. Entretanto, para Buford (1992), o que diferencia o hooliganismo dos demais movimentos de “torcedores organizados”, é a afinidade político-ideológica de extrema direita e a quase ausência de burocracia na organização. Por exemplo, não possuem uma estrutura com quadro associativo e registro formal em cartório, como as torcidas organizadas brasileiras.

O termo *hooligans*, segundo Costa (1993):

“tem sua origem ligada ao nome de uma família irlandesa que viveu em Londres, no fim do século XIX (Houlihan). Devido às características de violência e de não sociabilidade de seus membros, esse termo passou,

gradativamente, a designar os jovens que se organizavam em gangues” (p.25).

São grupos sem organização explícita, onde a participação é determinada pela sua vulnerabilidade social, procurando compensar a sua baixa perspectiva social por meio de excitação e identificação: com o clube ganhador, com um grupo que mobiliza o aparato policial, e ainda o prestígio individual, pelas façanhas especiais e de desafio a toda estrutura de suporte ao espetáculo esportivo (Marivoet, 1992). Com sua organização hierárquica e inserção nos clubes, as torcidas constituem um forte elemento regulador de conflitos. Em algumas torcidas, encontram-se grupos de jovens que, apesar de não pertencerem a estas, freqüentam as arquibancadas.

São nestas arquibancadas que o fenômeno parece ter início, com os “gritos de guerra”, as “demonstrações de coragem” e a suposta superioridade de um grupo sobre o outro. Entretanto, a arquibancada é apenas o espaço institucionalizado no qual, para Pimenta (2004a), os jovens sentem poder expressar sensações de pertencimento e de acolhida em um agrupamento estruturado nas mesmas bases estabelecidas em determinadas relações existentes no interior da própria sociedade: hierarquia, controle, disciplina e regras de conduta. Assim, nesse espaço, as ações individuais dos jovens tem ressonância e angariam o respeito de grupo, mesmo que transgridam a ordem social estabelecida.

A liderança que exercem nas atitudes provocatórias, arrastando alguns elementos mais jovens das torcidas, torna-se um problema de difícil controle para os chefes de torcida. Marivoet (1992) explica que o controle dos chefes de torcida durante a partida é de certo modo tranqüila, mas, após o jogo, esse controle não é mais eficaz. Segundo eles, a intervenção deve se dar pela polícia.

Antes da Segunda Guerra Mundial, os jovens iam tradicionalmente acompanhados aos jogos pelos pais, tios ou irmãos mais velhos, ou por vários grupos etários de sua vizinhança, e assim o seu comportamento estaria sujeito a um controle, enquanto depois de 1960, os jovens começaram a assistir a jogos com rapazes da mesma idade, perdendo-se este mecanismo auto-regulador. Diante disso, Marivoet (1992), afirma que a violência no futebol deve ser entendida, também, como a intervenção social simbólica dos jovens na tentativa de desenvolverem a sua identidade diferencial.

Santos (1991) pôde identificar, entre as torcidas, subgrupos que manifestaram comportamentos violentos, o que se pode caracterizar como fazendo parte do aspecto subcultural da juventude, entendido como produtos de forças estruturais: classe social, trabalho, desemprego, raça e gênero. O excitamento que os atos violentos que praticam, trazem associados á identidade que conseguem, não só pela camisa que vestem, mas também pelo reconhecimento dos outros grupos em consequência dos atos que praticam, confere-lhe “status”.

Compreender a ação das torcidas organizadas é para Pimenta (2004b) reconhecer, como uma das possibilidades, que seus filiados são atraídos pela banalização da violência e da transgressão ás regras estabelecidas na sociedade; e que, embora sejam cumpridores de diversos papéis sociais – são filhos, pais, estudantes e trabalhadores –, uma vez em grupo, abandonam os papéis de cidadãos discretos e se transformam em agressores e arruaceiros.

Nas ações produzidas pelas organizadas, a juventude se constitui como ator principal, tanto na posição de agressor como na de vítima. A adesão de uma grande massa de jovens a essa ou aquela organizada passa pela avaliação de qual torcida é a mais violenta, a “mais fudida” (Pimenta, 2004b). A presença de um grande número

de jovens filiados explica-se também pelo fato de as torcidas proporcionarem aos membros certa sensação de segurança relacionada á adesão a ideais rígidos de masculinidade, pela sensação de coesão e de companheirismo, pela possibilidade de auto-afirmação por meio do uso da força. Inversamente, a sociedade de consumo, o mercado de trabalho, a família, os partidos políticos, entre outras instituições sociais, não conseguem dar respostas ás necessidades e aos desejos de determinados jovens, pelo menos nesse contexto.

1.4 – O comportamento coletivo das torcidas

O indivíduo pode praticar atos de vandalismo quando está sozinho, mas normalmente essas ações violentas ocorrem em grupos. Muitos somente recorrem á violência quando estão inseridos na massa, ou seja, usam a proteção do grupo para se tornarem mais “forte” e perderem o medo. Algumas teorias explicam esse comportamento coletivo, fato comum no comportamento das torcidas de futebol.

Freud (1993) chama de psicologia de massas, como sendo uma parte da psicologia social orientada para o estudo do indivíduo como membro de uma raça, nação, profissão, instituição ou como membro de uma multidão que, em ocasiões determinadas, para fins determinados se reúne para cumprir certo objetivo. Sob determinadas situações, e não outras, aparece no indivíduo um fenômeno mental que Freud classifica de instinto social, capaz de promover comportamentos peculiares para a ocasião. Segundo o autor, a este conjunto de situações e comportamentos peculiares que regulam as atividades de certos coletivos dá-se o nome de grupo psicológico:

“É um ser provisório, formado por elementos heterogêneos que por um momento se combinam, exatamente como as células que

constituem um corpo vivo, formam, por sua reunião, um novo ser que apresenta características muito diferentes daquelas obtidas por cada célula isoladamente” (p. 83).

A coesão grupal que sustenta estes comportamentos é garantida, segundo Freud (1993), por um instinto de harmonização com a maioria que leva os indivíduos a se contagiarem com os comportamentos do grupo. Quanto maior é o número de pessoas que repetem o mesmo comportamento, mais força o comportamento ganha. O contágio do movimento é tanto mais acentuado quanto mais simples e grosseiro este for. Assim a carga do movimento se intensifica por interação e excitação mútuas.

Freud (1993) fala que a libido é a condição necessária para a unidade do grupo. É preciso haver confluência de energia libidinal de modo que o indivíduo se sinta mais motivado a confluir para essa energia do que opor-se a ela. Cumpre papel importante na constituição da libido a figura do líder, da idéia ou da coisa, como alguém ou algo que se transforma no próprio objeto do desejo do amor e da energia libidinal do grupo. O autor ressalta que os laços libidinais que unem o grupo só são rompidos em situações de pânico, quando as ordens ou as sugestões originais são substituídas pelos cuidados com a própria vida, onde “os laços mútuos deixaram de existir e libera-se um medo gigantesco e insensato” (p. 107).

Para Le Bon (1996), a partir do momento em que o indivíduo está inserido num grupo, constituindo uma massa, surgem forças e fenômenos que configuram uma alma coletiva, que obedece a suas próprias leis e não pode ser descrita a partir das propriedades dos indivíduos que a compõem. Ainda segundo o autor, essa massa significa um só ser e está submetida á lei da unidade mental das massas.

Mackenzie (1978) relata que o comportamento coletivo é um fenômeno entre estranhos, despidos das relações estruturais, exceto as que são geradas pela “onda” em si mesma. Para Simões (1973) “o indivíduo, como ser coletivo, é apenas um instrumento inconsciente” (p.38).

Para Simons e Taylor (1992) o comportamento coletivo é altamente influenciado pela inconsciência e é caracterizado pela impulsividade, perda da razão, da capacidade de julgamento, de espírito crítico e pelo exagero de sentimentos. Quando se está em grupo, o indivíduo perde seu senso pessoal de responsabilidade.

Cagigal (1976) afirma que todas as massas de espectadores em estádios podem ser perigosas. Na massa enraivecida, o indivíduo incorre numa espécie de alienação que libera seus mecanismos primitivos de comportamento. Desaparece toda inibição de origem cultural e possivelmente inclusas algumas inibições de equilíbrio instintivo. O indivíduo na massa, despersonalizado, anulado pela unidimensionalidade atuante, reforçado pelo contágio físico da ação vencida, é capaz de qualquer coisa.

Na competição a platéia descarrega os ímpetos recalcados no íntimo de cada espectador (Araújo, 1983). O público de um estádio, presa de fenômenos de intensa personalidade desportiva, pode cair em imprevistas e imprevisíveis explosões de irracionalidade, caracterizadas por formas criminais de agressividade e destrutividade.

O indivíduo incorporado a formações coletivas modifica seu comportamento habitual e se encaminha a "profundas transformações em sua vida psíquica". Para Pimenta (1997), as regras sociais se afrouxam dentro da praça esportiva, propiciando momentos de transgressão não permitidas nas relações grupais fora do campo de jogo.

Dessa forma, a loucura dos estádios se desenvolve segundo o seguinte modelo psicodinâmico (Antonelli e Salvini, 1978):

1 - O feito desportivo favorece a aparição de um particular estado de ânimo pelo qual as massas de aficionados se mobilizam e se põe "em pé de guerra".

2 - A condição de massa determina a espoliação das características individuais para induzir, em seu lugar, um fundo emocional comum e indiferente, uma modificação das instâncias psíquicas e a transformação do público em multidão (substituição do superego individual pelo do grupo com um descenso da responsabilidade subjetiva e camuflagem na multidão).

3 - O feito desencadeante pode ser, indiferentemente, uma vitória, uma derrota, uma decisão do árbitro controvertida, uma briga ocasional ou nada de definido nem de particular.

Luschen e Weis (1976) define o comportamento coletivo como “uma mobilização não institucionalizada, encaminhada a restabelecer uma componente da conduta social sobre a base de uma idéia generalizada” (p. 231) e, por isso, descreve a atuação dos fatores determinantes como um processo valioso.

Ao mover-se o público das competições esportivas dentro de uns limites de permissividade mais amplos, ao motivar-se para que se alegre por algo com que se sente identificado e ao concentrar-se em um jogo em que as tensões entre grupos estão com freqüência a ponto de explodir, nada tem de estranho que às vezes "perde o controle" e se parte de uma forma que acarretará lesão de pessoas e também a destruição de coisas (Luschen & Weis, 1976).

Em todas as ocasiões em que se reúne um grande número de gente em condições de notável excitação, existe um elevado potencial de força violenta (Lang & Lang citado por Luschen & Weis, 1976).

Segundo Pugliese citado por Simões (1973) o indivíduo, como ser coletivo, "é apenas um instrumento inconsciente". Tarde, citado pelo mesmo autor, diz que a multidão é imitativa e o que predomina na vida social é a repetição. A multidão, portanto, é passiva, rotineira, crédula e sugestionável. Tarde fixa três princípios (Leis de Tarde) a respeito dos hábitos da massa: 1ª lei - desaparecimento dos hábitos pessoais e o prevalecimento da expansão da afetividade e a excitação pelo novo. 2ª lei - estado de adoração ou de receio e atenção expectante. 3ª lei - transformação dos sentimentos em atos.

Le Bon, segundo Simões (1973), define a multidão não como uma simples reunião de homens, mas o conglomerado despersonalizado de homens que agem e decidem de acordo com uma só alma: a alma coletiva. Essa alma não é o simples resultado de adição das almas individuais, nem tampouco a média dessas almas. O indivíduo se inferioriza em massa, é nivelado por baixo, e, como necessita viver em grupos, é capaz das mais absurdas irracionalidades.

Na multidão há uma espécie de contágio, com isso o indivíduo sacrifica seus interesses em favor da coletividade. Ligado a este contágio, existe a sugestionabilidade que faz com que os componentes da multidão fiquem hipnotizados (Simões, 1973).

McDougall (1912) afirma que o líder tem o poder de acionar as multidões e incluir os princípios norteadores do comportamento. A multidão pode-se transformar em grupo no instante em que cria uma mentalidade coletiva, adotando então alguma coisa em comum e reagindo semelhantemente em face de um mesmo fato. A massa se comporta, segundo esta corrente de pensamento, como uma criança sem educação e, em certos casos, se compara a um animal selvagem. Mas um domador pode dar-

lhe orientação e guiá-la. Ortega e Gasset alerta-nos, todavia, que a massa já não quer ser mais platéia, deseja vir ao palco e ter participação efetiva. (Simões, 1973)

O espetáculo modifica o espectador. O torcedor é, ao mesmo tempo, os pólos antagônicos. Pode esbravejar ou chorar, cair em desânimo ou se exaltar em esperanças. O silêncio e a eloquência fazem parte do mapa do comportamento. A torcida se transforma e é capaz de tudo. No estádio, no decurso de uma série de emoções, o torcedor se liberta (Cunha, 2006).

Lüschen e Weis (1976) dividem a massa dos estádios em quatro tipos:

1 - Público fanático: é o torcedor típico, é o "louco por Esporte", ao que "a vida lhe parece insignificante em comparação com a excitação do estádio" e que "emocional, se não fisicamente..., sempre está disposto quando é chamado para assistir a uma partida" (Beisser, citado por Lüschen & Weis, 1976, p.236).

Os "inimigos" do esportista são seus inimigos e em ocasiões ampliam seu apoio mediante violento protesto contra uma decisão ou ação que consideram prejudicial para sua boa fama ou para as possibilidades de vitória da equipe (ou jogador).

2- Multidão cobiçosa: atua espontaneamente em uma espécie de protesto anônimo. Quando um indivíduo se encontra abandonado o pânico representa um processo de desmoralização e o protesto anônimo é uma espécie de defesa espontânea mediante a qual os indivíduos desmoralizados se protegem coletivamente dos perigos das dobras psicológicas.

3 - Massa desenfreada: a massa desenfreada (ou exaltada) aproveita qualquer oportunidade para deixar-se levar de suas fantasias e instintos. Este comportamento que normalmente não é tolerado ou até proibido, tem como consequência, pretendida

ou casual, atos de destruição ou distúrbios generalizados. A multidão desenfreada é aquela "multidão que perde o controle".

Nas competições esportivas existem subgrupos de multidão desenfreada. No primeiro se incluem aqueles indivíduos ou grupos que aproveitam a oportunidade para entregar-se a uma conduta desviada ou proibida. Para Cunha (2006), o público de um espetáculo esportivo somente se converte em massa desenfreada quando um número suficientemente grande de pessoas perde de tal maneira o controle, que dificultam os outros espectadores em seguir o jogo ou colocam em perigo o Esporte. Assim, este, subgrupo resulta de união espontânea dos comportamentos de vários indivíduos. A multidão exaltada constitui a forma mais espontânea, fugaz e passageira de multidão desenfreada. Os acontecimentos que se desenrolam no campo excitam as emoções e fazem com que muitos indivíduos do público - ao menos transitoriamente - abandonem seu comedimento habitual e juntos organizem um distúrbio.

O segundo subgrupo está mais fortemente submetido às convenções. A multidão que se congrega para um acontecimento é atraída tanto pela possibilidade que dito acontecimento os brinda para comportarem-se a margem das normas, como pelo acontecimento mesmo.

Quando em conexão com um determinado Esporte se formam espontânea e freqüentemente multidões desenfreadas, o desenfreio pode converter-se em convenção, de tal maneira que um subgrupo de multidão desenfreada suscita o outro.

4 - Público polarizado: uma competição esportiva pode ser a oportunidade que um público polarizado ou subgrupos da população aproveitem para comportar-se violentamente. Estes subgrupos podem ser: a) o jogo se converte em cenário para a continuação ou o reatamento de uma disputa; b) os acontecimentos do jogo (ou da

competição) desencadeiam lutas ou outras formas de conflito entre os grupos polarizados.

O indivíduo inserido na massa tem o seu comportamento influenciado pelas atitudes que esse grupo realiza. Através das torcidas organizadas, o indivíduo se sente importante e extravasa os seus sentimentos mais íntimos, que estavam reprimidos.

O motivo de glória, ou a procura de prestígio, é uma das causas mais frequentes do comportamento agressivo (Klineberg, 1959). Barker, Dembo, Lewin e Wright, citados por Klineberg (1959) concluíram que a frustração nem sempre precede a agressão.

Klineberg (1959) afirma que a agressão pode aparentemente ter muitas conseqüências diferentes, dependendo da experiência prévia do indivíduo, suas características pessoais, das circunstâncias, em que ocorre a frustração, etc. A frustração pode frequentemente, porém não necessariamente, dar origem à agressão e que a agressão pode, de modo freqüente mas não necessário, resultar da frustração.

De acordo com Miller e Dollard (in Klineberg, 1959), vários indivíduos e várias culturas podem aprender a reagir no processo de socialização com a agressão; outros podem aprender de modo alternativo.

Da união de um grupo de pessoas, pode aparecer as mais variadas reações inconscientes. Com alguma organização, esse grupo pode realizar atitudes de apoio aos clubes e até de violência contra torcedores adversários. O surgimento das torcidas organizadas é um fator de coletivismo entre pessoas com interesses semelhantes.

CAPÍTULO II - VIOLÊNCIA:

QUESTÕES RELATIVAS À SEU CONCEITO E NATUREZA

É unânime a dificuldade em conceituar a violência. Em primeiro lugar porque não existe uma violência, mas violências que devem ser entendidas em seus contextos e situações particulares. É um fenômeno multicausal que se apresenta sob diversas formas e com variadas manifestações, que não pode ser analisada sob uma forma isolada. Essa dificuldade de estabelecer relações de causalidade torna-se acentuada quando se observa a pulverização da violência, sua banalização na mídia e sua reinserção no cotidiano dos indivíduos em geral, o que amplia sua abrangência e incidência, dificultando, ainda mais, a sua compreensão.

A primeira imagem que surge quando se fala em violência é aquela que se exprime pela agressão física, na qual, atinge diretamente o homem tanto naquilo que possui (seu corpo, seus bens) quanto naquilo que mais ama (seus amigos, sua família). Mas, ficar somente nessa conceituação física de violência seria, como aponta Campos (2000), aproximá-la a um conceito de violência interpessoal e do campo da agressão como disposição básica do indivíduo. Melhor ainda, seria correr um risco de aprisioná-la num esquema formal estreito.

Em um trabalho importante de síntese das teorias e modelos de estudo sobre a agressão, Moser (1991) retoma uma premissa fundamental, segundo a qual a agressão, preenche funções essenciais à sobrevivência do indivíduo e mesmo à continuação da espécie. Em uma análise cuidadosa, este autor põe em evidência as falhas nas explicações baseadas no modelo da frustração-agressão, dado que nem toda frustração gera automaticamente uma conduta agressiva. Evidentemente, se a

frustração está associada a condutas agressivas, como construto ela não é suficiente para explicá-las.

Berkowitz e Lepage (1967) e Buss (1966) demonstram o caráter relativo da frustração como causa da agressão, mediada pela presença ou ausência de indicadores evocativos, pela variável intencionalidade e pela avaliação geral do comportamento dos outros agentes envolvidos na interação. Mas, sobretudo, deve-se compreender que um ato agressivo, mesmo quando inserido no estrito espaço do que se chama de “relação interpessoal”, é sempre um social: ele sempre existe em um contexto, um contexto de indivíduos que se situam em uma estrutura social, que ocupam papéis sociais, que se orientam por valores que definem a natureza e as possibilidades desta mesma relação. Do mesmo modo, não se pode esquecer que existem diferentes tipos de violência, segundo os diferentes tipos de motivação e os diferentes graus de aceitabilidade social.

A noção de agressão é, de algum modo, consubstancial ao universo das interações interpessoais, mas o termo “violência” deve se inscrever, conforme Berkowitz e Lepage (1967) e Buss (1966), para além da perspectiva do dano causado, intencionalmente ou não, reativamente ou não. O termo violência exige a referência a uma *norma*, pois ela remete a um *excesso*, um abuso.

Adota-se, aqui, uma perspectiva segundo a qual a violência interpessoal é compreendida como um construto próximo à agressão e corresponde a um excesso do irracional, excesso de um ato cujas motivações profundas não são do registro do racional: a agressão se torna violência quando *irracionalmente* ela se torna um ultrapassar dos limites de uma norma aceitável do uso da agressão nas relações. (Santos, 1995)

Costa (2003), em sua obra intitulada *Violência e Psicanálise*, apresenta algumas considerações que questionam a validade do argumento biológico. O autor assinala, por exemplo, a redundância presente no argumento biológico, uma vez que “o homem se comporta como um animal porque é um animal”; nesse sentido, semelhanças comportamentais entre seres humanos e animais não-humanos são óbvias.

Outra consideração do autor diz respeito à inconsistência do argumento no que se refere à irracionalidade da violência. O comportamento violento, mesmo emocionalmente orientado, não exclui a participação da razão. O ser humano pode agir “levado pela emoção” e com violência, sem que isso signifique uma ausência de razão. Além disso, apesar do caráter irracional que a violência pode exibir – ser destituído de motivo ou ser deslocado de objeto, por exemplo – esta sempre levará consigo a marca de um desejo.

Violência é o emprego desejado de agressividade, com fins destrutivos. Esse desejo pode ser voluntário, deliberado, racional e consciente, ou pode ser inconsciente, involuntário e irracional. A existência desses predicados não altera a qualidade especificamente humana da violência, pois o animal não deseja, o animal necessita. (Costa, 2003, p.39)

Uma importante crítica ao argumento biológico tem como embasamento outro tipo de consideração: a repercussão moral deste raciocínio. A aceitação da violência enquanto condição natural do existir humano termina por banalizá-la, trivializá-la (Costa, 2003). Do ponto de vista da ética, a legitimação dessa concepção torna-se um estigma, uma marca difícil de ser removida e que, em determinados contextos, pode tornar-se um instrumento de perpetuação da violência.

A violência é um fenômeno complexo multideterminado que não pode ser analisado de forma isolada, ele deve ser refletido a partir de uma dimensão estrutural, envolvendo desigualdade e exclusão social; de uma dimensão interpessoal, relacionada aos conflitos interpessoais; e a partir de uma dimensão simbólica, envolvendo os processos representacionais que intervêm diretamente na construção e dinamicidade da realidade social (Moscovici, 1992).

No campo das ciências humanas, pode-se dizer, a partir de uma distinção proposta por Campos (2000), que a violência é um “fato nominado”, em oposição aos “fatos anônimos”. A violência, para ser um fato, requisita uma visão, uma concepção. Dito de outro modo: a violência como fato é duplamente uma construção social. Primeiro, no sentido que ela ocorre no interior das relações de poder (e é bom salientar que as sociedades modernas são constituídas majoritariamente por relações assimétricas de poder); e, em segundo lugar, que a própria percepção, diz-se representação, é um produto social, conhecimento que é gerado nas interações sociais e por elas mantido.

Trata-se, pois, de uma noção que recobre uma vasta gama de eventos e fenômenos nos quais o ato violento é a expressão da imposição das necessidades, expectativas e vontades de um ator social sobre as necessidades, expectativas e vontades de outro ator. Nesse sentido, a violência é reconhecida como a expressão de um conflito, no interior de uma dinâmica de poder (Adorno, 1993). Vale pontuar que, em suas múltiplas expressões, a violência manifesta-se como um exercício de poder tanto mediante força física, quanto psicológica, moral, política ou econômica.

É quase impossível apontar uma origem única para tal fenômeno, diante da multiplicidade de motivos e formas como ele se manifesta. Antes disso, a gravidade e urgência das situações brasileira e mundial indicam que essa generalização da

violência é sintomática. Ela se caracteriza como um tipo de linguagem, que é a expressão dos conflitos de poder, da cultura individualista, da subjetividade instrumental, e do sofrimento psíquico e social experimentado pelas sociedades ocidentais modernas (Pereira, Rondelli, Schollhammer & Herschmann, 2000). Diante disso nota-se a necessidade de se lançar um olhar crítico sobre a violência, percebendo-a para além da esteticização e naturalização que a acompanha, e reconhecendo-a como tal, despida de quaisquer atributos que a desconfigure.

Apesar do grande destaque adquirido no final do último século, a violência não pode ser considerada uma problemática recente ou presente em contextos isolados. Trata-se de um fenômeno recorrente e sistemático, com origem em tempos remotos, cujas primeiras manifestações documentadas no Brasil remetem à época colonial, a partir do genocídio indígena e da escravidão, e que vem assumindo configurações específicas conforme o período histórico. Pode-se dizer que, de uma forma geral, a violência tem acompanhado o desenvolvimento das sociedades e a história da humanidade.

Em suas múltiplas formas de manifestação, a violência deve ser compreendida sempre como um fenômeno social (Campos, Torres & Guimarães, 2004; Moser, 1991; Velho, 2000). Ela existe num determinado contexto e se efetiva na relação com o outro. Trata-se de uma “interação” entre indivíduos situados em uma dada estrutura social, ocupando papéis sociais e orientados por valores que definem e modelam as possibilidades dessa interação. Daí parte a perspectiva de análise da violência enquanto dado cultural e societário, cujas manifestações variam de acordo com o contexto sociocultural e são dotadas de valores complexos e diversificados. Apesar das dificuldades de delimitação conceitual, parece consensual entre os pesquisadores a concepção de violência enquanto fenômeno multifacetado

que assume formas e sentidos variados, em conformidade com o momento histórico e a cultura em que ele é produzido.

2.1 – Violência e suas múltiplas expressões

O termo violência é usado nos mais diferentes contextos e, conseqüentemente, com os mais diferentes significados, inclusive em função das diferentes linhas ideológicas e teóricas de pensamento. Assim, fala-se em violência: dos criminosos, da ação policial, da ação política, das leis, do modelo econômico, da fome, da miséria, do analfabetismo, da ação pedagógica, da educação dos pais, dos fenômenos da natureza, das doenças, do futebol, das intervenções cirúrgicas, entre muitos outros contextos e situações. Pese toda essa pluralidade de situações e significados, é de interesse que se façam algumas aproximações quanto a um núcleo central do que seja violência, de se buscar delimitar seus contornos.

Para Costa (2003), as definições de violência serão sempre provisórias e inferidas de casos particulares, tornado-se inviável isolar a essência da mesma. Ele reconhece, com muita propriedade, dois riscos: o de se sacralizar a violência, tornando-a impensável, intocável, identificado-a com a “anti-razão”, com a “desrazão”, com o “demoníaco”, ou o de se banalizá-la, dando-se-lhe um “caráter de impulsão primeira e permanente no psiquismo”, reconhecendo-a como algo natural e onipresente e, mais do isso, como fato inaugural da vida psíquica.

Etimologicamente, Michaud (2001) reconhece que a raiz da palavra violência é “vis”, que significa força, energia, potência, valor, força vital. Distingue no comportamento violento dois aspectos básicos: o caráter de intensidade irresistível e brutal de sua força, de um lado, e, de outro lado, seu caráter de lesividade, pelo qual se causa alguma forma de dano a alguma coisa ou alguém.

Objetivando englobar as mais variadas situações, (as que supõem atos de violência e as que supõem estados de violência, as que supõem atos de violência com contornos e efeitos definidos e as que supõem estados de violência mais insidiosos), Michaud propõe o seguinte conceito:

“Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais” (p. 11).

Segundo essa percepção, a violência se instaura a partir de uma relação agressão/vitimização, em que um agressor provoca dano ou prejuízo (que pode ser de natureza física, moral, psicológica, política ou econômica) a um vitimizado. Nota-se, contudo, que essa tentativa de definição não faz referência à intencionalidade do ato violento, aspecto considerado por Pinheiro e Almeida (2003) como central para a sua caracterização enquanto tal. Segundo estes autores, para que um evento seja definido como uma manifestação violenta deve-se considerar, principalmente, a intenção ou não de provocar danos/prejuízos à vítima.

A duplicidade de aspectos, intensidade e lesividade, encontra-se explícita na conceituação oferecida por Amoretti (1992): “Violência pode ser definida como o ato de violentar, determinar dano físico, moral ou psicológico através da força ou da coação, exercer pressão ou tirania contra a vontade e a liberdade do outro” (p. 41). Conforme lembra o autor, o fato encerra em si um sujeito ou sujeitos violentadores, uma pessoa ou pessoas que sofrem a ação violenta e um ato ou ação violentadora. Pode-se ainda analisar no fenômeno violento a intensidade, as características da ação violenta, bem como suas causas e efeitos. A ação será mais violenta ou menos

violenta, em função da intensidade de sua força, bem como da natureza dos danos por ela causados. Os danos, por sua vez, são das mais deferentes ordens e referem-se a todos os domínios, tais como o material, físico (corporal), psíquico, moral, cultural, religioso, entre outros.

Buscando, no entanto, um elemento comum ou como que definidor para todos esses danos, Fachini (1992) e Odália (1985) entendem que violência implica idéia de privação. Para eles, o ato violentador supõe a idéia de privar, isto é, de destituir, despojar, desapossar alguém de suas coisas, de seus direitos fundamentais, inclusive de se realizar como homem. Ao aproximar o conceito de violência com a idéia de privação, com a idéia de privar alguém de seus direitos fundamentais, até mesmo do direito de se realizar como homem e cidadão, vale lembrar a “clássica versão aristotélica”, conforme palavras de Costa (1999), da noção de violência “como qualidade do movimento que impede as coisas de seguirem seu movimento natural” (p. 15).

Outras definições não fogem desse paradigma, mas incorporam a palavra na sua definição: a violência como o não reconhecimento do outro, a anulação ou a cisão do outro (Adorno, 1993, 1995; Oliveira, 2002; Paixão, 1995; Santos, 1998; Zaluar, 1994); como a negação da dignidade humana (Brant, 1989; Caldeira, 1991; Kowarick & Ant, 1981); como a ausência de compaixão (Zaluar, 1994); como a palavra emparedada ou o excesso de poder (Santos, 1998). Em todas elas ressalta-se, explicitamente ou não, o pouco espaço existente para o aparecimento do sujeito da argumentação, da negociação ou da demanda, enclausurado que fica na exibição da força física pelo seu oponente ou esmagado pela arbitrariedade dos poderosos que se negam ao diálogo.

Uma visão mais mecanicista do fenômeno da violência busca estabelecer uma relação automática causal entre pobreza e violência. Nessa linha de estudos, a pobreza é a causa, senão única, pelo menos principal, da violência. Pesquisas revelam que é possível identificar a violência em todas as classes, grupos ou segmentos sociais. Como explica Velho (2002) somente esses fatores junto às condições de vida a ela associadas não seriam suficientes para explicar o fenômeno da violência. É preciso incluir uma modificação nos padrões de valores. É necessário, também, como afirma Santos (2004), que a violência seja explicada a partir de uma dimensão estrutural, interpessoal e simbólica.

Esses processos simbólicos e representacionais são muito bem contemplados, dentro da Psicologia Social, pela Teoria das Representações Sociais (TRS) (Abric, 2001; Flament, 1989; Jodelet, 1996; Moscovici, 1961; Rouquette, 1995). Em sua perspectiva, a violência, enquanto fenômeno cultural é um objeto social que suscita representações, as quais intervêm em uma dada realidade social, sendo que esta última, ela também, se configura como objeto de representação para os diferentes atores sociais.

Segundo esta perspectiva a violência é considerada uma construção social, onde determinados atos são considerados violentos porque são investidos de um conjunto de significações que lhes conferem um *status* particular. Isso significa dizer que a violência é objeto de uma gestão psicológica por parte das pessoas, em que os fenômenos nomeados como sendo violência são cotidianos na vida dos indivíduos. Desse modo, as percepções das situações concretas são marcadas por estas “teorias prévias” coletivas da violência, do mesmo modo que as condutas e os comportamentos a serem adotados são também condicionados por essas teorias (Campos & Guimarães, 2003).

Assim, abandona-se uma tentativa de tratar a violência como uma questão individual, oriunda exclusivamente de características psicológicas de um sujeito específico, para considerá-la inscrita em uma “rede coletiva em que elementos individuais, sociais, históricos, culturais e interpessoais interpenetram-se. É nessa rede coletiva que vão se construindo e reconstruindo modos de pensar e dar sentido à realidade social” (Santos, 2004, p.141).

Em uma perspectiva para além do dano causado, seja ele intencional ou não, está a concepção de violência que remete a um excesso, a um abuso, a uma desmesura, e que, portanto, faz referência a uma norma (Tavares dos Santos, 1999, 2004; Zaluar, 1999). Nesse sentido, o uso da força torna-se violência “quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica” (Zaluar, 1999, p.8).

Em suas reflexões sobre a violência, Tavares dos Santos (2004) busca compreender a violência presente nos diferentes conjuntos relacionais, tomando-a como “um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais” (p.8). Assim, a força, a coerção e o dano são percebidos como formas de violência enquanto ato de excesso presente tanto nas estratégias de dominação do poder soberano quanto nas redes de micropoder entre grupos sociais.

Para este autor, a violência não se encontra necessariamente articulada ao uso de instrumentos de força bruta e não há uma fronteira que desassocie a violência física, a qual se impõe pelo excesso de força corporal ou armada, e a violência simbólica, a qual exclui e domina por meio da linguagem. Desse modo considera a violência:

“(…) como um dispositivo de excesso de poder, uma prática disciplinar que produz um dano social, atuando em um diagrama espaço-temporal, a qual se instaura com uma justificativa racional, desde a prescrição de estigmas até a exclusão, efetiva ou simbólica. Essa relação de excesso de poder configura, entretanto, uma relação social inegociável porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, daqueles que são atingidos pelo agente da violência” (Tavares dos Santos, 1999, citado por Zaluar & Leal, 2001, p.148).

Dentre as várias abordagens possíveis do fenômeno da violência, encontramos ainda a perspectiva que tem como foco central a noção de sujeito. Essa perspectiva não busca afastar sistematicamente as outras abordagens do fenômeno, porém, busca localizar estes pontos de vista em um contexto mais amplo, no qual sejam paralelos ou até mesmo subordinados à noção de sujeito.

Segundo Wieviorka (2004) a noção de sujeito sustenta-se na capacidade de construir-se a si próprio, proceder a escolhas e produzir sua própria existência. Trata-se de um conceito ligado ao caráter criativo do agir humano e que engloba tanto a capacidade de comprometer-se como também de libertar-se. Contudo, vale notar que o sujeito em questão não é um “életron libre” cuja trajetória escapa a qualquer interdição, norma ou relações destituídas de escolha. O sujeito existe apenas na capacidade de viver plenamente as relações.

Nesse sentido, o autor formula a idéia de que “a violência é freqüentemente, pelo menos parcialmente, pelo menos originalmente, a marca de um sujeito contrariado, proibido, impossível ou infeliz” (Wieviorka, 2004, p.24). É a marca de uma pessoa que foi, ela mesma, vítima de uma violência.

Seguindo esta linha de análise, o autor afirma que a violência urbana, ligada à frustração pelo não acesso aos bens materiais ou a um reconhecimento simbólico, ligada à discriminação e ao racismo, ou ainda ligada ao sentimento de abandono ou ressentimento em relação às instituições e ao Estado, é melhor compreendida quando tomada a partir da noção de sujeito. Aqui a violência urbana é percebida em função de uma recusa de subjetividade, de um não reconhecimento que contribui para a construção de uma subjetividade também impossível ou infeliz.

O ponto de vista das vítimas da violência também é um aspecto destacado por Wieviorka (2004). Tratando-se de uma característica da sociedade moderna, uma sensibilidade em relação às vítimas da violência tem ganhado amplitude mundial e traduz-se em ações humanitárias promovidas por instituições de diversas naturezas.

Nota-se atualmente um princípio de mudança de olhar em relação às vítimas. Estas não são apenas mortos e feridos contabilizados administrativamente. Estas vítimas são “sujeitos atingidos, de forma mais ou menos intensa, em sua integridade física ou moral, privados parcial ou integralmente, da capacidade de construir sua própria existência.” (Wieviorka, 2004, p.43).

Assim, segundo esse autor, as reflexões acerca das possíveis soluções para a violência devem ser pensadas sempre em referência ao sujeito, quer se trate do ator ou da vítima. As saídas devem implicar um reconhecimento mútuo de que o outro é também sujeito, bem como a intervenção de um princípio que transcende a oposição dos atores face a face, seja esse princípio ético, moral, político ou, até mesmo, econômico.

Com relação especificamente ao fenômeno da violência no futebol, sem negar a dimensão simbólica dos embates dramatizados pelos torcedores nos estádios, não se pode subestimar que o uso da violência física é sempre uma possibilidade que

norteia o padrão de relacionamento desses agrupamentos. Trata-se de um traço bastante recorrente, através do qual, um jogo de futebol é, de certa maneira, como “brincar com fogo”, quando as hostilidades são incitadas a tal ponto que saem do controle, trazendo consigo o risco e o perigo da agressão aberta e direta.

Segundo Carvalho (1985), a análise da violência no futebol deve ser colocada na perspectiva mais larga da violência social. E, nesta ordem de idéias, choca-se inevitavelmente com concepções de caráter ideológico, com perspectivas filosóficas e com a defesa de agressividade como instinto, ou seja, com a concepção tradicional da sociedade que fez da agressividade um de seus valores essenciais. Para Toledo (1999), existe um total descaso com o outro ser humano e com a integridade física. Pimenta (1997) coloca, ainda, que está em curso, nos centros urbanos, um processo de violência que marca e constrói as relações grupais e interpessoais, de forma banal, débil e vazia, construindo a idéia da existência de uma cultura da violência.

Nesse sentido, percebe-se o avanço da crescente identificação juvenil com ídolos e equipes de futebol, verificada principalmente em países como o Brasil, onde grande parte da população projeta no atleta e depositam nele suas esperanças de vitória, suas ânsias de triunfo, porém também suas próprias frustrações e agressividade. E nesta identificação, o indivíduo, incorporado a formações coletivas modifica seu comportamento habitual e se encaminha a “profundas transformações em sua vida psíquica” (Cagigal, 1976). Para Pimenta (1997), as regras sociais se afrouxam dentro da praça esportiva, propiciando momentos de transgressão não permitidas nas relações grupais fora do campo de jogo.

Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1994, 2003b; Jodelet, 2001; Abric, 1998) apresenta-se como uma importante linha teórica

situada em uma “posição mista na encruzilhada de uma série de conceitos sociológicos e conceitos psicológicos” (Moscovici, 1994, p.41), que implica o estabelecimento de relação entre processos dinâmicos sociais e psíquicos, apreendendo tanto elementos do sistema de pensamento coletivo, tais como a cultura e as ideologias, como também elementos do sistema de pensamento individual, ligados às experiências privadas e afetivas do sujeito. As representações sociais, na tentativa de tornar os fenômenos sociais inteligíveis, situam-se em uma perspectiva teórica que abrange concomitantemente o social e o psicológico.

2.2 - Reflexões sobre a violência na condição moderna

Na tentativa de melhor compreender a presença da violência no contexto atual torna-se necessário lançar um olhar crítico sobre a contemporaneidade. Nesse sentido, trata-se de abordar as mudanças no estilo de vida, na organização política, econômica, social e cultural vivenciadas pelas sociedades ocidentais, buscando compreender como se dá a inscrição do fenômeno da violência neste contexto. Assim, a partir de uma exploração da organização da sociedade capitalista frente às transformações recentes pode-se compreender o “lugar” da violência na realidade cotidiana. Este momento, na visão de Giddens (1991) comumente chamado “equivocadamente” de pós-modernidade, compreende o momento mais recente da modernidade (especialmente a partir do século XX), quando se observa uma radicalização das mudanças experimentadas a partir do início deste período, ou seja, a contemporaneidade vive um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes.

Segundo Giddens (1991), a sensação de estar vivendo um período de transição, um período que ultrapassa a já conhecida *modernidade*, surge a partir das

várias “descontinuidades” que marcam a história da humanidade. O grande diferencial no atual momento histórico seria a extensibilidade (no sentido de estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo) e a intensibilidade (no sentido de provocar alterações nas mais íntimas e pessoais características da existência cotidiana) das transformações.

Assim, a realidade que vivenciamos hoje resulta de um processo de transformação socioeconômica-política-social das sociedades capitalistas ocidentais, que deixou marcas profundas nas vidas cotidianas dos indivíduos. As modificações experimentadas pelas sociedades contemporâneas, marcadas pela expansão da economia de mercado, pela incorporação do conhecimento científico e tecnológico à produção industrial, pelos acordos de integração econômica supranacionais e regionais, pelo crescimento da imigração, pelo florescimento de uma cultura de massa etc. devem ser consideradas como um processo complexo que atua de maneira contraditória, produzindo conflitos e disfunções, e que incide tanto sobre os sistemas sociais em grande escala como também sobre contextos locais e dos grupos situados em diferentes regiões do planeta (Tavares dos Santos, 1999).

Fazendo uma explanação de como as grandes transformações do mundo contemporâneo têm marcado o campo da subjetividade humana, Birman (1999) nos fala do mal-estar na atualidade. Segundo este autor, as promessas do início da modernização embutidas na ideologia do progresso e da razão cientificista não foram cumpridas e o sujeito contemporâneo “não consegue mais acreditar, como anteriormente, que pode transformar a si mesmo e ao mundo com seu desejo, de maneira a poder reinventar a si mesmo e a ordem social” (p.82). Trata-se de um sujeito tomado pelo desamparo advindo da própria estrutura de organização da sociedade.

Esta relação entre um mal-estar do sujeito e a organização da sociedade foi abordada há muito no texto *O mal-estar na civilização* no qual Freud (1930/1993) já apontava que a civilização, em troca da segurança e da proteção da vida em comunidade, estabelece limites e regula as relações humanas/sociais, a vida sexual e o instinto agressivo humano. Porém, as várias conquistas e progressos técnico-científicos da civilização não tornaram as pessoas mais felizes, ao contrário, nota-se a vivência compartilhada de um grande desconforto presente nos tempos modernos. Nesse sentido, pode-se dizer que o mal-estar do sujeito da modernidade é de ordem estrutural, decorrente da relação conflituosa entre a pulsão e a civilização.

Afirmando que as transformações verificadas na contemporaneidade têm produzido uma nova morfologia dos processos sociais, Tavares dos Santos (1999, 2004) sugere que uma nova forma de sociabilidade está se desenhando no contexto moderno, definida por estilos violentos de sociabilidade, que invertem as expectativas do processo civilizatório.

As relações de sociabilidade passam por uma nova mutação, mediante processos simultâneos de integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização, de ocidentalização e de desterritorialização. Como efeito dos processos de exclusão social e econômica, inserem-se as práticas de violência como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea (Tavares dos Santos, 1999).

Assim, na visão do autor, afigura-se nas sociedades do século XXI o fenômeno da violência difusa, cujas raízes localizam-se nos processos de fragmentação social. Nesse sentido as instituições socializadoras, tais como a família, a escola, a religião, as fábricas, etc., estariam vivendo um processo de crise e

desinstitucionalização. Se antes as relações de sociabilidade construídas nessas instituições eram marcadas prioritariamente pela afetividade e pela solidariedade, hoje reaparecem como preferencialmente conflitivas, como demonstram, por exemplo, os fenômenos da violência doméstica e da violência na escola.

A violência difusa seria, portanto, um novo modelo de sociabilidade verificado na atualidade e que perpassaria os diferentes contextos de interação social. Ao que parece, as mudanças no cenário mundial promoveram a fragmentação social e a fragilização dos laços sociais, o incremento de processos de exclusão e a “desfiliação” de algumas categorias, tais como a juventude. Foram esses processos que possibilitaram a emergência do que seria um novo modo de interação social, onde as conflitualidades encontrariam espaço privilegiado.

Esboçando a noção de sociabilidade violenta a partir de uma análise da natureza e sentido da radical transformação de qualidade das relações sociais, e as práticas de criminosos comuns, Silva (2004) aponta que os padrões de sociabilidade convencionais, regulados no âmbito do Estado, em determinados contextos e sob certas condições, perdem a validade e são substituídos por um complexo de práticas estruturadas na relação de forças.

Segundo o autor, a representação da violência urbana tem como característica central a expressão de uma ordem social, isto é, um complexo orgânico de práticas, mais do que um conjunto de comportamentos isolados. Ao considerar a existência desse modelo de ordem social, o autor sugere que o uso da força como princípio de regulação das relações sociais convive com o modelo de sociabilidade regulada pelo Estado. Assim, “não há luta, mas convivência de referências, conscientes ou pelo menos claramente ‘monitoradas’, a códigos normativos distintos e igualmente legitimados, que implicam a adoção de cursos de ação divergentes” (Silva, 2004,

p.73). Nesse sentido, os atores sociais articulam suas práticas cotidianas a essa dupla inserção: como participantes da ordem estatal e, paralelamente, da sociabilidade violenta.

No contexto contemporâneo, a ideologia individualista, o imediatismo e o projeto de vida hedonista ganharam espaço. Aos poucos, com o enfraquecimento da tradicional família burguesa, os indivíduos passaram a buscar fora do ambiente familiar os referenciais necessários à definição do bom e do mau, do certo e do errado. Houve assim, uma conversão da família burguesa às ideologias do bem-estar do corpo, do sexo e do psiquismo, típicas das sociedades de consumo. Na visão de Costa (2003) “é como se o *penso, logo existo* tivesse sido substituído pelo *gozo, logo sou*”.(p.157)

Um traço marcante a ser observado é a forma pela qual se estrutura a vida mental do sujeito moderno, particularmente no que concerne às formas de construção da subjetividade, onde o eu encontra-se situado em posição privilegiada. Segundo Birman (1999), o autocentramento do sujeito atingiu limiares impressionantes e espetaculares, se comparado com a história do mundo Ocidental. Para o autor, o autocentramento se apresenta inicialmente sob a forma da estetização da existência. Trata-se de uma exaltação gloriosa do próprio eu, baseada principalmente na aparência, de modo que o sujeito vale aquilo que parece ser. No registro sexual este autocentramento também se torna presente, e evidencia-se nas relações amorosas onde, para o sujeito, não importa mais o afeto, mas a tomada do outro como objeto de predação e gozo, por meio do qual ele se enaltece. Nesse sentido, o sujeito posiciona-se como o centro da relação, enquanto que o outro é colocado na posição de objeto de satisfação, tendo sua subjetividade desconsiderada/ignorada ou até mesmo anulada.

O autocentramento pode ser considerado o traço fundamental da chamada *cultura do narcisismo*. Utilizando o *narcisismo* como metáfora da condição humana, Lasch (1983) afirma que existem conexões entre o tipo de personalidade narcisista e certos padrões característicos da cultura contemporânea, tais como “o temor intenso da velhice e da morte, o senso de tempo alterado, o fascínio pela celebridade, o medo da competição, o declínio do espírito lúdico, as relações deterioradas entre homens e mulheres” (p.57).

O autor afirma que a construção da organização social vigente exigiu novas formas de personalidade, novos modos de socialização e novos modos de organizar a experiência. Diante disso, o padrão narcisista de personalidade ao mesmo tempo em que é incentivado pelos atuais padrões sociais, parece representar também a melhor maneira de lutar em igualdade de condições com as tensões e ansiedades da vida moderna. Trata-se de uma busca da felicidade através de estratégias narcísicas de sobrevivência que reproduzem os piores aspectos da crise geral da cultura ocidental.

Em um interessante artigo sobre a violência urbana, Costa (1999) busca explorar a relação existente entre o modo de vida da sociedade e Estado contemporâneo e a violência no contexto cotidiano. A autora observa a prevalência de atos violentos desarticulados de conexão com as lutas de interesses mais amplos (lutas de classe, de interesse social), o aumento no número de homicídios e crimes violentos praticados não por pobres ou excluídos, mas por pessoas de classes mais abastadas e a grande incidência de atos violentos promovidos pelos diversos tipos de gangues e amotinados, aparentemente desprovidos de motivação, etc. A partir disso, surgem inúmeros questionamentos acerca dos elementos motivadores desses novos tipos de articulações da violência, os quais encontram respostas no modo de organização da sociedade moderna.

Segundo Costa (1999), essa violência percebida como gratuita, praticada pelo simples prazer da violência, encontra respaldo no atual modo de vida das sociedades capitalistas, na ideologia do lucro fácil e da busca da satisfação imediata do desejo de consumir. Assim, a não aceitação de limites para a satisfação de qualquer tipo de prazer e o desejo de consumir leva a condutas que, em última instância, visam à destruição do outro. Trata-se de uma real possibilidade de eliminação do outro se este resiste e faz obstáculo ao gozo do sujeito.

Obviamente a tentativa de desvelamento da “ideologia” capitalista vigente nas sociedades ocidentais não deve intencionar uma explicação completa das causas da violência no Brasil uma vez que existem inúmeras particularidades e fragmentações locais que são determinantes na emergência do fenômeno. Todavia, é necessário atentar-se à sutileza e à força dos argumentos do capitalismo moderno, tão entranhados em nossa sociedade que muitas vezes tornam-se imperceptíveis.

Nesse contexto, a mídia se destaca como instrumento fundamental da atual sociedade de consumo. O consumismo é, por excelência, individualizante. Assim a mídia e a propaganda buscam uma constante “personalização” do modismo, de forma que o indivíduo, massificado e uniformizado, sinta-se único na posição que ocupa socialmente, quando se apropria de determinados bens e objetos. A publicidade torna-se, portanto, a grande estrela da sociedade capitalista, uma vez que controla o poder de decisão do indivíduo, fazendo-o consumir aquilo que o mercado precisa vender; propõe o consumo como cura ou remédio para a inevitável desolação do homem moderno (Costa, 2003).

Reconhecendo a importância da mídia e que, atrás dela, se produz visibilidade e se constroem os sentidos de algumas práticas culturais, Pereira *et al.*(2000) destaca o modo como a violência se apresenta enquanto produto cultural

em circulação no sistema midiático. Ao ser estilizada, na sua absorção pelos meios de comunicação, a violência representada passa por um processo de tradução que favorece e estimula seu consumo por um público mais amplo. Este procedimento se apóia no poder de fascinação da violência, que é potencializado por sua espetacularização, podendo alterar os sentidos iniciais das manifestações, bem como tornar os indivíduos menos sensíveis às diferentes realidades expostas.

Assim, o episódio violento da vida real cotidiana transforma-se em um espetáculo produzido pelos meios de comunicação em massa. O fenômeno da violência é, portanto, transformado em um produto com grande poder de venda no mercado da informação e em objeto de consumo, que passa a fazer parte do dia-a-dia de grande parte da população, mesmo daqueles que nunca tiveram experiência de contato direto com o objeto (Porto, 2002).

Obviamente, não se trata de tentar estabelecer uma relação direta simplista entre a mídia e a violência. Contudo, na concepção de Porto (2002), se a mídia não pode ser responsabilizada pelo aumento da violência ela é, sem dúvida, um meio que favorece e fortalece sociabilidades estruturadas na e pela violência. Não são raras as oportunidades em que a violência é apresentada como um comportamento valorizado e tratada como um recurso onde sua utilização passa a ser uma questão de eficácia, oportunidade, afirmação de identidade, explosão de raiva, frustração, dentre outras possibilidades.

Um recente artigo de Ramos e Novo (2003) mostra, através de um estudo de caso, como a mídia espetaculariza a violência e quais as conseqüências disso. Analisando o material veiculado na imprensa acerca de um seqüestro de ônibus ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2002, que teve um desfecho trágico e recebeu ampla cobertura nos meios de comunicação, a pesquisadora

apontam a mídia como veículo capaz de uma dramatização e mitificação do fenômeno da violência. Esse processo contribui para o fortalecimento de uma concepção da violência como um “grande mal” que está em todos os lugares, que nos cerca e nos assusta; também contribui com a manutenção de uma representação social da violência como um fenômeno produzido por um sujeito particular que não sabe lidar com suas emoções e problemas, e que merece, portanto, ser excluído do convívio social.

Pode-se pensar, portanto, que o excesso na difusão de manifestações de violência na mídia, por um lado, contribui para uma estigmatização de agentes e grupos envolvidos em tais práticas, reforçando um quadro de exclusão social e, por outro lado, legitima a instauração de modelos de sociabilidade e de construções identitárias pautadas na violência.

2.3 - Violência e gangues

As gangues têm sido objeto de uma grande parte das pesquisas contemporâneas nos Estados Unidos. De fato, há tanta pesquisa que o tema das gangues já se transformou no que Davis (1991) chama de uma "*growth industry*", isto é, um assunto sobre o qual todo mundo escreve - especialista ou não - e que dá prestígio a quem o faz. Apesar da grande diversidade de estudos, pode-se agrupá-los em duas categorias: os que consideram as gangues como um resultado dos atributos específicos de seus membros e os que as descrevem pelas diversas formas de ação criminosa ou "desviante" praticadas por seus membros. O erro dessas interpretações é que elas deturpam a natureza do fenômeno e subestimam as relações entre as condições estruturais da sociedade e a própria gangue. Sendo assim, para bem

compreender o fenômeno é preciso analisar em que condições as circunstâncias estruturais da sociedade afetam o desenvolvimento e a conduta das gangues.

- As gangues como reunião de indivíduos que praticam atos "desviantes"

A maior parte das pesquisas tende a definir as gangues como uma associação fracamente estruturada de indivíduos que cometem atos delituosos ou crimes. Esses atos podem ser de natureza econômica ou ser violentos, mas o que distingue tais agrupamentos de outras formas de associação é o rótulo de ilegalidade colado a esses atos. Esse modo de definir vem sempre acompanhado da inevitável insistência em que as gangues agem numa base territorial (Klein, 1968). Certamente não é difícil perceber as semelhanças entre tal referência à territorialidade e as análises mais genéricas da conduta territorial encontrada numa série de estudos behavioristas sobre o comportamento animal (Lorenz, 1974; Morris, 1967). Levando em conta que essas descrições originam-se da comunidade acadêmica, não é de espantar que a imagem das gangues como uma malta de indivíduos violentos perseguindo gente decente e inofensiva tenha tão grande penetração na opinião popular (Wacquant, 1994). Há várias dificuldades nessa descrição, mas as três mais importantes têm a ver com: (1) definir a gangue como uma associação pouco estruturada de indivíduos; (2) a primazia conferida aos atos ilegais; (3) a ênfase no comportamento territorial.

Para começo de conversa, há um problema genérico em definir um grupo como qualquer associação fracamente estruturada de indivíduos. Basicamente, isso significa tratar qualquer associação de indivíduos que age em um território e toma parte em atos ilegais como uma gangue. Essa definição impede os pesquisadores de diferenciar uma gangue de qualquer outro grupo que age coletivamente, mesmo que se incluam a territorialidade e o comportamento ilegal. Por exemplo, tanto um

grêmio de estudantes universitários, organizado territorialmente por faculdade, e que se mete com drogas e bebidas alcoólicas, ou usa de violência no trote dos calouros, quanto uma pequena quadrilha de assaltantes, composta de três a cinco pessoas, atenderiam aos requisitos da definição de gangue, embora na realidade não o sejam. Essa falta de especificidade é que causou obstáculos a uma compreensão sociológica mais precisa da natureza das gangues ao mesmo tempo em que criou uma confusão entre o modo de atuar das gangues, por misturar grupos que agem coletivamente na mesma qualificação de comportamento de gangue. Enfim, atribuiu-se o rótulo de conduta de gangue à maioria dos grupos que se identificam com um nome, e isso contribuiu para confundir a conduta de gangue com o comportamento coletivo de um grupo que é sociologicamente identificado como uma gangue.

O que a maioria desses estudos anteriores faz é tratar as ações de bandos de indivíduos como ações de gangue, mas, do ponto de vista sociológico, gangues e bandos não são a mesma coisa. Bandos são grupos de indivíduos que agem de uma certa maneira coletiva que é entendida como "*ganging*", isto é, um processo pelo qual pessoas se juntam para se opor ou atacar alguma coisa. Os bandos podem assumir duas formas. Numa delas há um líder, mas o grupo não tem uma estrutura organizacional. Quer dizer, apesar da presença do líder, as pessoas não obedecem a regras uniformizadas, não adotam papéis diferenciados, e não seguem um *modus vivendi* que dá primazia à sobrevivência do grupo. Numa outra forma, um bando é uma coleção de indivíduos que agem sem líder, mas que normalmente se reúnem uns aos outros de modo fracamente estruturado e adotam uma perspectiva *ad hoc* (isto é, não uniformizada) de definir seu comportamento de "*ganging*".

A segunda premissa em que se baseiam essas definições das gangues formuladas pela literatura da área é a de que elas têm uma natureza intrinsecamente

criminosa. O simples fato de os integrantes de gangues terem se envolvido com o crime não quer dizer necessariamente que o grupo deva ser entendido como inerentemente criminoso. Participantes de grêmios estudantis também podem ter condutas ilegais, que acabem em mortes, embora menos frequentemente, mas nem por isso os grêmios poderiam ser considerados organizações criminosas, porque a maior parte de suas atividades não envolve crimes. Da mesma maneira, se levássemos em conta as atividades da maioria dos membros de uma gangue durante 24 horas, veríamos que a maior parte das suas ações não implica atividade criminosa. A verdade é que a esmagadora maioria dos estudos aponta para o fato de que, as gangues, como os grêmios estudantis ou outras associações, são coletivos formalizados nos quais o objetivo principal é proporcionar benefícios econômicos e sociais aos seus integrantes e, em diferentes graus, aos membros de sua comunidade (Sánchez-jankowski,1991). Ora, pode ser que os sociólogos e os especialistas em criminologia somente estejam interessados no comportamento ilegal, mas qualquer definição que integre a conduta ilegal como premissa fundamental deturpa os aspectos básicos de uma gangue.

A terceira premissa encontrada na literatura da área é que as gangues pertencem a um território. O problema de fazer desse aspecto um elemento definidor é que todo grupo sempre é, de certa forma, territorialmente marcado. O que distingue uma organização das outras não é que ela seja integrada a um território ou não, mas qual território elas tomam como base. Por exemplo, certos grupos, como tribos ou Estados-nações, definem-se pelo território físico, e as gangues, por nascerem das interações sociais realizadas no bairro, têm essa ênfase. Mas há outros grupos que convergem para o território da classe social ou do *status*. Grêmios, irmandades e outras associações concentram-se em torno de pessoas que ocupam determinados

territórios de *status* social na sociedade. Outros grupos voltam-se para o território social da etnicidade, como as associações étnicas que buscam a adesão de todos os membros de um grupo particular. Por fim, há grupos que focalizam o território associado aos mercados. Grupos sociais podem basear-se em mais de um território e as gangues são apenas um agrupamento desse tipo. Elas se concentram tanto no espaço físico quanto naqueles que se relacionam com mercados, especialmente os mercados contemporâneos do comércio de drogas. Desse modo, incluir a territorialidade como fator fundamental da definição das gangues não permite distingui-las adequadamente de outras formas de agrupamento.

Para chegar a uma visão mais realista das gangues é preciso entender que elas são mais do que um coletivo de indivíduos baseados num território e envolvidos com o crime. Trata-se antes de mais nada de uma organização, mas uma organização que tem determinadas características. É preciso entender uma gangue como um sistema social organizado que é ao mesmo tempo quase privado (isto é, não totalmente aberto ao público) e quase secreto (isto é, a maior parte das informações sobre suas atividades permanece restrita ao grupo), cujo tamanho e objetivos tomam indispensável que a interação social seja dirigida por uma estrutura de liderança com papéis bem definidos; em que a autoridade ligada a esses papéis é tão legitimada que os códigos sociais regulam tanto o comportamento dos líderes quanto o das bases; que planeja e provê não somente serviços econômicos e sociais para seus membros quanto sua própria manutenção como organização; que persegue esses objetivos a despeito da legalidade ou ilegalidade das atividades e que não tem uma burocracia (isto é, um pessoal administrativo hierarquicamente organizado e distinto da liderança) (Sánchez-jankowski, 1991).

- As gangues e a estrutura da violência

A violência associada às gangues é estruturada por três condições. A primeira tem a ver com a situação sócio-econômica dos integrantes do grupo. Geralmente as gangues surgem em comunidades de baixa renda onde há escassez de recursos. O pouco que existe é muito disputado. Assim, quem é criado nesse meio aprende que é preciso ser agressivo para garantir esses recursos: caso contrário outros deles se apossarão. Esse processo de socialização leva as pessoas a agir de modo particularmente preconceituoso para com as demais e a empregar toda a força possível para garantir ou manter uma posse ou um objetivo. Assim, o membro de uma gangue, tanto quanto os demais moradores desses meios sociais, usa da violência para alcançar objetivos individuais. É esse tipo de violência individual que tem sido mal interpretado pela lei, pela mídia e por alguns acadêmicos. Essa violência não tem nada a ver com as gangues; ocorre independentemente de o indivíduo estar ligado a uma gangue ou não.

A segunda condição estrutural que afeta o uso da violência por membros de gangues relaciona-se com os códigos informais internos da própria organização. Esses códigos dependem das expectativas existentes entre seus membros quanto ao tipo e ao volume da força que deve ser empregada em determinada situação. O uso da violência numa situação específica é determinado pelas normas sociais e pelos códigos internos da gangue relativamente ao uso da força. Pode-se ver isso com clareza quando os indivíduos pertencentes a uma gangue empregam a força uns contra os outros para alcançar um objetivo.

O terceiro modo de estruturação da violência associada às gangues relaciona-se com o ambiente do mercado no qual elas operam como organizações. Foi dito antes, que as gangues usam da violência para promover os interesses da organização.

O aumento do grau de violência empregado nos últimos anos tem a ver com a estrutura do mercado econômico no qual elas atuam. Com a abertura do mercado de drogas, as gangues passaram a se comportar como qualquer outra organização capitalista. Procuraram estabelecer um controle monopolista dos diversos produtos e de sua distribuição pelos mercados consumidores. Esse comportamento tem sido, e continuará a sê-lo, muito agressivo e violento, porque nesse mercado, ao contrário dos demais, o Estado não tem como regular a competição. Assim, num mercado em que nenhum agente externo regula os principais competidores, a dinâmica reguladora é a força física. Os mais fortes fisicamente, e mais dispostos a usar essa força, levam vantagem na competição pela monopolização dos mercados dos diversos produtos. Quando um dos competidores possui uma vantagem física considerável, a violência tende a ser menor. Mas quando existe um relativo equilíbrio de forças entre os competidores, a violência aparece, por causa da disputa para determinar qual grupo se tornará a força dominante. Em todas essas situações, a estrutura do mercado (tipo de produtos, quantidade de fornecedores, tamanho da demanda) e a estrutura da organização (solidez da estrutura interna e dos recursos de poder), junto com a estrutura do campo da competição (meio físico) determina o tipo e o grau de violência aplicada.

CAPÍTULO III - TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS - REFERENCIAL TEÓRICO

Foi em sua obra “La psychanalyse, son image et son public”, de 1961, que Moscovici lança as bases da Teoria das Representações Sociais, a partir de um estudo do impacto da Psicanálise no senso comum do parisiense da década de 50, em que pesquisou a representação social, ou senso comum, do universo reificado da teoria e da prática psicanalítica.

Ela não surgiu dentro de um vazio cultural. Pelo contrário, nas ciências sociais, na França, principalmente com Durkheim, um dos fundadores da sociologia moderna. Moscovici (1961) foi buscar nesta sociologia durkheimiana um primeiro abrigo conceitual para suas objeções ao excessivo individualismo da psicologia social americana, a qual era uma contrapartida conceitual para sua Teoria das Representações Sociais.

Em consonância com a maioria dos teóricos anteriores a Segunda Guerra Mundial, Durkheim distinguia entre dois níveis de fenômenos, o nível individual e o nível da cultura ou da sociedade. Durkheim defendia que o estudo das representações individuais era de domínio da psicologia, enquanto que o estudo das representações coletivas era de domínio da sociologia, por partilhar da noção de que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram distintas daquelas que explicavam os fenômenos individuais (Farr, 1994).

Segundo Farr (1994):

“A distinção aguda de Durkheim entre sociologia (o estudo das representações coletivas), e psicologia (o estudo das representações individuais), fez com que se tornasse praticamente inevitável que,

quando Moscovici propôs que se estudassem as representações sociais, esse novo campo fosse classificado como uma forma sociológica, e não psicológica, de psicologia social” (Farr, 1994, p.36).

Para Durkheim (1986), portanto, as representações coletivas teriam uma existência concreta, uma materialidade que se manifestaria não apenas no comportamento dos membros de uma sociedade, por meio da socialização e internalização de valores, mas na estrutura jurídica e organizacional de uma formação social, nos mecanismos de controle social, nos critérios e formas de sanção e recompensa, etc. As representações coletivas dariam sustentação a uma moral específica, necessária ao corpo social, materializando-a, objetivando-a e naturalizando-a, desempenhando, assim, o papel de amainar ou até mesmo eliminar a contradição entre o individual e o coletivo, mantendo a ordem e o equilíbrio social.

O autor traça, dessa forma, uma linha rígida entre o individual e o coletivo, o psíquico e o social, com clara prevalência do segundo sobre o primeiro, na explicação dos fenômenos e da ação social. O fator "construção" na interação social é claramente negligenciado. O tema é abordado exclusivamente em termos de reprodução, e a produção de significados fica como lacuna. O plano simbólico torna-se, assim, tão pouco dinâmico quanto pouco conflitivo: ele paira sobre os indivíduos de forma homogênea, e se dá entre indivíduo e sociedade de forma meramente conceitual, em vez de entre grupos sociais específicos e concretos (Durkheim, 1986).

Apesar de Moscovici ter ido buscar em Durkheim um caminho para a construção de sua teoria, ele logo o abandonou, ao reconhecer as limitações que o conceito de representação coletiva apresentava. Em outras palavras, Moscovici

apropriou-se do conceito durkheimiano, modificando-o e utilizando-o como conceito fundador de um novo continente de pesquisas: **a)** primeiro, retirou do conceito de Durkheim o peso da ontologia social, mudando o seu campo de aplicação, agora situado a meio caminho entre o social e o psicológico; **b)** inscreveu no conceito uma consistência cognitiva bastante acentuada; **c)** delimitou especificamente o seu campo de ação, ou seja, o cotidiano; e **d)** especificou a representação como uma forma de conhecimento particular, relacionado com o senso comum, com a interação social e com a socialização (Perrusi, 1995).

Desse modo, o social de Moscovici, diferentemente do coletivo de Durkheim, designa o aspecto dinâmico e a bilateralidade no processo de constituição das representações sociais, assinalando duas facetas: por um lado, a representação como forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado e por outro, sua realidade psicológica, afetiva e analógica, inserida no comportamento do indivíduo. “As representações são medidas sociais da realidade, produto e processo de uma atividade de elaboração psicológica e social dessa realidade nos processos de interação e mudança social” (Jodelet, 1986, p. 37). Falar em representação social, portanto, é mais que falar em opinião (individual ou pública), atitude e conduta. Esses elementos estão em um nível de menor sedimentação social, são mais fluidos e contingentes e podem ser, eles próprios, reflexos ou efeitos de representações sociais.

Como menciona Farr (1994), Moscovici inaugurou um movimento inovador, tanto do ponto de vista temático como também teórico e metodológico no campo da psicologia social, em oposição àquela psicologia dominante de caráter individualista e ideológico que ocupa um papel hegemônico na sociedade. A psicologia social dominante, de cunho norte-americano, se ocupava basicamente dos processos

individualistas, dissociado do mundo social e de seu contexto histórico com uma orientação marcadamente funcionalista e pragmática.

Com isso, fica evidente que, desde o início, a Teoria das Representações Sociais de Moscovici se constituiu numa importante crítica sobre a natureza individualizante da maior parte da pesquisa em Psicologia Social, na América do Norte. Para Sá (1996), “tal perspectiva simplesmente não se mostra capaz de dar conta das relações informais, cotidianas, da vida humana, em um nível mais propriamente social ou coletivo”. (p. 20)

A vertente psicossociológica da qual Moscovici (2003a) participa, de origem européia, considera importante tanto os comportamentos individuais quanto os fatos sociais e leva em consideração a realidade social, os conteúdos dos fenômenos psicossociais e as inter-relações ou o caráter dialético que os contextos sociais apresentam em relação ao comportamento. Além disso, reconhece que ambos os fenômenos contribuem para a construção da realidade social.

A Teoria das Representações Sociais é uma das correntes que não se conforma à Psicologia Social tradicional (a qual buscava no indivíduo e em suas características a explicação dos fenômenos sociais), mas que procura uma Psicologia Social preconizando que é na interação social que se encontram os elementos suficientes para a compreensão desses fenômenos. Por esse motivo, as realidades sociais são construídas através das representações sociais, enquanto que a sua gênese, segundo Moscovici (1994), se situa na “arte da conversação”.

Quando os indivíduos se encontram para falar, expressar suas opiniões, argumentar, discutir o cotidiano, produzir e difundir conhecimentos sobre o mundo, esses conhecimentos passam a orientar seus comportamentos e do grupo ao qual pertence, bem como suas relações individuais e com os outros grupos. Segundo Sá

(1996), as representações sociais acontecem em todos os lugares onde as pessoas se encontram formalmente e se comunicam:

“No café da manhã, no almoço e no jantar; nas filas do ônibus e do supermercado; no trabalho, na escola e nas salas de espera; nos saguões, nos corredores, nas praças e nos bares; talvez, principalmente nos bares e botequins, em pé ou sentado, para um cafezinho, um *happy hour*, ou uma noitada “jogando conversa fora”. Faz simplesmente parte da vida em sociedade”. (p. 26)

Portanto, para Moscovici (2003b), as representações sociais são entidades quase tangíveis e estão presentes no nosso cotidiano. “Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano” (p.45). Segundo essa teoria, uma representação social apresenta-se como um sistema de valores, idéias e práticas, produto direto da interação e comunicação.

Busca então captar os fenômenos que ocorrem no cotidiano, o conhecimento criado e compartilhado por pessoas comuns, produzido socialmente a partir das relações de troca interpessoais e intergrupais que se dão espontaneamente, e que permitem aos sujeitos formular explicações, orientar e justificar suas ações cotidianas.

Para Jodelet (2001), principal colaboradora e continuadora do trabalho de Moscovici, a Representação Social é “uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, tendo uma orientação prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p.36).

Ela é ao mesmo tempo, “o produto e o processo de uma atividade mental, através daquilo que o indivíduo ou um grupo reconstitui a realidade com a qual ele se confronta e para a qual ele atribui um significado específico” (Abric, 1989, p. 64).

As representações sociais regem nossa relação com o mundo e com os outros, caracterizando-se como um tipo de conhecimento partilhado. Enquanto sistemas complexos sempre ativados e em ação na vida social, as representações sociais interferem, como diz Jodelet (2001), em processos variados, participando como guia na elaboração da realidade, de modo a possibilitar uma leitura e compreensão do mundo concreto, e organizando as condutas e comunicações sociais a fim de possibilitar um ajustamento prático do sujeito ao seu meio.

Sendo um tipo de criação coletiva, as representações sociais estão implicadas com as diferenças na sociedade. São formas de conhecimento produzidas e sustentadas por grupos específicos, dentro de uma conjuntura sócio-histórica determinada, exercendo assim um papel fundamental na definição e manutenção da identidade e expressão grupal. Buscando enfatizar as implicações das representações sociais para as relações grupais e intergrupais, Vala (1996) afirma que

“(...) as representações sociais não são meros enunciados sobre a realidade, mas teorias sociais práticas sobre objetos relevantes na vida dos grupos. Enquanto teorias são organizações de crenças, atitudes e explicações; enquanto teorias práticas, são organizadores da ação; enquanto teorias sociais, são produzidas no quadro das comunicações cotidianas suscitadas pelas identidades sociais.” (p.151).

Como observa Ibanez (1988), as representações possibilitaram determinados processos sociais, como a comunicação social, que se desenvolve em um contexto de representações compartilhadas, na qual os sujeitos têm um referencial e uma visão da realidade comum. Para o autor, a comunicação exige mais do que a simples utilização de um mesmo código linguístico. Para que haja comunicação é necessário que as pessoas compartilhem representações sociais, para que possam se expressar e se compreender.

Se as representações são uma condição necessária para que haja comunicação, é porque permitem ao sujeito compreender e explicar a realidade, “elas definem o quadro de referência comum que permite as trocas sociais, a transmissão e a difusão deste saber ingênuo (Abric, 1998, p.29).

As representações têm ainda um papel significativo na elaboração da identidade pessoal e social. Para Abric (1998), as representações permitem aos indivíduos e aos grupos a elaboração de uma identidade gratificante, compatível com os valores e as normas estabelecidas socialmente. O sentido de identidade grupal é importante nos processos de comparação social na medida em que “a representação de seu próprio grupo é sempre marcada por uma super avaliação de algumas de suas características ou de suas produções, cujo objetivo é de garantir uma imagem positiva do grupo de inserção” (p.29).

Diante dessas observações, torna-se notória a impossibilidade de pensar uma única representação social da violência, e certamente dos fenômenos sociais em geral. O que se percebe através das funções da representação social e de sua organização cognitiva é que coexistem vários elementos representacionais definidos a partir da pertença e domínio do meio social.

Essas considerações permitem afirmar que a representação social de um objeto específico elaborado por determinado grupo responde a funções essenciais. Segundo Abric (1998) a primeira delas é a função de saber, onde as representações permitem a compreensão e explicação da realidade através de mecanismos de aquisição e integração dos conhecimentos e da comunicação social. Outra função essencial é a função identitária, que situa os indivíduos e os grupos dentro do campo social possibilitando a elaboração de uma identidade e proteção da especificidade dos grupos. As representações sociais atuam também como guias de comportamentos e práticas, apresentando uma função de orientação. Nesse sentido, elas servem como um guia para a ação, intervindo na definição da finalidade da situação, o tipo de relações pertinentes ao sujeito, e o tipo de estratégia cognitiva que será adotada. Também relacionada à ação, a quarta função apresentada é a função justificadora assumida pelas representações sociais, uma vez que elas influenciam na avaliação da ação possibilitando aos atores sociais explicar e justificar suas tomadas de posição e seus comportamentos.

Diante dos múltiplos vieses possíveis no estudo e exploração das representações sociais, merece destaque a dinâmica de suas relações no contexto da comunicação e da ação (Moscovici, 2003a). As transformações evidenciadas na era moderna consolidaram formas mais eficientes e abrangentes de comunicação em massa, permitindo uma ampla circulação das idéias e a inclusão de outros grupos no processo de produção psicossocial do conhecimento. De um modo geral a comunicação – tanto em nível interindividual, verificada entre os indivíduos de uma comunidade, quanto em nível macrossocial, envolvendo o sistema midiático e de comunicação em massa – desempenha papel fundamental nas trocas e interações, concorrendo para a criação de um universo consensual.

A partir disso, nota-se a existência de uma relação de reciprocidade em que a organização e estrutura da representação social adquire seus contornos através das influências comunicativas em ação na sociedade e, ao mesmo tempo, torna a comunicação possível (Moscovici, 2003b). Assim, a representação pode ser considerada tanto como um produto da comunicação como também o que possibilita a comunicação entre os membros da comunidade, uma vez que lhes fornece um código para nomear e classificar os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

Destacando a esfera pública enquanto espaço para a produção das representações sociais, Jovchelovitch (2000) apresenta a comunicação como elemento fundamental na construção, cristalização, transmissão e transformação das mesmas. É no espaço público que os sujeitos se reúnem para falar e dar sentido ao cotidiano. Expressando em sua estrutura interna concomitantemente pertinência e diversidade, história e realidade, resistência à mudança e sementes para a mudança, as representações sociais têm a comunicação como elemento central no processo de construção e perpetuação destas (via objetivação e ancoragem) e como mediadora da dinâmica e modificação das mesmas (via conflito e confrontação entre o velho e o novo).

Outro aspecto merecedor de grande destaque dentro da teoria inaugurada por Moscovici refere-se à relação entre as representações e as práticas sociais. Caracterizada como um tipo de saber vivido no cotidiano, desde a sua concepção a representação social é marcada por uma relação de grande proximidade com a prática, com a ação. No entanto o desvelamento da dinâmica desta relação constitui-se um desafio para estudiosos da área, uma vez que implica a assimilação de dados de natureza cognitiva e dados de natureza comportamental (Campos, 2003a, 2003b).

Trata-se de buscar compreender em profundidade uma relação de influência entre a representação social e a prática, fugindo de conclusões genéricas e simplistas que optam pela reciprocidade de influência.

Rouquette (1998) assinala:

“Não é exato dizer, sem outra precisão que ‘as representações sociais e as práticas se influenciam reciprocamente’, uma vez que não se trata de reciprocidade; para uma maior informação, convém tomar as representações como uma condição das práticas, e as práticas como um agente de transformação das representações” (p.43).

Portanto, é possível encontrar estudos que conferem às práticas um papel determinante nas ações dos sujeitos. Segundo esta concepção as ações que o sujeito aceita realizar em sua existência cotidiana, ou seja, as condições materiais e sociais às quais o sujeito se submete, determinam sua representação. Assim, a representação social caracteriza-se como um processo de adaptação cognitiva do sujeito à sua realidade social concreta. Por outro lado, nota-se uma grande quantidade de estudos que colocam em evidência a determinação das práticas pelos sistemas de representações do sujeito. Nesse sentido, as representações sociais do sujeito frente a um objeto definem suas possíveis condições de ação. Desse modo, elas funcionam como guias para a ação que, portanto, as constroem, mas, não as ditam (Abric, 2001).

Fazendo uma análise dos estudos que lidam com estas problemáticas da TRS, Campos (2003b) é taxativo ao declarar que as “relações entre as representações sociais e práticas são muito complexas e ainda pouco estudadas, tanto do ponto de vista teórico, quanto empírico” (p.54). Em pesquisas realizadas nesta área, ainda não

foi possível construir um modelo teórico único, válido para o conjunto das situações sociais.

Inegavelmente, existe uma estreita relação entre as ações/práticas dos sujeitos e suas representações sociais. Deixando à parte discussões acerca da predominância de um ou de outro elemento na dinâmica 'práticas X representações sociais', percebe-se a existência de uma interdependência entre eles. Segundo Abric (2001) e Rouquette (1998), qualquer contradição ou desacordo entre as representações e as práticas sociais leva, necessariamente, à transformação de uma ou de outra. Trata-se de uma necessidade intrínseca de reajuste no caso de transformação de um dos elementos.

As funções apresentadas pelas representações sociais, especialmente aquelas relacionadas à ação, estão fundamentadas na idéia de uma estruturação específica, que constitui um sistema sociocognitivo específico. Seguindo essa direção, uma das atuais correntes de estudo das representações sociais, conhecida como Abordagem Estrutural das Representações Sociais (Abric, 1998; Campos, 2003a; Sá, 1998), também chamada de Teoria do Núcleo Central, permite uma explanação de suas características estruturais e de sua dinamicidade.

Essa abordagem compreende o funcionamento e organização das representações sociais como sendo regido por um duplo sistema, formado por um núcleo central e por um sistema periférico, em que cada parte tem um papel específico, porém complementar ao do outro. O núcleo central constitui-se de um ou mais elementos que definem a organização e significado da representação. Constituindo-se como uma base comum propriamente social e coletiva que define a homogeneidade de um grupo, o núcleo central está ligado à estabilidade e coerência da representação social e desempenha duas funções essenciais: a função geradora

(responsável pela constituição do significado dos elementos da representação) e a função organizadora (responsável pela unidade e estabilidade da representação). Em torno do núcleo central organizam-se elementos do sistema periférico, cuja determinação é mais individualizada e integra as experiências cotidianas e histórias individuais. Trata-se do sistema que comporta os componentes mais acessíveis, vivos e concretos da representação (função de concretização), desempenhando papel fundamental em sua adaptação às evoluções do contexto (função de regulação) e na proteção do núcleo central frente a mudanças bruscas no meio (função de defesa).

Abric (1998) explica que :

“Se as representações sociais têm um núcleo central, é porque elas são uma manifestação do pensamento social e que dentro de todo pensamento social, um certo número de crenças, coletivamente engendradas e historicamente determinadas, não podem ser colocadas em questão porque elas são fundamentos dos modos de vida e que garantem a identidade e a perenidade de um grupo social”(p. 3).

Assim, as representações sociais apresentam características aparentemente contraditórias resultantes de sua própria estrutura. Segundo Abric (1998), as representações sociais “são, simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis” (p.34), uma vez que apresentam um núcleo central profundamente ancorado no sistema de valores grupais e têm seu sistema periférico alimentado por situações específicas e experiências individuais. Além disso, elas “são, ao mesmo tempo, consensuais e marcadas por fortes diferenças individuais” (p.34), já que a homogeneidade não é definida pelo consenso entre os sujeitos, mas pela organização da representação em torno de um núcleo central.

Nos diversos campos de investigação, estudos acerca da relação entre representações e práticas, assim como dos processos de transformação das mesmas, apresentam questões ainda em aberto na teoria. Tendo seus estudos centrados principalmente nos aspectos dinâmicos e na transformação das representações sociais, Flament (2001) faz uso da Teoria do Núcleo Central para enfatizar o papel predominante das práticas sociais no desencadeamento de transformações profundas das representações. De forma resumida, o autor explica que a periferia da representação serve de pára-choque entre uma realidade que a questiona e um núcleo central que não deve mudar facilmente. Os desacordos da realidade são absorvidos pelos esquemas periféricos que, desse modo, asseguram uma estabilidade (relativa) da representação. A ampliação desse mecanismo, levando-se em consideração a intensidade do desacordo entre prática e representação permitiria, portanto, explicar a transformação de uma representação.

A representação social de um objeto específico pode ser tomada como fenômeno que exerce uma gestão simbólica sobre os indivíduos e que apresenta o discurso e as práticas dos sujeitos como veículos essenciais para o acesso à representação. A partir dessa perspectiva, a violência, enquanto fenômeno cultural, é objeto social que suscita representações e que intervém em uma dada realidade social. Estando em íntima relação com as práticas do cotidiano, a representação social da violência não deve, portanto, ser tomada isoladamente, e sim analisada em sua relação direta com as comunicações e a pragmática.

Sendo produzidas e engendradas coletivamente dentro de uma determinada conjuntura sócio-histórica, a representação social da violência produzida por torcedores apresentam uma relação direta com as práticas violentas que envolvem este grupo. Assim, a identificação destes elementos representacionais permite a

compreensão do sistema de gestão simbólica da violência pelas torcidas organizadas e possibilita o desvelamento da relação existente entre esses elementos e as práticas violentas.

A violência, enquanto fenômeno social complexo que suscita representações, deve ser apreendida a partir das condutas e práticas humanas que lhe dão suporte, em conjunto com os sistemas simbólicos que lhe conferem sentido. Tendo com o fenômeno da torcida organizada ponto de grande confluência, a violência apresenta-se como inquietante e motivador campo de investigação, mediante a possibilidade de exploração a partir do ponto de vista dos jovens, do modo como eles concebem e representam esses processos violentos que a sociedade organiza e no qual estão intimamente envolvidos, e como eles organizam suas práticas a partir desses saberes.

CAPÍTULO IV – VIOLÊNCIA NAS TORCIDAS ORGANIZADAS DE FUTEBOL: UM ESTUDO EMPÍRICO

Essa pesquisa teve como objetivo, a partir da perspectiva das Representações Sociais, abordar o fenômeno da violência no futebol, sob ponto de vista dos torcedores organizados, do modo como eles concebem e representam os atos violentos ocorridos entre as torcidas. Dessa forma, foi feito um estudo empírico, tendo como preocupação principal conhecer a representação social da violência elaborada por torcedores organizados de futebol.

Para a obtenção dos dados foram escolhidos como campo de pesquisa duas torcidas organizadas de futebol: Esquadrão Vilanovense (composto por torcedores do Vila Nova) e Força Jovem (composto por torcedores do Goiás).

O estudo compôs-se de duas etapas. A primeira consistiu-se de um estudo exploratório, com base em entrevistas semi-diretivas, as quais foram objeto de uma análise lexográfica. Esta primeira etapa foi realizada nas respectivas sedes das torcidas organizadas. A segunda etapa teve como objetivo estudar a estrutura da representação social de “Torcida Organizada” e aprofundar o estudo da representação social da “Violência nas torcidas”. Esta etapa foi realizada no estádio, em jogos das respectivas equipes, e contou com questionários envolvendo as técnicas de associação livre, de análise de similitude, além de questões abertas.

4.1 – Breve História das Torcidas Esquadrão Vilanovense e Força Jovem

A história da Torcida Esquadrão Vilanovense, (TEV) composta por torcedores do Vila Nova, se iniciou no dia 17 de junho de 1994. As torcidas Camisa

12 e Comando Vermelho se reuniram, e decidiram se unir. Daquele dia em diante formou-se uma só torcida, a Torcida Organizada Esquadrão Vilanovense (TEV), que nasceu com mais de 1000 componentes. Com 13 anos de existência, a TEV procurou inovar e lançar sua própria moda. Depois da primeira sede social que possuía em uma pequena sala uma mesa, uma máquina de escrever e duas cadeiras, a TEV atualmente, têm o Castelo do Coringa. Com mais de 10.000 m quadrados, o Castelo possui uma academia com 45 aparelhos de musculação, tatame, saco de pancada e luvas para prática de artes marciais. A sala de jogos oferece quatro máquinas de totó, duas mesas de sinuca, tênis de mesa e tabuleiros de xadrez e dama.

A loja do Castelo dispõe de itens que vão desde as camisetas até os adesivos da TEV. Oferece grande espaço para desenvolvimento de todas as atividades sociais e culturais. Sua administração está organizada pelos seguintes membros: presidente, vice-presidente, comando feminino, diretor de informática, diretor de arquibancada, diretor geral, atendente da sede, que são escolhidos mediante votação realizada na própria sede da TEV, de quatro em quatro anos.

Em cada bairro existe um líder de torcida, que é o responsável pelas reuniões mensais de seu setor. Nestas reuniões são discutidos os seguintes assuntos: ensaiar gritos de guerra; organizar entrada e saída no estádio, em dias de jogos; desenvolver projetos sociais, dentre outros, que não foram especificados pelos líderes. Somam-se, ao todo, cinquenta setores.

A Força Jovem Goiás uma associação de torcedores do Goiás Esporte Clube que foi fundada no dia 23 de Maio de 1997, com objetivo de criar uma associação de torcedores esmeraldinos. Antes de sua fundação, seus fundadores decidiram que o nome seria escolhido entre vários nomes. Dentre estes, ficaram dois: (Torcida Jovem e Força Jovem Goiás) que seriam levados para apreciação de vários torcedores.

Segundo avaliação dos fundadores, o nome Força Jovem Goiás foi eleito com mais de 93% de preferência.

Sua equipe administrativa é composta pelo presidente, vice-presidente, coordenador das torcidas, diretor de arquibancada e diretor geral. Em cada bairro, num total de 39, tem um líder de torcida, responsável em comandar as reuniões que acontecem uma vez por mês. Os assuntos tratados nestas reuniões são: ensaiar gritos de guerra, combinar horários de entrada e saída do estádio, organizar caravanas para jogos fora da capital, dentre outros.

No sentido de entender um pouco mais sobre estas grandes torcidas, o “*Jornal Opção*” (2006) buscou, em entrevistas com os seus presidentes, informações sobre o funcionamento interno de cada uma. Para as torcidas organizadas, o processo de filiação é simples e ocorre de modo semelhante: requer a apresentação de cópias de identidade, uma fotos 3x4, comprovante de endereço, e o pagamento de dez reais. Menores de idade são aceitos por ambas as torcidas, porém, precisam de autorização por escrito dos pais. Quem se integra a uma dessas torcidas dedicam grande parte de seu tempo livre às mesmas.

Segundo os relatos dos entrevistados, as duas torcidas vendem seus materiais (camisetas, adesivos, chaveiros e outros) em butiques instaladas em suas respectivas sedes, mas possuem abordagem diferente no que diz respeito à venda de camisa. Na torcida Força Jovem do Goiás, a prioridade de venda é dada aos filiados: “Quem não for integrante da torcida também pode comprar material, mas deve se submeter a um cadastro” aponta o presidente da torcida Força Jovem. Já camisas da torcida Esquadrão Vilanovense podem ser adquiridas por qualquer pessoa que esteja disposta a comprá-las. O presidente desta torcida admite que haja o risco de alguém cometer um crime usando a camisa da torcida sem ser filiado, e a Esquadrão ser

apontada como culpada, mas explica porque este é um risco que está disposto a ocorrer: “Nós precisamos da renda das camisas para pagar nossos gastos mensais, que giram em torno de três mil e quinhentos reais”.

Um fato curioso que chamou a atenção da reportagem do “*Jornal Opção*” (2006), é que existe, na sede da Torcida Força Jovem, a proibição de se usar vermelho e branco, cores do rival. “Isso causa mal-estar entre os integrantes”, admite. O mesmo não se aplica à torcida Esquadrão Vilanovense, a qual não proíbe o visitante traje verde e branco. “Se o fizer será por sua própria conta e risco. O torcedor do Vila Nova naturalmente não gosta de verde. Não é proibido, mas ninguém usa.

Ambas as torcidas dispõem de um programa de rádio aos sábados, em horários diferentes, com debates, entrevistas, notícias exclusivas dos seus respectivos times, participações dos ouvintes, além de sorteios com vários prêmios (camisetas, bonés, chaveiros).

4.2 – Etapa I: Estudo Exploratório da Organização das Torcidas e Violência.

4.2.1 – Sujeitos e Instrumentos

Entrou-se em contato com as sedes das duas torcidas a fim de pedir autorização, aos seus respectivos presidentes, para a realização do estudo. Após isso, foram feitas observações em três reuniões de cada torcida, com o propósito de observar a dinâmica grupal e, principalmente, ter base para elaboração e realização das entrevistas semi-diretivas.

Foram realizadas, ao todo, entrevistas com vinte torcedores, separadamente, distribuídos da seguinte forma: dez integrantes da torcida Esquadrão Vilanovense e dez da torcida Força Jovem. Nos dois grupos, a faixa etária de idade dos torcedores era entre 15 e 50 anos, de ambos os sexos, igualmente distribuídos (sete homens e três mulheres para cada torcida), com escolaridade variando entre o primeiro grau até o nível superior. Tais sujeitos foram escolhidos aleatoriamente.

As entrevistas tinham como eixo temático central a violência no futebol, e foco nos episódios de violência. Algumas questões abordadas foram: “Para você, o que é uma torcida organizada? O que levou a participar desta torcida? Que associação você faz da torcida organizada com a violência? Porque as pessoas demonstram tanto medo das torcidas organizadas? O que faz as torcidas brigarem tanto? Você já se envolveu em alguma briga de torcida? Qual o momento mais chocante que você presenciou em termos de violência nas torcidas organizadas?”

Buscou-se explorar as manifestações de violência nas torcidas e suas características espontaneamente associadas, além disso, questionamentos foram feitos com o objetivo de obter informações acerca dos atores envolvidos nos episódios, as possíveis causas, o contexto e o julgamento sobre estes eventos. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente tratadas como discursos.

De acordo com Minayo (1999), na pesquisa qualitativa a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é primordial. Ela considera o sujeito de estudo como “gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe de crenças, valores e significados” (p.105). Ressalta, ainda, a necessidade de considerar que o objeto das ciências sociais é complexo, contraditório, inacabado e em permanente transformação.

Neste estudo, utilizou-se a chamada “abordagem quantitativa das representações sociais” (Doise, 2002; Doise *et al.*, 1993), também conhecida como abordagem das “tomadas de posição” ou dos “princípios organizadores das tomadas de posição”. Nesta abordagem, um primeiro aspecto a ser destacado é a noção de consenso, a idéia de “saber partilhado”, que pode ser qualificada pelo menos de duas maneiras: primeiro, o consenso como um acordo entre os indivíduos, manifestado pela similitude (proximidade ou não) das respostas; ou, em segundo lugar, como partilha de pontos de referência, “tomadas de posição” que exprimem, tanto estatística quanto conceitualmente, a “diferença”. Assim, pode-se pensar que o metassistema social (constituído pelos grandes sistemas de pensamento social, os grandes sistemas de crenças ou sistemas ideológicos – *de la pensée sociale* – bem como o sistema institucional), pode constituir-se em “pontos de referência comum”, portanto organizadores de um consenso que permite diferentes posicionamentos.

Deve-se salientar que, ao reintroduzir a diferença como foco de análise e compreensão dos fenômenos representacionais coletivos, não está se tratando de “variações” individuais, no sentido exato do termo; não se trata em absoluto de diferenças do tipo traços de personalidade, mas antes, de “posições individuais” ordenadas (regidas) pelas *appartenances* (pertenças) sociais, pelo contexto social, por regularidades de ordem social. Assim, o estudo das representações sociais, nesta perspectiva, constitui-se da análise das regulações efetuadas pelo metassistema social sobre o sistema cognitivo, assim como a análise explícita das vinculações entre estas mesmas representações sociais e posições específicas (dos grupos ou sujeitos) dentro de um conjunto de relações sociais.

Do ponto de vista empírico e sob a perspectiva daqueles que desejam e/ou devem intervir sobre a realidade social, quando se estuda um grupo social concreto e

específico, deve-se interessar pela parte consensual da representação, visto ser ela quem define a identidade do grupo.

Neste sentido, o *software* ALCESTE (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte*) funciona como um auxiliar informatizado que faz aglutinar frases (trechos do discurso), aparentemente diferentes em seu enunciado, mas próximas em uma relação de significado. O ALCESTE coloca em evidência aglomerados (mundos lexicais) de palavras (palavras-plenas) que têm por referência um mesmo núcleo de sentido (Kronberger & Wagner, 2002).

(...) uma afirmação é considerada uma expressão de um ponto de vista, isto é, um quadro de referência, dita por um narrador. Este referencial traz ordem e coerência às coisas sobre as quais se está falando. Quando se escuta um texto produzido por diferentes indivíduos, o objetivo é compreender os pontos de vista que são coletivamente partilhados por um grupo social em um determinado tempo (...). O pressuposto do ALCESTE é que pontos diferentes de referência produzem diferentes maneiras de falar, isto é, o uso de um vocabulário específico é visto como uma fonte para detectar maneiras de pensar sobre um objeto. (Kronberger e Wagner, 2002, p. 427).

Assim, a associação de palavras dotadas de sentido (portadoras de sentido) que aparecem com frequência elevada, constituem os chamados “mundos lexicais”. Palavras-plenas e mundos lexicais constituem, para um dado grupo social, uma espécie de *estrutura de texto*, que, por sua vez, reflete a estrutura da representação social do objeto social enfocado no conjunto de entrevistas. Dito de outro modo, a estrutura de um texto, produzido por um grupo de indivíduos acerca de um objeto social, reflete uma “semântica grupal” acerca deste mesmo objeto. Uma semântica de referência para os vários relatos e sentidos atribuídos pelos indivíduos ao objeto.

Face à uma mesma referência semiológica (uma mesma representação social) os sujeitos podem tomar posições variadas (Campos, Torres e Guimarães, 2004).

Análise Lexicográfica

O software ALCESTE realiza a análise estatística a partir de um arquivo de texto que pode ser uma entrevista, um questionário ou qualquer outro tipo de material textual, denominado Unidade de Contexto Inicial (UCI). O conjunto de UCI forma um único arquivo, o *corpus*, a partir do qual se elabora a análise.

Segundo Sá (1998) o ALCESTE reconhece as unidades de contexto iniciais (UCI), dividindo-as e classificando-as em Unidades de Contextos Elementares (UCE), que são pequenos segmentos do texto, na maior parte das vezes, do tamanho de três linhas dimensionadas pelo programa. Em um primeiro momento, a análise estatística consiste em uma Classificação Hierárquica Descendente (CDH), que, através, de cálculos estatísticos, reconhece e classifica as UCE em oposições, agrupando-as em classes lexicais, sob a forma de uma árvore (dendograma). Para os cálculos estatísticos, toma-se a relação entre as palavras presentes no *corpus* do discurso, de tal forma que seja obtido o maior valor de relação possível com base do valor do qui-quadrado (χ^2). Em um segundo momento, efetua-se uma Análise Fatorial de Correspondência (AFC), que permite visualizar, sob a forma de um plano fatorial, as oposições resultantes da CDH.

Além dos resultados obtidos da classificação hierárquica descendente, realizou-se a análise dos dados a partir da análise fatorial de correspondência. Essa análise oferece uma projeção das palavras analisadas em um plano fatorial, que leva em consideração também as variáveis suplementares como, por exemplo, sexo, idade, escolaridade, etc. o pesquisador deve buscar o significado das palavras,

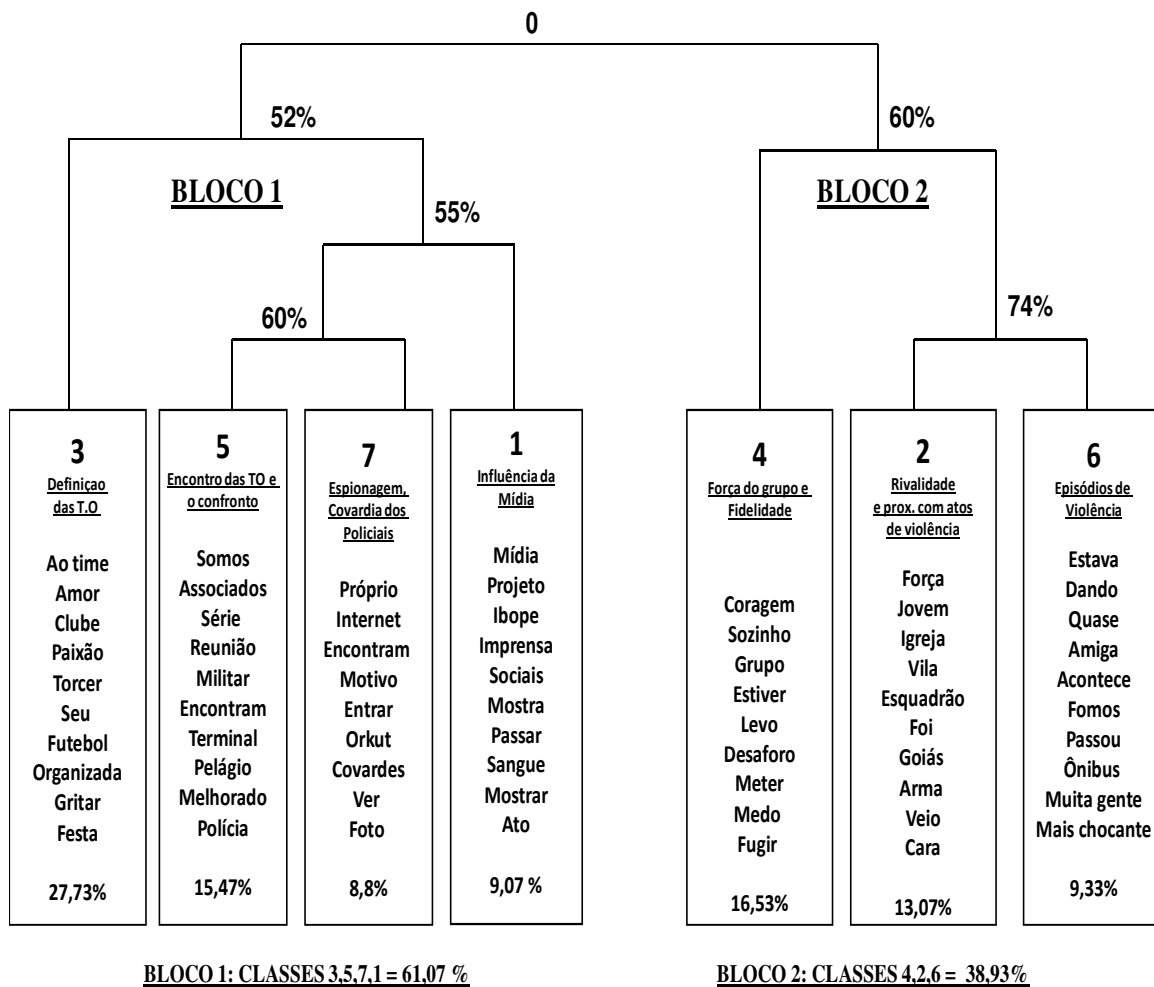
presentes nas classes identificadas pelo ALCESTE, no *corpus* do discurso do sujeito, para que possa captar o significado dos elementos que compõem o conteúdo da representação.

A análise dos dados constituiu-se em dois níveis: o primeiro na identificação do campo comum (campo consensual) da representação social da violência nas torcidas organizadas. E o segundo nível da análise das diferenciações grupais, bem como o posicionamento dos sujeitos face aos campos comuns.

4.2.2 - Resultados

1º Nível de análise: Identificação do campo comum da representação social da violência

A análise do corpus total, obtida através das entrevistas, revelou a existência de 7 Classes, organizadas em dois blocos. O Quadro 1 apresenta essas classes e a relação entre elas. A seleção das palavras que compõem as classes foi redigida levando em consideração a frequência e o percentual de distribuição de cada palavra em cada classe, considerando-se os X^2 encontrados. Para atender as exigências éticas de anonimato, ambas as torcidas serão chamadas de Torcida A (Esquadrão Vilanovense) e Torcida B (Força Jovem).



Fonte: Pesquisa de campo. Quadro 1 - Estrutura do corpus de entrevistas sobre representações social da violência em torcidas organizadas, elaboradas pelas torcidas A e B, organizadas em sete classes.

O bloco 1 corresponde a 61,07 % do discurso e envolve as classes 3, 5, 7 e 1, abaixo distribuídas:

Classe 3: Definição de uma torcida organizada

Esta classe é típica da torcida A, especificamente do sexo masculino, na faixa de 18 a 25 anos. Os sujeitos relatam as principais finalidades de uma torcida, dentre elas, a de motivar (na forma de gritos e cantos) os jogadores da equipe A. Trazem,

também, algumas definições e formas de organização destas torcidas, como, por exemplo, as reuniões mensais realizadas em cada bairro da Capital. Nesta classe, os sujeitos não negam a existência de provocações e rivalidades entre torcedores dentro dos estádios. Ao contrário, a violência é naturalizada e vista como própria das relações sociais. Enfatizam a existência de tais situações como presentes em qualquer esporte, não sendo exclusivo das torcidas organizadas de futebol. Explicam que os torcedores usam deste espaço para extravasar suas energias.

Extratos de discursos típicos da Classe 3:

- *“ é o amor pelo Vila, pelo time. Desejo de organizar, de juntar os torcedores. Vejo como uma aglomeração de pessoas que gostam de seu clube.”*

- *“é a união da torcida para empurrar o time do Vila Nova. Pessoal que reúne para torcer pelo seu clube. É tudo que vem ao time e ao clube. São as reuniões de bairros.”*

- *“é amizade, gangues, amor pelo time, violência, desejo de cada vez crescer mais. As pessoas se reúnem para um ideal.*

- *“sempre vai existir violência entre as torcidas. A rivalidade é gigantesca. Faz parte do ser humano brigar. Ele vai para o estádio porque lá ele encontra seu espaço”.*

Classe 5: O encontro: violência no confronto entre as torcidas organizadas

Classe que concentra o discurso de torcedores mais velhos (maiores de 25 anos) típicos das duas torcidas, do sexo masculino, universitários. Relatam episódios de violência quando as duas torcidas se encontram, fora do contexto do estádio, em

dias de jogos. Destacam a importante intervenção da polícia militar nos principais pontos de encontros das torcidas, que são os terminais de ônibus. Apontam como outra medida tomada, o horário diferente de saída do estádio para cada torcida, e em portões diferentes. Tudo isso para evitar confrontos.

Extratos de discursos típicos da Classe 5:

- *“geralmente dão as brigas porque eles se encontram nos terminais. Melhorou bastante porque a polícia tem conseguido separar bem.”*
- *“todo mundo que anda de ônibus tem que passar pelo padre pelágio para ir para o centro. Daí as torcidas se encontram lá e metem porrada mesmo.”*
- *“não é que os torcedores marcam. Se você vem de Aparecida de Goiânia, naturalmente você vai ter que passar num terminal. Então é geralmente nestes terminais que as torcidas se encontram. Aí é perigoso.”*
- *“tem melhorado bastante com a polícia militar. Diminuíram as brigas nos terminais porque os policiais estão rondando os terminais.”*
- *“até os horários de saída de dentro do estádio está sendo diferenciada, também, para evitar esses encontros de torcedores”.*

Classe 7: Espionagem da torcida rival e covardia dos policiais

Esta classe é típica da torcida A, especificamente dos torcedores mais velhos, maiores que 25 anos. Relatam que a torcida rival (torcida B) utilizam da *internet* (*Orkut* e *MSN*) para agendarem brigas depois dos jogos. Dessa forma, os torcedores organizados da equipe A, ficam atentos para os possíveis confrontos. Não negam a violência entre torcidas; enfatizam que independente do placar do jogo, sempre vai

existir a violência. Indicam a polícia como tendo grande participação no aumento da violência, por serem covardes e intervir nas brigas entre torcedores.

Extratos de discursos típicos da classe 7:

- *“eles de lá marcam pontos de brigas pelo próprio Orkut. Aproveitam da internet para fazer os atentados. Ficam tentando nos espionar para ver o que a gente vai fazer. Esse povo que fica na internet nem sempre estão nos jogos. Ficam só na função de espionar.”*

- *“pode ser zero a zero o placar ou até mesmo ser goleada. Sempre vai existir violência. A polícia favorece muito a violência”.*

- *“a polícia não é brincado não. São muito covardes também. Batem em pessoas que não tem nada a ver. Já apanhei demais de polícia sem nenhum motivo. O que aumenta a violência é a polícia. A polícia adora ver as brigas entre torcedores”.*

Classe 1: Influência da mídia

Esta classe apresenta um discurso típico dos sujeitos do sexo masculino, das duas torcidas, na faixa etária de 18 a 25 anos. Evidenciam-se as questões relativas à influência da mídia sobre a violência entre torcidas organizadas. A imagem negativa dessas torcidas é bem descrita, enquanto que os projetos sociais realizados pelos torcedores não são apresentados. Embora os sujeitos não neguem a presença de violência, eles querem mostrar o lado saudável, como por exemplo, a festa que é realizada no momento do jogo. Preocupados com ibope, a mídia camufla o lado bom das torcidas organizadas.

Extratos de discursos típicos da Classe 1:

- *“os idiotas somem quando temos coisas boas para mostrar. Não mostra nossos projetos. E sim só as brigas. Quando ocorre uma morte, a mídia toda cai em cima. “*
- *“a imprensa faz questão de mostrar a parte mais violenta para dar mais audiência. Fazemos projetos sociais também. Doações de sangue e de fralda.”*
- *“a mídia interfere demais. Gosta de ver só a violência porque dá ibope. A mídia é muito exagerada. Coloca que nós não nos respeitamos. Tem isso aqui não.*
- *“é o lado ruim que dá ibope. O outro lado nunca dá. Não querem mostrar o que fazemos pelo nosso time. As bandeiras, camisetas, projetos. Isso é bonito e eles não mostram. “*

Neste primeiro bloco, as classes 3, 5, 7 e 1 estão fortemente relacionadas, expressando o discurso, principalmente, da torcida A, em especial do sexo masculino, na faixa etária de 18 a 25 anos (dado fornecido pelo ALCESTE). Os discursos desses sujeitos estão voltados para a estrutura e organização de uma torcida organizada. Enfatizam aqui e comprovam aquilo que Gutierrez (1980) diz da importância das torcidas, que são fatores de estímulo à equipe, de desenvolvimento do esporte, bem como um fator de sociabilidade.

Discordam do comentário da mídia, a qual define o lado negativo e violento das torcidas, ignorando os projetos sociais realizados por elas. O que acontece, segundo relatos dos entrevistados, é uma saturação comunicacional e informacional de episódios violentos, provocados pelas torcidas.

Para todos os efeitos, no discurso da mídia e da ordem vigente, a violência ganha corpo e rosto. Primeiro, porque quem produz a violência, no visor imaginário do senso comum, é pessoa de baixo poder aquisitivo, pobre, negro ou mestiço e, além desses requisitos inventados, ocupa as piores localizações no espaço urbano. Segundo, porque a ordem social dominante não pode reconhecer que a violência

constitui outras formas de relações sociais, reproduzindo representações, códigos e estilos de vida próprios. Por fim, porque o discurso dominante não reconhece que o indivíduo inscrito na cultura, independentemente de classe social, faz parte de um sistema social de padronização subjetiva, que se compõem, também, de informações míticas, ritualísticas e sintomatológicas, reagindo aos estímulos de seus afetos, angústias, frustrações, entre outros.

Os discursos aqui presentes não fogem do contexto de violência nas torcidas. Melhor dizendo, não negam esta violência, porém, a definem mais como uma expressão espontânea, conforme a teoria de instintos e impulsos (Freud, 1993), e a teoria da frustração (estímulo-resposta). Abordam a ação da polícia como uma ameaça ilegítima, desencadeadores de uma reação de violência em cadeia. A polícia geralmente se utiliza de formas ostensivas para demonstrar sua capacidade de dominar a situação com força subjugadora; em outras palavras, para garantir a ordem por meio de intimidação.

É indispensável refutar o argumento, policialesco e midiático, de todo participante de “organizada” é vândalo, criminoso ou delinqüente. A composição de uma torcida varia e há de tudo um pouco. De gente de “boa família” até “delinqüentes”, segundo relatos deste bloco 1.

Já o bloco 2, com 38,93% do discurso, envolve as classes 4, 2 e 6, abaixo distribuídas:

Classe 4: A força e a fidelidade do grupo

Esta classe apresenta um discurso típico da torcida B, do sexo feminino, na faixa de 18 a 25 anos. Evidenciam-se aqui as questões relativas á força de um grupo a qual desperta no torcedor um sentimento de fortaleza e poder. Encorajando-o, a ter atitudes que sozinho não teria jamais. Nesta classe, os sujeitos enfatizam, também, a fidelidade para com o grupo e o sentimento de proteção entre os membros.

Extratos de discursos típicos da Classe 4:

- *“tenho sim essa coragem. Coisa que não possuo quando estou sozinha. Engraçado isso. Se você estiver sozinha é melhor correr senão a multidão vem em cima de você.”*

- *“ eu tenho medo se estiver sozinha. Se eu estiver junto com meus amigos a coragem aflora, parto pra cima mesmo. Se puder até defender um amigo meu eu defendo.”*

- *“ no grupo a pessoa tem mais coragem. Quando está sozinho é mais difícil de mexer porque senão leva a pior. Se estiver em grupo é matar ou morrer. “*

- *“não tenho medo de brigar com a polícia quando eu estou em grupo. O grupo é forte.”*

- *“o negócio é ser parceiro. É defender e proteger a pessoa da nossa torcida, mesmo se não a conhecemos”.*

Classe 2: Rivalidade e proximidade com os atos de violência.

Esta classe é típica da torcida B. Descreve, detalhadamente, episódios de violência verbal e física, envolvendo mortes. Trazem relatos de assassinato

provocado por integrantes da própria torcida contra torcedores rivais e, ainda, afirmam não ser a primeira ocorrência do tipo. Um aspecto importante é a maneira de distorcer a imagem do torcedor rival: fazem terrorismo usando o nome dos torcedores da torcida A, para serem vistos de uma forma negativa pelo público. Demonstrem grande proximidade com estes episódios que envolvem eles próprios; ao mesmo tempo o discurso sugere certa naturalização desse fenômeno.

Extratos de discursos típicos da Classe 2:

- *“o torcedor nosso do força jovem deu uns dez tiros no cara da esquadrão dentro da igreja. Eu acho que quando o Goiás perde, a violência maior é da torcida do Goiás.”*

- *“tipo um terrorismo. Teve uma vez que eles vestiram um membro nosso com a camisa da esquadrão. Deu uma arma pra ele apontar para cabeça de um que era do força jovem.”*

- *“teve um dia que ele foi lá e comprou uma arma. O cara tirou onda e o outro do força jovem matou. Acabou a história.”*

- *“a rivalidade vem de criança. Um bate na cara do outro. O outro vai e revida. Outro dia o cara já veio com o pau e com os amigos.”*

Classe 6: Episódios de violência

Nesta classe os sujeitos (de ambas as torcidas), de sexo feminino, com idade máxima de 18 anos, cursando até a oitava série relatam situações envolvendo a violência, tanto da parte dos torcedores quanto dos policiais. Com relação aos torcedores estão situações como: invasão de shoppings, bares, provocações verbais,

perseguição dos torcedores rivais, mortes. Referente aos policiais há descrição de situações envolvendo brigas e tiroteios com os torcedores. Os sujeitos desta classe, também, enfatizam a fidelidade entre os membros do grupo, ou seja, à parceria que fazem nos momentos de confronto.

Extratos de discursos típicos da classe 6:

- *“os jogos causa uma adrenalina gostosa. Os bandidos tem adrenalina para brigarem. Já teve muitas mortes. Sempre confrontos depois dos jogos.”*

- *“não entregamos ninguém. Não sabemos quem é. Se tiver também a gente não relata.”*

- *“momento mais chocante foi no ano, que aconteceram três mortes. Inclusive um esfaqueamento no serra dourada. Estava tendo uma confusão lá. Entre eles mesmos.”*

- *“a gente estava em quase dez ônibus e uns cinqüenta carros. Muita gente, muita gente mesmo. Quando liberou quebramos tudo. Quebramos shoppings, bares, tudo e todos.”*

- *“a polícia chegou dando tiro. Quebrando todo mundo. Covardia dos policiais, desaforados. Fazem as coisas sem motivo. Acham que todos ali são bandidos. Isso que é paia”.*

As classes 4, 2 e 6, pertencentes do bloco 2, estão significativamente relacionadas, pois expressam o discurso mais jovem (máximo 20 anos), principalmente da torcida B, em especial, das mulheres. Diferentemente do primeiro bloco, neste consta a descrição de situações de violência e rivalidade. Aqui a violência parece fazer parte do discurso desses torcedores.

Nesse bloco 2, os sujeitos parecem, pelos seus discursos, verem as torcidas organizadas como gangues, pelo número de relatos envolvendo atos de violência. Porém, não se pode afirmar que tais atos ilegais atenderiam aos requisitos da definição de gangue, até porque existem diversidades neste conceito. O simples fato de o torcedor organizado ter se envolvido em brigas ou as provocado, não é suficiente para defini-lo como uma gangue.

O fato de expressar mais discursos de rivalidades e brigas pode significar conquista de poder e prestígio. Tudo isso se assemelha com a explicação de Reis (2006), em que as ações individuais dos jovens têm ressonância e angariam o respeito do grupo.

Neste bloco, os discursos estão muito voltados, também, para o sentimento de força e fidelidade entre os membros do grupo, bem como o prazer que tudo isso provoca. Esta identificação tão significativa resulta num forte senso de solidariedade nos grupos, que contribuem para a defesa de uma causa mútua, fator que é intensificado em situações de confrontos de equipes ou ideal dos grupos. Além da diferenciação dos grupos, surge a necessidade, por parte de cada grupo, de se impor em relação aos demais, o que normalmente gera graves problemas e conflitos.

Essa identificação em indivíduos que não tem uma identidade própria pode levá-los a não perceber os limites entre a sua vida e a sua equipe, ou entre a sua vida e a vida de um jogador (ídolo), e, desta forma, passar a viver suas emoções basicamente por meio dos acontecimentos esportivos, do sucesso e da derrota de seu clube predileto.

2º Nível de análise: Diferenciações grupais, posição dos sujeitos face ao campo comum das representações sociais.

Os resultados obtidos acerca das representações sociais da violência em torcidas organizadas, a partir da análise fatorial de correspondência, permitiram a verificação de diferenciações grupais. Após, essa constatação, as entrevistas dos torcedores da Torcida A e B, foram analisadas separadamente, visando explorar mais a especificidade do discurso dos sujeitos.

Análise Fatorial de Correspondência

Análise Fatorial de Correspondência permite a visualização das diferenças grupais no plano fatorial, possibilitando uma complementação das informações de tipicidade já apontadas na Classificação Hierárquica Descendente, conforme a distribuição das classes. Assim, a Figura 1 apresenta o Plano Fatorial contendo a projeção das variáveis e das sete classes examinadas anteriormente. A distribuição não aleatória destes elementos em diversas zonas do Plano Fatorial possibilita a percepção de uma grande dimensão acerca da violência.

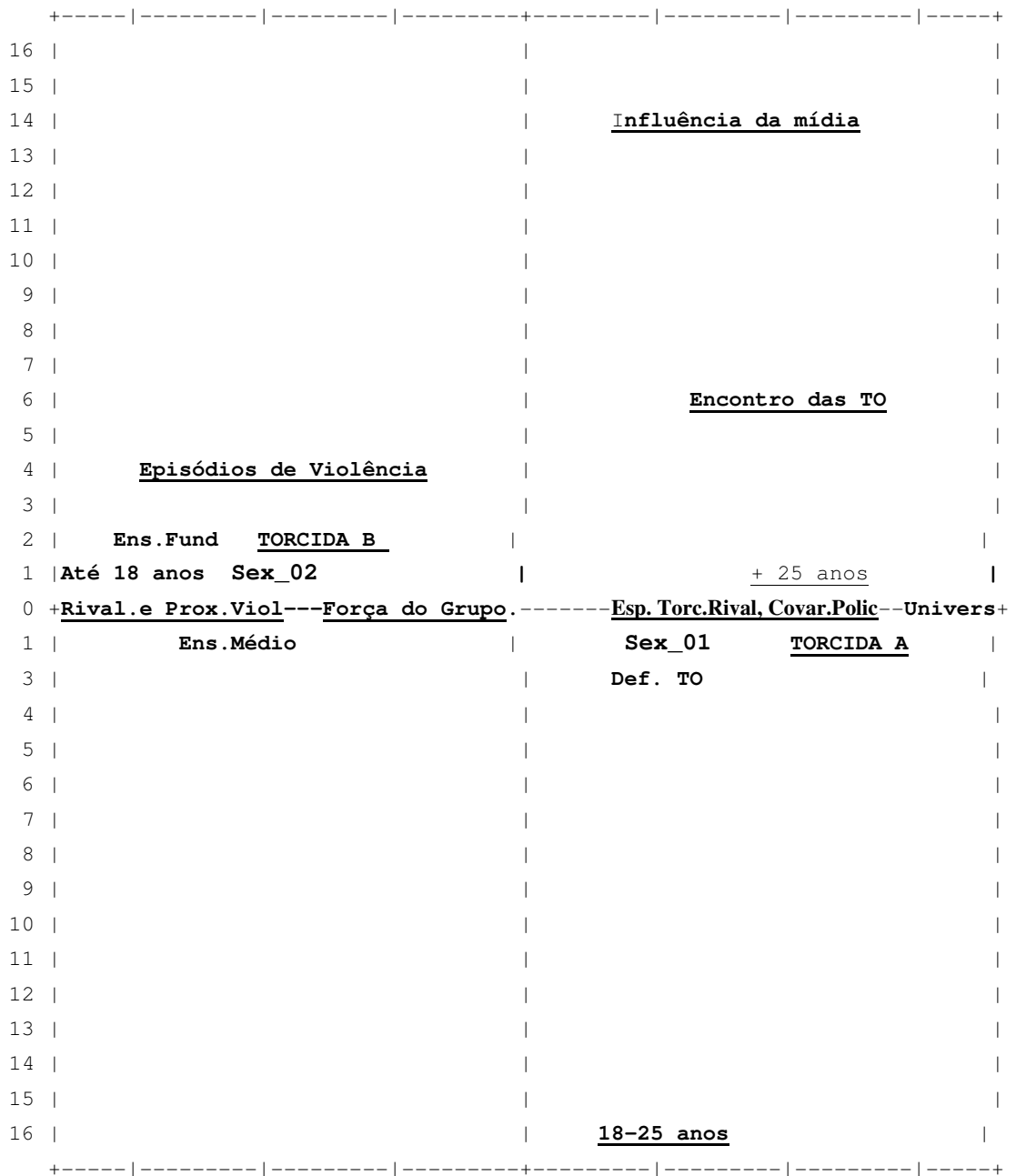


Figura 1 – Plano fatorial

Esta dimensão está relacionada às questões de gênero, onde a representação social da violência entre torcidas apresenta distinções segundo o gênero masculino e feminino.

No lado esquerdo da figura 1 encontra-se a variável “sex_02” (sexo feminino), acompanhada da variável “torcida B”, próximas às variáveis “rival. e

prox. viol” (rivalidade e proximidade com atos de violência), “episódios de violência” e “força do grupo”. No lado direito da figura 1, encontra-se a variável “sex_01” (sexo masculino) acompanhada da variável “torcida A” e próxima às variáveis “Esp.torc.rival, Covar.polic. (Espionagem da torcida rival e covardia dos policiais) e “Def. das TO.” (Definição de uma torcida organizada).

Desta descrição, observa-se que o discurso dos sujeitos do sexo feminino se opõe ao discurso dos sujeitos de sexo masculino. A narrativa dos homens se caracteriza pela qualificação e funcionamento de uma torcida organizada. É um discurso idealizado, pois está distante do contexto da violência. Estes sujeitos não ignoram a violência, pelo contrário, têm preocupação com a mesma, porém enfatizam que as brigas sempre vão ocorrer em todo tipo de esporte por se tratar de competição e rivalidade. Parecem esconder e naturalizá-la. Discorrem as causas e condições que favorecem a violência, e que destaca a existência da mesma enquanto consequência das provocações da torcida rival.

Do outro lado têm-se o discurso do sujeito do sexo feminino. Caracteriza-se pela expressão direta da violência nas torcidas organizadas. Existem relatos de grande rivalidade e episódios de violência. As mulheres falam mais abertamente sobre a violência, descrevendo em detalhes. Associam os eventos ao fenômeno do grupo e em especial à rivalidade. Descrevem as emoções encontradas, tanto nas torcidas, como no grupo. A violência entre as torcidas é vista como negativa, mas também própria ao processo de rivalidade e à identidade (fidelidade) das torcidas. A necessidade de proteger o grupo, a fidelidade entre os membros e, o sentimento de poder por estarem em massa propicia, como consequência, o uso da violência.

Conforme a Figura 1 pode-se observar uma proximidade do sujeito feminino com os mais jovens (idade até 18 anos), e do sujeito masculino, com os mais velhos

(idade entre 18-25 anos). Talvez essas diferenças de idade façam com que os discursos e análise destes, sejam divergentes entre homens e mulheres.

Os sujeitos mais velhos percebem a violência enquanto fenômeno socialmente estruturado enquanto que os sujeitos mais jovens a localizam preferencialmente no interior das relações interpessoais. Essa diferença de foco pode estar relacionada com a etapa do desenvolvimento psicossocial destes sujeitos, uma vez que na juventude os interesses tendem, gradativamente, a voltarem-se mais para as relações e ambientes sociais extra-familiares. Nesse sentido, a maior proximidade com o mundo adulto pode ser apontado como elemento sociocultural que favorece a percepção da violência como fenômeno multideterminado e presente em diferentes contextos e espaços sociais.

Os resultados obtidos a partir das análises realizadas permitiram o reconhecimento de conteúdos e da organização das representações sociais da violência nas torcidas, existente em cada um dos grupos pesquisados. Procurou-se aprofundar os dados já encontrados anteriormente, através da análise da estruturação das representações sociais de cada torcida separadamente.

4.3 – Etapa II: Estudo Estrutural da Representação Social de Torcidas Organizadas e da Representação Social da Violência nas Torcidas

Para aprofundar os resultados referentes à primeira etapa, fez-se a segunda coleta de dados. Desta vez ao invés de entrevistas semi-diretivas, aplicou-se questionários composto por duas questões. Na primeira questão, o entrevistado escolhia quatro frases (num total de 11) - ver anexo - que revelassem características de sua torcida organizada. A segunda questão, de evocação, com a pergunta: “Ao

ouvir a expressão “Violência nas torcidas organizadas”, quais são as cinco palavras ou expressões que vêm espontaneamente á sua mente?

O instrumento (questionário) utilizado para criação do banco de dados foi respondido pelos torcedores organizados das torcidas. A aplicação aconteceu no estádio Serra Dourada em dois dias diferentes, em partidas que constituíam etapas decisivas para o futuro dos respectivos clubes no cenário brasileiro. Primeiramente, fez-se a pesquisa com os torcedores da torcida B. Com a ajuda de seis colaboradores, obtiveram-se 113 questionários aplicados e validados.

Considerando-se necessário e de extrema importância, realizou-se a pesquisa com torcedores da torcida A. Desta vez, não tendo a ajuda de colaboradores, obteve-se o total de 50 questionários aplicados e validados.

4.3.1 - Métodos e Análises

A primeira questão foi tratada através de uma análise de similitude. O procedimento idealizado por Claude Flament nos anos 1960, desenvolveu-se na década seguinte com as colaborações de Alain Degenne e Pierre Vergès, oferecendo uma formalização matemática como um método geral ou complementar das clássicas análises fatoriais ou de classificação (Bouriche, 2003), mas principalmente, própria para o uso em análises de representações sociais. Conforme Campos (2003b) utilizam-se subsídios resultantes da análise de evocações, que permite tratar dos elementos em termos de categorias, de maneira a reunir as palavras que tenham por referência um mesmo significado social, pertencentes a uma mesma dimensão da representação. Desta forma, uma vez reunidos os elementos, alteram-se os resultados obtidos a partir de um instrumento de coleta de dados, neste caso, um questionário de

associação livre com resultados do tipo escolha. Depois de reorganizados os novos elementos podem ser submetidos a uma Análise de Similitude (Flament, 1986).

A chamada *análise de similitude* é uma técnica estatística que se funda no cálculo de relações de distância ou de desvios. Trata-se de um tipo de análise de dados aplicável a todo material que visa relacionar um conjunto de variáveis a um conjunto de sujeitos ou eventos. Particularmente é um tratamento estatístico muito coerente com o estudo das representações sociais, uma vez que permite alcançar uma medida homogênea à natureza das relações de distância ou proximidade que existem entre os elementos de uma representação social. As relações entre os elementos de uma representação social não são de equivalência, nem de contigüidade propriamente dita: são relações que podem ser definidas como relações de *similitude*, nas quais um elemento “anda junto”, está próximo *ou* distante de um outro (Flament, 1986; Verges, 1994; Sá, 1996), formando uma cadeia, uma rede, cuja natureza das relações entre os elementos é de proximidade de significado.

“A concepção mínima coloca em jogo uma relação simétrica não-transitiva; é o que se chama: uma *relação de similitude*. A essa relação pode-se atribuir um valor para traduzir o fato que dois cognemas andam juntos com maior ou menor intensidade ou com maior ou menor nitidez. Foi para trabalhar com este tipo de relações que nós desenvolvemos um método de análise dos dados, chamado: análise de similitude.” (Flament, 1986, p.140)

O ponto de partida é uma matriz na qual se deduz (a partir de estratégias matemáticas que podem variar conforme o formato dos dados), para cada par de

variáveis ou um *índice de similitude*. Para a obtenção deste índice ou indicador de similitude pode-se trabalhar indiferentemente sobre a distância entre as variáveis ou sobre a diferença dos desvios. O mais simples dos indicadores de similitude é baseado na co-ocorrência.

Em uma lista de itens, da qual os sujeitos deverão escolher alguns, por exemplo, dois itens serão mais próximos, tanto maior o número de sujeitos que os tratem da mesma maneira.

Uma vez calculado um indicador de similitude, para cada par de elementos (ou variáveis) se tem uma “medida”, um indicador do grau de distância. Por uma simples operação de introduzir um traço, uma aresta, indo de um elemento a um outro, tem-se um conjunto “visível” de relações, o qual comporta todas as relações possíveis e dotadas de um valor (o indicador de similitude, uma “medida” de similitude). O passo seguinte é chegar a uma síntese, um resumo deste conjunto, preservando aquelas relações que são importantes, que estruturam o campo e descartando aquelas secundárias. Neste ponto se faz necessária a noção de *árvore máxima*:

“A análise de similitude utiliza uma dupla lógica:

- Simplificar o gráfico de similitude, ou seja, o sistema de relações entre as variáveis, retendo somente aquelas que são significativas de um certo ponto de vista;
- Encontrar e colocar em evidência os lugares de maior densidade do gráfico das relações de similitude.

As duas lógicas são complementares. A árvore máxima corresponde ao primeiro objetivo: apontar um conjunto mínimo de relações que, de um certo ponto

de vista, são as mais importantes. Intuitivamente, esta estrutura não se impõe necessariamente como a mais natural. É por isto que vamos defini-la e argumentar sua escolha como um “resumo” (Degenne, 1985, p.12).

A segunda questão foi objeto de um método de análise chamado de “análise das evocações”. O estudo das evocações se funda no princípio da “associação livre à partir de uma palavra (ou expressão) indutora” e este princípio não é exclusivo do campo das representações, seguindo em parte o mesmo fundamento das pesquisas do tipo “*top of mind*” ou “*top of list*”: aquilo que é prontamente, mais imediatamente, lembrado ou evocado é importante. A insuficiência das técnicas de *top of mind*, reside no fato de não se poder explorar um espectro mais amplo da produção dos sujeitos e de não se poder verificar se a resposta obtida é importante apenas no contexto de pesquisa representado pelos próprios sujeitos, verificar se a resposta é normativa ou idealizada ou ainda quais relações observadas entre a resposta dada e outras respostas possíveis. No campo do estudo das representações sociais, a o princípio da associação livre a partir de palavra indutora obedece a dois fundamentos. O primeiro refere-se ao objeto de estudo, ao objeto de representação a ser estudado: a palavra indutora deve corresponder à nominação cotidiana que os sujeitos do grupo estudado atribuem ao objeto. O segundo fundamento estabelece o estudo das evocações como estudo da estrutura das representações. As representações sociais têm uma estrutura que se organiza em termos de um núcleo central e um sistema periférico (Abric 1998, 2003 a; Campos & Loureiro, 2003; Pereira de Sá, 1996)

A “Análise das Evocações” é um método para nos aproximarmos da estrutura, isto é, produzir os primeiros levantamentos, as primeiras hipóteses acerca do que é, em uma dada representação social, central ou periférico. Na abordagem

estrutural dizer que se conhece uma representação social significa conhecer seu núcleo central. Abric (1994) define que o estudo estrutural de uma representação deve constar de quatro fases:

- I) Levantamento do conteúdo da representação (identificação dos elementos de significação sejam eles definidos como crenças, idéias, opiniões etc);
- II) Identificação das relações entre os elementos, produção das hipótese acerca da hierarquia entre os elementos; hipóteses acerca do que é central e do que é periférico;
- III) Controle ou teste da centralidade hipotética;
- IV) Retorno aos sujeitos para contextualização dos resultados obtidos.

O método das evocações permite a realização das duas primeiras etapas, ou seja, identificação do conteúdo e levantamento de hipóteses estruturais.

Dois são os critérios de análise: a frequência e a “ordem média de aparecimento”. A frequência de uma palavra é um indicador bruto de quantos sujeitos, no universo total, fazem referência a ela. Já a “ordem média de aparecimento”, que doravante chamaremos simplesmente de “rang”, se refere à acessibilidade das palavras.

Em uma tabela, chamada, “tabela da quatro casas” (ou uma tabela com quatro quadrantes), são apresentados os resultados em termos das palavras ou expressões produzidas pelos sujeitos, tal qual os sujeitos as produziram. No quadro superior e à esquerda, encontra-se o que Abric chama atualmente de “*zona do núcleo central*” encontram-se as evocações mais frequentes e que aparecem, em média, nas

primeiras posições, quadrante onde aparecem os supostos elementos centrais (embora, como explica a teoria, nem todos elementos aí presentes sejam necessariamente centrais), as palavras que aparecem neste quadrante são também chamadas de “*palavras salientes*” no sentido de palavras que se destacam; o quadrante superior direito comporta a “*primeira periferia*”, onde aparecem os elementos que apresentam alta frequência associada a uma ordem média de aparecimento nas últimas posições; no quadrante inferior esquerdo, aparece a “*zona dos elementos contrastantes*” (Abric, 2003), que apresentam baixa frequência associada a uma ordem média de aparecimento média nas primeiras posições, o que pode ser indicativo de existência de um sub-grupo ou pode ser composto de palavras associadas semanticamente a elementos da zona central. Finalmente, no quadrante inferior direito, aparece a “*segunda periferia*”, constituída pelos elementos tipicamente periféricos, ou seja de baixa frequência e sempre evocados nas últimas posições. É importante destacar que até recentemente (Abric, 2003) os elementos contrastantes eram incluídos na primeira periferia.

A definição da frequência intermediária deve levar em consideração dois critérios: a distribuição total (relação entre número de ocorrências e quantidade de evocações) e a quantidade de palavras muito frequentes, o que é relativo ao fato de um grupo ser muito ou pouco homogêneo em relação ao objeto, ou seja existência ou não de “elementos” (aqui representados por palavras) consensuais. A adoção de uma frequência intermediária muito baixa produzirá um número ilusório palavras na zona central e inversamente a adoção de um número elevado vai isolar poucas hipóteses de centralidade; a primeira estratégia constitui um erro que levará ao desgaste nas tentativas de testagem da centralidade, enquanto a segunda é uma opção quando

estudos anteriores já indicam um grupo coeso com relação ao objeto social em questão.

Por definição a “ordem média de evocação” é a média das “ordens médias” individuais das palavras freqüentes calculadas. Assim, uma vez definida a freqüência mínima, toda palavra acima ou igual a esta freqüência terá uma média de suas posições (ordens) calculada e uma média geral também será obtida em seguida. Quando se utiliza o programa EVOC ele produz automaticamente este indicador.

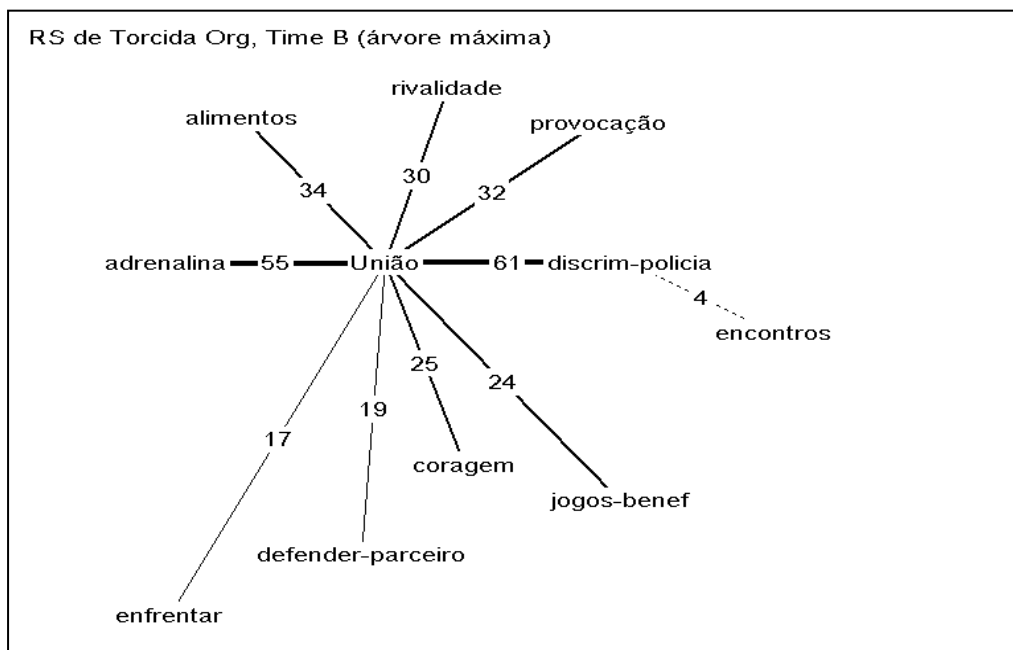
Estudo da Representação Social de Torcidas Organizadas nas Torcidas A e B – Análise de Similitude

Os elementos salientes que deram margem à construção das categorias utilizadas para a obtenção da árvore máxima são os que se seguem (vide árvore máxima da torcida A, no Gráfico 1 e, vide árvore máxima da torcida B, no Gráfico 2).

Gráfico 1 – Análise de Similitude: Árvore Máxima da Representação Social de “Torcida Organizada”, segundo a torcida A.



Gráfico 2 – Análise de Similitude: Árvore Máxima da Representação Social de “Torcida Organizada” segundo a torcida B



O gráfico 1 acima, que trabalha o entendimento dos sujeitos da torcida A, deixa patente a centralidade do elemento “união”, a visão de sua conectividade com ampla a maioria das categorias e principalmente com os outros pares mais intensos que são “adrenalina” e “discriminação da polícia” atribuindo-lhes importância.

Tal qual esta torcida, no gráfico 2, referente aos torcedores, membros da torcida B, também deixa antever que, a “união”, assume a centralidade, dividindo espaço com “adrenalina” e “discriminação da polícia”.

Em ambos os casos a “união” é necessariamente massificada ao ponto de sedimentar-se, de ganhar concretude, cumprindo um papel de ressaltá-la como elemento indiscutível nas torcidas organizadas. O fato de estar muito ligadas aos elementos “adrenalina” e “discriminação da polícia” faz-se pensar que as torcidas (A e B) associam a violência como uma consequência da grande festa e emoção vivida dentro do campo, em dias de jogos de seus respectivos times.

Diante da grande festa das torcidas, por estarem todos juntos á um mesmo ideal (motivar o time), com tantas emoções e sentimentos individuais, transformam-se em uma grande manifestação coletiva. E nesta manifestação, a polícia avança sobre as pessoas e um princípio de tumulto se inicia. Pelo sentimento forte de união no grupo junto á rivalidade presente entre as torcidas, como consequência, tem-se o aparecimento das brigas, que podem resultar em mortes, gerando em si, a violência nas torcidas organizadas.

A noção de união pode ser aqui, entendida mais como um “sentimento de identidade comum” do que exatamente um “sentimento de união”. Dito de outro modo, a massa e a identificação (amor) ao clube produzem o efeito de homogeneização das identidades individuais e a “ilusão” de unidade. Esta hipótese interpretativa é reforçada pelo elemento “adrenalina”, que indica a excitação emocional e a situação de grupo, ou seja, quando a torcida se reúne, principalmente durante os jogos. As disputas e o fato de “se sentirem unidos” – partilha de identidade – causam uma “adrenalina” gostosa.

Esta observação preliminar e os dados anteriores (do estudo I) parecem apontar que as torcidas organizadas não são organizações tão fortemente estruturadas e hierarquizadas, até porque essa união não está se referindo á realização de tarefas coletivas. Ações do tipo “organizar jogos beneficentes” e “arrecadar alimentos”, dentre outros, estão em segundo plano. Por serem atividades pouco realizadas, não poderiam constituir elementos fundamentais na caracterização de uma “torcida organizada”. E, também, por estarem presentes no discurso da torcida A, durante as entrevistas semi-diretivas, poderia ser uma tentativa explícita e solitária de contrapor com a imagem negativa da torcida organizada pela mídia.

Pode-se supor que, por alguma circunstância, os líderes desenvolvem um discurso cujo objetivo é diluir a associação entre torcidas organizadas e violência, bem como apontar uma imagem social da torcida como não exclusivamente associada á violência. Como se observará adiante, este efeito de “valorização social” de produção de uma representação da própria torcida organizada, como organização beneficente, não se apresenta com a mesma intensidade na “torcida B”.

Estes resultados sugerem que a representação é semelhante nas duas torcidas por partilharem os mesmos elementos supostamente centrais. As diferenças aparecem em um segundo plano, no qual a “rivalidade faz a gente até brigar pelo time”, “fazer campanhas para arrecadar alimentos” e “não evitar provocação da outra torcida” são muito destacados pela torcida B. Estes elementos indicam uma maior explicitação da violência e situam esta violência como desencadeada ou provocada pela rivalidade, pela ação da “torcida rival”. A violência aparece como uma reação legítima, natural, á ação do rival.

Estudo da Representação Social da Violência nas Torcidas A e B – Análise de Evocação

Para realizar o estudo da representação social da violência nas torcidas organizadas, foi construído um instrumento utilizando uma questão do tipo “questão de evocação”. Os sujeitos tinham cinco linhas numeradas para responder. As respostas foram analisadas pelo programa Evoc, distribuídas quanto á sua frequência e ordem média de evocação (*rang*). Os resultados são apresentados na Tabela 1 e 2, denominada classicamente de “tabela de quatro casas”.

Tabela 1: Análise das Evocações da Representação Social da Violência em Torcidas Organizadas de Futebol, atribuídas á torcida A, distribuição por freqüência e ordem média de evocação.

		Ordem média de evocação – N = 50	
		Inferior a 3,00	Superior a 3,30
> = 3	21. Brigas	(3,00)	13. Polícia (3,30)
	20. Morte	(2,35)	
	11. Rivalidade	(2,81)	
< 3	7. Sangue	(2,71)	6. Falta de respeito (3,33)
	6. Amor	(2,66)	6. Mídia (3,50)
	4. Provocação	(2,75)	4. Falta de caráter (4,00)
	4. Vandalismo	(2,50)	4. Imaturidade (4,00)
	4. Insegurança	(2,50)	

Tabela 2: Análise das Evocações da Representação Social da Violência em Torcidas Organizadas de Futebol, atribuídas á torcida B, distribuição por freqüência e ordem média de evocação.

		Ordem média de evocação – N = 113	
		Inferior a 2,9	Superior a 2,9
> = 5	16. Violência	(2,37)	34. Falta de Respeito (3,73)
	47. Briga	(2,57)	21. Polícia (3,61)
	39. Morte	(2,66)	
	30. Rivalidade	(2,86)	
< 5	7. Desorganização	(1,83)	9. Desunião (3,44)
	6. Porrada	(2,28)	8. Provocação (3,00)
			7. Drogas (2,85)

Na Tabela 1, no alto e à esquerda (quadrante superior esquerdo) ficam situados os termos verdadeiramente significativos para os sujeitos e que constituem, provavelmente, o núcleo central da representação estudada (brigas, morte e rivalidade). A palavra localizada no quadrante superior direito (polícia), e quadrante inferior esquerdo (sangue, amor, insegurança e provocação) são os elementos intermediários, que podem se aproximar do núcleo central ou dos elementos periféricos, e aquelas localizadas no quadrante inferior direito (falta de respeito, mídia, falta de caráter e imaturidade) constituem os elementos periféricos da representação (Vergés, 1994; Sá, 1996).

Para melhor compreensão da leitura dos resultados, cabe esclarecer que, quanto menor for o *rang* de cada palavra, mais prontamente ela foi evocada, e, quanto maior o *rang*, isso significa que foi evocada mais tardiamente.

Observa-se, nesse resultado, que o significado da “Violência nas torcidas organizadas”, para a Torcida A, é marcado por elementos negativos, identificados pelas palavras brigas, morte e rivalidade. O termo morte, o que foi mais prontamente evocado, evidencia uma dimensão imagética e parece expressar o sentimento de destruição em relação ao fenômeno “violência nas torcidas organizadas”. A rivalidade pode estar relacionada com o próprio sentimento de competição, de querer mostrar postura perante o adversário. Como enfatiza Toledo (1996), “uma torcida organizada de prestígio é aquela que é notada pelos outros, isto é, xingada, odiada e vaiada, ou ovacionada e aplaudida pelos pares” (p.77). Para os torcedores organizados não conta o anonimato. E por último, presume que a palavra briga, de maior frequência, seja uma consequência dos atos de rivalidades por pertencer a um grupo. A massa ressalta a realização de atos de um indivíduo, que não os realizaria

se estivesse sozinho e ajuda a manter o possível anonimato. Sendo assim, ele não se sente exposto e, muitas vezes, acaba não sendo punido pelo ato cometido.

Os elementos que exercem a função reguladora, protegendo o núcleo central, compõem o sistema periférico e estão situados no quadrante inferior direito, dentre eles: falta de respeito, má-fé, falta de caráter e imaturidade, que traduzem os conhecimentos ou informações, sentimentos e atitudes vivenciadas no cotidiano dos sujeitos pesquisados, prescrevendo seus comportamentos e guiando suas ações.

Os elementos periféricos de uma representação social estabelecem a interface entre o núcleo central e a realidade concreta na qual são elaboradas e funcionam essas representações. Observa-se que o resultado apresentado é compatível com essa assertiva. A título de exemplo, o sentido de brigas se manifesta em vários elementos periféricos como a imaturidade, falta de respeito e falta de caráter. Esse contexto supõe caracterizar uma das funções do sistema periférico citado por Abric (2001), qual seja a função de concretização, que fala do presente e do cotidiano dos sujeitos.

Por fim, nos elementos intermediários, observa-se a presença de palavras que reforçam o núcleo central e que constituem um conteúdo relacionado a elementos negativos, como sangue, desrespeito, insegurança, provocação. Merece destaque a palavra polícia que embora seja um elemento periférico, parece agir como um elemento importante no desencadear da violência.

Ao analisar-se a Tabela 2, composto por sujeitos da Torcida B, a palavra violência constitui o núcleo central (Quadrante superior esquerdo - QSE), e caracteriza a parte mais consensual e estável da representação. Na primeira periferia estão as palavras briga, morte, falta de respeito, rivalidade e sangue. Nesse espaço da representação observa-se a afirmação de uma atitude negativa (desunião, provocação, drogas) com relação à violência nas torcidas organizadas.

Um aspecto a ser pontuado em relação à análise da Tabela 2, comparada à Tabela 1, é que, apesar da diferença do conteúdo no QSE, ou seja, no elemento que possivelmente constitui o núcleo central, não se configura em representação propriamente distinta em relação ao objeto estudado. Com uma pequena variação de posição dentro do quadro de “quatro casas”, a hipótese levantada, é que, ambas as torcidas A e B, apresentam semelhanças na representação da “Violência nas Torcidas Organizadas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços empreendidos nesta pesquisa objetivaram compreender a representação social da violência em torcidas organizadas, elaboradas por torcedores de duas grandes torcidas (A e B) e a participação destas nos episódios violentos. Nesse sentido, a partir do conjunto de dados obtidos através de entrevistas e questionários, com torcedores organizados, buscou-se aprofundar alguns aspectos do campo comum da representação social da violência e o papel ativo que estes sujeitos desempenham enquanto agentes desse fenômeno.

A interpretação dos elementos disponíveis permite uma série de considerações, nem sempre compatíveis com as nossas conjecturas iniciais, tais suposições consideravam a possibilidade de que a torcida B, conforme Etapa I (análise lexicográfica do Alceste) vivesse mais episódios de violência, até porque constavam mais descrições de violência e rivalidade em seus discursos. Ao contrário da torcida A, com discursos mais ligados à organização e o papel social da torcida organizada na sociedade. Não se pode afirmar que a torcida B é mais violenta por causa de sua maior quantidade de relatos, envolvendo episódios violentos. Seria, como disse Campos (2000), correr um risco de aprisioná-la num esquema formal estreito e, aproximá-la à uma perspectiva biológica. Se o fizermos estaremos negando o fenômeno multicausal da violência.

A perspectiva biologicista privilegia as explicações individuais para a violência e a criminalidade. A partir do pressuposto da existência de uma “violência original”, comum a todos os seres humanos, as práticas violentas estariam ancoradas em atributos da personalidade ou estruturas individuais. Assim, as diferenças individuais seriam responsáveis pela emergência ou não de comportamentos violentos.

Ambas as torcidas (A e B) revelam traços de negatividade quanto ao fenômeno estudado, apontando os episódios violentos como algo naturalizado pelas torcidas organizadas. Talvez a existência desse discurso, que sugere a violência, leve o leitor a associá-la algo inerente às relações interpessoais. Isto equivaleria a pensar que é da ‘natureza’ das relações interpessoais produzir violência. Essa percepção da violência como algo “natural”, “que acaba acontecendo” nas relações entre as pessoas, vai ao encontro das concepções de Tavares dos Santos (1999; 2002; 2004) e Silva (2004) acerca da existência de um modelo de sociabilidade marcada por padrões violentos de convivência. Trata-se de um modelo de interação social verificado na atualidade que perpassaria diferentes contextos.

Pode-se dizer, então, que para a torcida A e B, a violência, por eles praticada, não se distingue das formas de violência encontradas em outros estudos sobre Representação Social da Violência. (Campos, Torres e Guimarães, 2004, Campos e Guimarães, 2003; Oliveira e Campos, 2003). Para estes autores, a violência existe num determinado contexto e se efetiva na relação com o outro. Trata-se de uma “interação” entre indivíduos situados em uma dada estrutura social, ocupando papéis sociais e orientados por valores que definem e modelam as possibilidades dessa interação. As tentativas de atribuir ao fenômeno da violência uma única causa mostram-se pouco fecundas e pouco generalizáveis.

Pela pesquisa realizada com os torcedores, a causa da violência nos estádios de futebol não está nem no homem e seus instintos, nem no futebol em si. Aliás, considerar que o futebol gera violência entre os torcedores levaria, em última instância, á proposta de que para se acabar com a violência no futebol seria preciso acabar com o futebol. A análise vai muito além disto. A violência surge como algo esporádico, uma consequência.

Os resultados mostram que os episódios de violência envolvendo torcedores têm início a partir de uma atitude impositiva por parte de um ator social sobre o outro. Trata-se de uma atitude que busca demonstrar força e poder e, conseqüentemente, adquirir reconhecimento dentro do grupo. Essa atitude impositiva pode manifestar-se através de uma troca de olhares, de uma pichação, de um gesto, de uma ordem, de um xingamento, enfim, de inúmeras formas. Ao que parece, a não aceitação da imposição promove uma disputa entre os atores que, na maioria das vezes, tem início em um nível simbólico e que pode alcançar a dimensão física. Essa mesma escalada acontece em relação ao nível de agressividade da violência física.

Constatou-se que muitos torcedores se percebem enquanto tal não somente pelo fato de torcerem por seus times, mas principalmente, por se sentirem adversários de torcidas de outros times. É como se ter um inimigo, um rival fosse o fator discriminante de sua doação e afeto pelo time; de modo que, para muitos, o *status* e a importância enquanto torcedor ocorre através desse mecanismo de diferenciação e, sobretudo de negação do outro.

A coesão grupal, o elemento “união”, o qual teve maior centralidade na análise de similitude, sustenta toda essa explicação anterior. A partir do momento em que o indivíduo está inserido num grupo, constituindo toda uma massa unida, surgem forças e fenômenos que configuram uma alma coletiva, desaparecendo toda inibição de origem cultural. O torcedor, sozinho, não é capaz de enfrentar uma multidão de adversários. Em contrapartida, na presença da massa e do elemento “adrenalina”, permite despersonalizá-lo e adquirir a identidade do grupo.

A pesquisa revela, também, na visão das duas torcidas (A e B) que a polícia é despreparada para a maioria das situações e, que acaba sendo co-participante e influente no processo da violência nas torcidas organizadas. Os relatos dos sujeitos

entrevistados são que os policiais não separam o inocente do não-inocente. Não nos parece excessivo supor que a polícia exerce uma mediação nas relações de rivalidade, porém na mediação que explicita e, voluntariamente, favorece a violência.

Além da polícia, a mídia recebe aqui grande destaque. Se a imprensa não pode ser responsabilizada pelo aumento da violência ela é, sem dúvida, um meio que favorece e fortalece sociabilidades estruturadas na e pela violência. Os torcedores entrevistados apontam a mídia como um veículo capaz de dramatizar e mitificar o fenômeno da violência. Ela não faz questão de mostrar os projetos sociais promovidos pelas torcidas, A e B.

A partir de todas estas considerações há de concluir que a violência nas torcidas organizadas parece estar relacionada com um agente externo, principalmente da figura do inimigo. Em relação às torcidas estudadas, percebeu-se que episódios de violência ocorreram em situações onde a torcida A e B estavam juntas. Em jogos, por exemplo, que envolviam uma destas torcidas com outra torcida, não houve episódios de violência. Assim, não se pode afirmar que a violência faz parte da norma social destes grupos de torcedores (torcida A e B), e sim é inerente ao sentimento de rivalidade. As brigas aparecem aqui como algo esporádico, como uma consequência.

Sem negar a dimensão simbólica dos embates dramatizados pelos torcedores nos estádios, não se pode subestimar que o uso da violência física é sempre uma possibilidade que norteia o padrão de relacionamento desses agrupamentos. Trata-se de um traço bastante recorrente, através do qual, um jogo de futebol é, de certa maneira, como “brincar com fogo”, quando as hostilidades são incitadas a tal ponto que saem do controle, trazendo consigo o risco e o perigo da agressão aberta e direta.

Por fim, longe de apresentar formulações conclusivas acerca do sistema representacional das torcidas organizadas e da violência nas torcidas, este trabalho aponta para a necessidade de pesquisas posteriores, uma vez que é um fenômeno pouco estudado, embora muito comentado no tecido social brasileiro.

Enquanto que nos outros estados esse tema é mais abordado, aqui no estado de Goiás, até então, nunca havia sido pesquisado o fenômeno das representações sociais da violência nestas duas grandes torcidas organizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abric, J. C. (1989). L'étude expérimentale des représentations sociales. In D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp.187-203). Paris: PUF.
- Abric, J. C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: PUF.
- Abric, J.C. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In A.S.P. Moreira & D.C. Oliveira (Orgs.), *Estudos Interdisciplinares de Representação Social*. (pp. 27-38) Goiânia: AB Editora.
- Abric, J.C. (Org.) (2001) *Prácticas sociales e representaciones*. México: Ediciones Coyacán.
- Abric, J-C. (2003). Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: Campos, P. H. F.; Loureiro, M. C. S. (Orgs). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: UCG, pp. 36-57.
- Adorno, S. (1993). A experiência precoce da punição. In J. S Martins (Org.), *O massacre dos inocentes* (pp.181-208). São Paulo: Hucitec.
- Adorno, S. (1995). A violência na sociedade Brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Revista Sociedade e Estado*, X, 299-342.
- Amoretti, R. (1992). Bases para a leitura da violência. In R. Amoretti (Org.), *Psicanálise e Violência*. Petrópolis: Vozes.
- Antonelli, F.; Salvini, A. (1978). *Psicologia Del deporte*. Valladolid, Editorial Menón.
- Baudrillard, J. (1992). *A transparência do mal: ensaio sobre os fenômenos extremos*. Campinas: Papirus.
- Berkowitz, L. & Ipage, A. (1967). Weapons as aggression-eliciting stimuli. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 202-207.
- Birman, J. (1999). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bourdieu, P. (1990). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense.
- Bouriche, B. L'analyse de similitude. (2003). In: *Méthodes d'étude des représentations sociales*. France: Éditions Érès, pp. 221-252.

- Brandão, I. L. (1996). *São Paulo Futebol Clube: Saga de um campeão*. São Paulo: DBA.
- Brant, V. C. (1989). *São Paulo: trabalhar e viver*. São Paulo, Brasiliense.
- Bromberger, C. (1995). *Le match de football: Ethnologie d'une passion partisane à Marseille, Naples et Turin*. Paris: Maison des Sciences de l'homme.
- Buford, B. (1992). *Entre os vândalos: a multidão e a sedução da violência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Buss, A. H. (1996). Instrumentality of aggression, feedback and frustration as determinants of physical aggression. *Journal of Personality and Social Psychology*, 3, 153-162.
- Byington, C. (1982). A riqueza simbólica do futebol. *Psicologia Atual*, 5 (25), 20-32.
- Castellani F. L. (1985). O Fenômeno cultural chamado "futebol" – uma proposta de estudo. *Artus*, 15, 6-9.
- Cagigal, J. M. (1976). *Deporte y agresión*. Barcelona: Planeta.
- Caldeira, T.P. (1991). Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos'?. São Paulo: Novos Estudos Cebrap.
- Campos, P. H. F. (2000). Algumas Reflexões Acerca da Violência Contra Crianças e Adolescentes. *Fórum de Combate à Violência*, 1, 31-46.
- Campos, P. H. F. & Guimarães, S. P. (2003). Representação Social da Violência na Escola: elementos de gestão simbólica da violência contra adolescentes. In *III Jornada Internacional sobre Representações Sociais*, Textos completos, III Jornada Internacional de Representações Sociais, Rio de Janeiro (p. 2492-2509).
- Campos, P.H.F. (2003a). A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. In P. H. F. Campos & M. C. S. Loureiro (Orgs.), *Representações Sociais e Práticas Educativas*. (pp.21-36). Goiânia: Ed. da UCG.
- Campos, P. H. F. (2003b). O estudo das relações entre práticas e representações. *Estudos: Vida e Saúd.*, 30 (1), 51-60.
- Campos, P. H. F., Torres, A. R. R., & Guimarães, S. P. (2004). Sistemas de representação e mediação simbólica da violência na escola. *Educação e Cultura Contemporânea*, 1 (2), 109-132.
- Carvalho, A. M. (1985). *Violência no desporto*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Costa, M. R. (1999). A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira? *São Paulo em Perspectiva*, 13 (4), 3-12.
- Costa, J. F. (2003). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Corrêa, D. K. A., Alchieri, J. C., Duarte, L. R. S., & Strey, M. N. (2002). Excelência da produtividade: a performance dos jogadores de futebol Profissional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, V, 447-460.
- Cunha, F. A (2006). *Torcidas no Futebol: Espetáculo ou Vandalismo?* São Paulo: Scortecci.
- Damatta, R.(1982). *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke.
- Daolio, J. (1997). O drama do futebol brasileiro – uma análise sócio-antropológica. *Revista Paulista de Educação Física*.
- Doise, W., Clemence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative Analysis of Social Representations*. Londres: Harvester Wheatsheaf.
- Doise, W. (2002) Da psicologia social á psicologia societal. *Teoria e Pesquisa*, 18 (1), 27-35.
- Durkheim, È. (1986). *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense.
- Fachini, N. (1992). Enfoque psicanalítico da violência Social. In R. Amoretti (Org.), *Psicanálise e Violência*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Farr, R. (1994). Representações Sociais: Teoria e sua História. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Ogs.), *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Flament, C. (1986). L'analyse de similitude: une technique por les recherches sur les représentations sociales. In: Doise W. & Palmonari, A. (Eds.) *Les représentations sociales*. Lausanne: Délachaux et Niestlé. pp. 139-156.
- Flament, C. (1989). Structure et dynamique des representations sociales. In: Jodelet. D. *Les representations sociales*. Paris: PUF. pp. 204-209.
- Freud, S. (1930/1993) O mal-estar na civilização. In *Edição Sstandard brasileira. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (pp.73-148). Rio de Janeiro: Imago.
- Geron, A.C. (1993). *Futebol brasileiro em debate: pisando na bola*. Rio de Janeiro: Pinheiro Assessoria de Comunicação.
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Ed. UNESP.

- Gutierrez, W. (1980). *Organização da educação física e dos desportos*. Porto Alegre: Escola de Educação Física do Instituto Porto Alegre.
- Hall, S. (2002). *A identidade em questão*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Ibanez, T. (1988). Representaciones Sociales Teoria y método. In T. Ibanez (Org.), *Ideologias de la vida cotidiana* (pp. 13-78). Barcelona: Sendai.
- Jodelet, D. (1986). La Representación Social: Fenómeno, Concepto e Teoria. In S. Moscovici (Org), *Psicologia Social*. Buenos Aires: Paidós.
- Jodelet, D. (1996). Aspects psychosociaux de l'exclusion. In S. Paugam (Org.) *L'exclusion: l'état des saviors*. Paris: Editions la Découverte.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As Representações Sociais* (pp.19-44). Rio de Janeiro: Ed.UERJ.
- Jovchelovitch, S. (2000). *Representações Sociais e a esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Klein, M. (1968). *The american street gang*. Nova York : Oxford University Press.
- Klineberg, O. (1959). *Psicologia social*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Kowarick, L. e Ant, C. (1981).Violência: reflexões sobre a banalidade do cotidiano em São Paulo. In: R. Boschi(Org.), *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kronberger, N. & Wagner, W. (2002). Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. In. M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. (pp.416-441). Petrópolis: Vozes
- Lasch, C. (1983). *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperança em declínio*. Rio de Janeiro: Imago.
- Le Bon, G. (1996). *Psychologie des foules*. Longanesi: Milano.
- Lener, J. (1996).*Violência no esporte*. São Paulo: Imesp.
- Lorenz, K. (1974). *On aggression*. Nova York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Lüschen, G. & Weis, K. (1976). *Sociologia del deporte*. Valladolid: Editorial Miñon.
- Machado, A. A., Miotto, A.M., Presoto, D. & Santos, V.T.(2001).O Momento esportivo e uma forte interferência externa: a torcida. In: M. A. Buriti (Org), *Psicologia do Esporte*. (pp. 113-122).Campinas: Alínea.
- Mackenzie, W.J.M. (1978). *Poder, violência, decisão*. Rio de Janeiro: Artenova

- Marivoet, S. (1992). Uma perspectiva teórica do hooliganismo no futebol. *Livros Horizonte*, 8 (48), 213-6.
- McDougall, W. (1912). *Psychology: the study of behavior*. New York, Henry Holt and Company.
- Michaud, Y. (2001). *A violência*. São Paulo: Ática.
- Minayo, M. C. S. (1999). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Montagu, A. (1978). *A natureza da agressividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Morris, D. (1967). *The naked ape*. Nova York: Dell Pushing Company.
- Moser, G. (1991). *A agressão*. São Paulo: Ática.
- Moscovici, S.(1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (1992). La fin des représentations sociales? In. V. Aebischer, J.P. Déconchy & E. M. Lipiansky (Orgs.), *Idéologies et représentations sociales*. (pp. 65-85). Cousset: Del Val.
- Moscovici, S. (1994). *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar
- Moscovici, S. (2003a). Porque estudar representações sociais em Psicologia? *Estudos: Vida e Saúde*, 30 (1). 11-30.
- Moscovici, S. (2003b). *Representações Sociais: investigações em Psicologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- Murphy, P., Williams, J. & Dunning, E. (1994). *O futebol no banco dos réus: violência dos espectadores num desporto em mudança*. Oeiras/Portugal: Celta Editora.
- Odália, N. (1985). *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense.
- Oliveira, J.P. (2002). *Representação social da violência na escola*. Dissertação de Mestrado não publicada. Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Paixão, A. L. (1995). Crime, controle social e a cultura oficial da sociologia. *Sociedade e Estado*. X, 513-522.
- Pereira, C.A.M., Rondelli, E., Schollhammer, K.E. & Herschmann, M. (Orgs.) (2000). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Perrusi, A. (1995). *Imagens da Loucura: Representação Social da Doença Mental na Psiquiatria*. São Paulo: Cortez/ Recife: Editora da UFPE;

- Pimenta, C.A.M. (1997). *Torcidas organizadas de futebol: violência e auto-afirmação, aspectos da construção das novas relações sociais*. Taubaté: Vogal.
- Pimenta, C.A.M. (2003). Torcidas organizadas de futebol: Identidade e identificações, dimensões cotidianas. In P. Alabarces (Org.), *Futbologías: Fútbol, Identidad y violencia en América Latina* (pp. 39-48). Buenos Aires: Clacso.
- Pimenta, C.A.M. (2004). Barbárie e Futebol. In: J. Pinsky & C.B. Pinsky (Orgs.), *Faces do fanatismo* (p.248-261). São Paulo: Contexto.
- Pimenta, C.A. M. (2004). Brutalidade Uniformizada no Brasil. In J. Pinsky & C.B. Pinsky (Orgs.), *Faces do fanatismo* (pp.262-281). São Paulo: Contexto.
- Pinheiro, P. S., & Almeida, G. A. (2003). *Violência urbana*. São Paulo: Publifolha.
- Porto, M. S. G. (2002). Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias*, 4 (8), 152-171.
- Ramos, F. P., & Novo, H. A. (2003). Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. *Estudos em Psicologia*, 8 (3), 481-947.
- Reis, H. H. (2006). *Futebol e Violência*. São Paulo: Armazém do Ipê.
- Romero, A. (1997). *Apuntes sobre la violencia en el fútbol argentino*. Disponível em : <http://www.efdeportes.com>. Educacion Física y Deportes, Buenos Aires, ano 2, n.8.
- Rouquette, M. L. (1995). *Psychologie des masses, essai de psychologie politique*. Grenoble: PUG.
- Rouquette, M. L. (1998). Representações e práticas sociais: alguns elementos teóricos. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de Representação Social* (pp. 39-46). Goiânia: AB Editora.
- Sá, C. P. (1996). *Núcleo Central das Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Samulski, D. (1992). *Psicologia do Esporte: Teoria e aplicações*. Belo Horizonte, Imprensa Universitária/ UFMG.
- Sanchez-Jankowski, M. (1991). *Islands in the street: gangs and american urban society*. Berkeley: University of California Press.
- Santos, J. V. T. (1995). *A violência como dispositivo de excesso de poder*. São Paulo: Sociedade e Estado.

- Santos, R.F. (1991). Educação, desporto e violência no futebol brasileiro. In J. Bento & A. Marques (Orgs.), *As ciências do desporto e a prática desportiva* (p.551-7). Porto: Universidade do Porto.
- Santos, T.C. (1998). *Dos espetáculos de massa às torcidas organizadas: paixão, rito e magia do futebol*. Dissertação de Mestrado publicada USP/ECA, São Paulo.
- Santos, M. F. S. (2004). Representações sociais e violência doméstica. In L. Souza & Z. A. Trindade (Orgs.), *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos*. (pp.132-145). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sawaia, B.B. (2004). Uma análise da violência pela filosofia da alegria: paradoxo, alienação ou otimismo ontológico. In L. Souza & Z. A. Trindade (Orgs.), *Violência e exclusão: convivendo com paradoxos* (pp. 21-42). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Silva, L. A. M. (2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, 19 (1), 53-84.
- Simões, R. (1973). Teoria de grupo no esporte. In R. H. Lobo (Org.) *Psicologia dos Esportes*. (pp.8-175).São Paulo: Atlas.
- Simons, Y., Taylor, J. (1992). A psychosocial model of fan violence in Sports. *International Journal of Sports Psychology*. Roma: International Society of Sport Psychology, 23 (3), 207-226.
- Tavares dos Santos, J.V. (1999). Novos processos sociais globais e violência. *São Paulo em Perspectiva*. 13 (3), 3-17.
- Tavares dos Santos, J.V. (2004). Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. *São Paulo em Perspectiva*. 18 (1), 3-12.
- Toledo, L. H. (1999) A invenção do torcedor de futebol: disputas simbólicas pelos significados do torcer. In: M. R Costa, J. P. Florenzano, E. Quintilho, S. C. D’Alvedo & M. A. S. Santos (Orgs.). *Futebol: espetáculo do século*(p. 146-166). São Paulo: Musa.
- Vala, J.(1993). "Representações Sociais: Para Uma Psicologia Social do Pensamento Social". In Vala, Jorge e Monteiro, & M. Benecedita (Orgs.), *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J. (1996). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. In L. Camino (Org.), *Conhecimento do outro e a construção da realidade social: uma análise da percepção e da cognição social* (pp.120-159). João Pessoa: Ed. UFPB.
- Velho, G. (2000). Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In G. Velho & M. Alvito (Orgs.), *Cidadania e Violência*. (pp.11-25). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV.

- Velho, G. (2002). *Mudança, crise e violência: política e cultura no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Vergès, P. (1994). Approche du noyau central: propriétés quantitatives et structurales. In. Guimelli, C. (Éd.). *Structures et transformations des représentations sociales*. Lausanne, Délachaux et Niestlé. pp. 233-253.
- Zaluar, A., Noronha, J. C., & Albuquerque, C. (1994). Violência: pobreza ou fraqueza institucional? *Caderno de Saúde Pública*, 10 (1), 213-217.
- Zaluar, A. (1999). Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiv.*, 13 (3), 3-17.
- Zaluar, A., & Leal, M. C. (2001). Violência extra e intramuros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16, 145-164.
- Wacquant, Loïc J. D. (1994). "Le gang comme prédateur collectif". *Actes De la Recherche en Sciences Sociales*, 101/102, 88-100.
- Wieviorka, M. (1997). O novo paradigma da violência. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 9 (1), 5 - 41.
- Wieviorka, M. (2004). Pour comprendre la violence: l'hypothèse du sujet. *Sociedade e Estad.*, 19 (1), 21-51.

ANEXO

PESQUISA SOBRE FATORES SOCIAIS NO FUTEBOL

Nós somos uma equipe de pesquisadores da Universidade Católica de Goiás. nossa intenção é estudar as questões sociais envolvendo o FUTEBOL e as TORCIDAS ORGANIZADAS. Nós ficaríamos muito gratos, caso você aceite participar voluntariamente desta pesquisa, respondendo o mais sinceramente possível a cada uma das questões.

Este trabalho requer em torno de 10 minutos do seu tempo. Garantimos total anonimato no tratamento e divulgação dos resultados a serem obtidos. Esperamos que esta pesquisa possa contribuir ao aumento do bem-estar social em nossas sociedades. Mais uma vez obrigada por sua sincera e atenciosa colaboração.

(Questão n. 01) Dentre as questões abaixo, marque quatro frases que, para você, define uma torcida organizada.

1. É a união para empurrar o nosso time.
2. Não aceitar provocação da outra torcida.
3. A rivalidade faz a gente até brigar pelo nosso time.
4. Organizar jogos beneficentes.
5. Enfrentar tudo, até a polícia pelo nosso time.
6. Ficar junto da torcida dá uma adrenalina gostosa.
7. Marcar encontros com outra torcida pra ver quem manda.
8. Fazer campanhas para arrecadar alimentos.
9. O negócio é ser parceiro, defender a pessoa da nossa torcida.
10. Na torcida organizada a gente tem mais coragem do que quando tá sozinho.
11. A polícia discrimina, diz que só tem bandido.

(Questão n. 02) Quando você escuta a expressão “VIOLÊNCIA NAS TORCIDAS ORGANIZADAS” quais são as cinco palavras ou expressões que vem espontaneamente á sua cabeça?

Resposta 1 _____
Resposta 2 _____
Resposta 3 _____
Resposta 4 _____
Resposta 5 _____